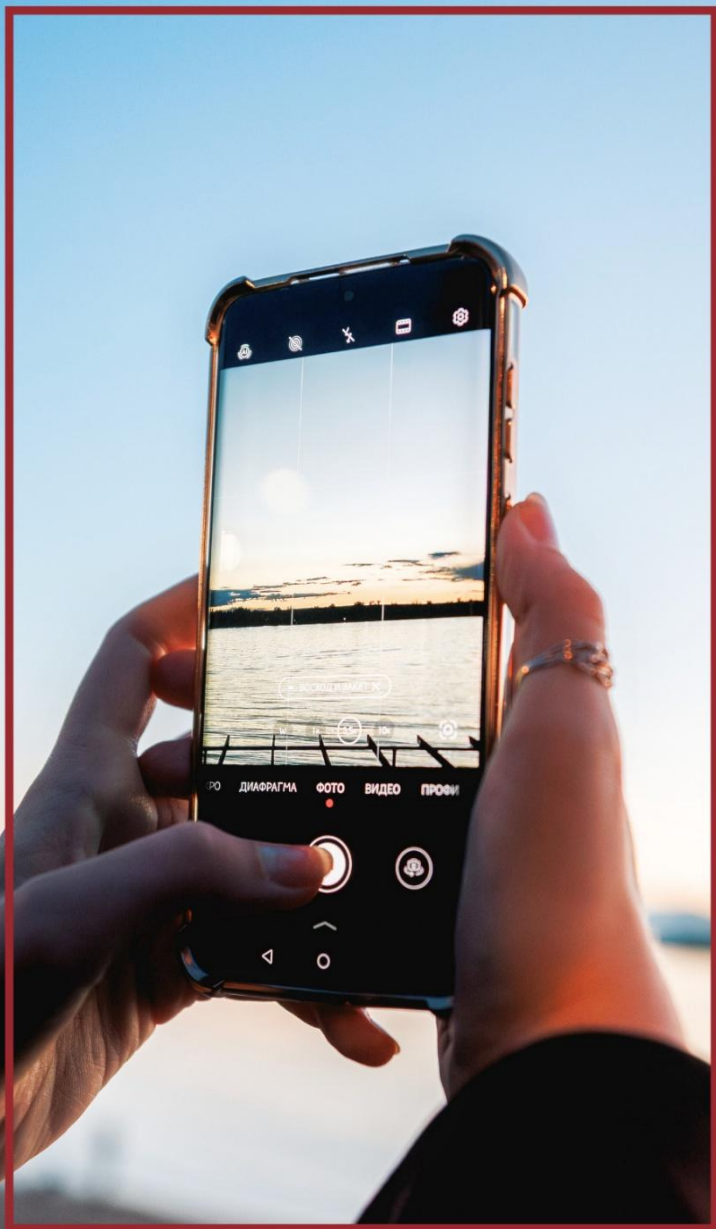


Richard Miskolci
(org.)

A SOCIOLOGIA DIGITAL E SUAS INTERFACES



BVPS COLEÇÃO



A Sociologia Digital e suas interfaces

Richard Miskolci
(org.)

BVPS Coleção 013

BVPS Coleção. Número 013, outubro de 2026.

Miskolci, Richard (org.). *A Sociologia Digital e suas interfaces*. Rio de Janeiro: BVPS Coleção, 2026.

ISBN 978-65-977935-1-8

1ª edição

Edição e revisão: Caroline Tresoldi.

Capa: João Mello.



Sumário

Nota à edição	9
Apresentação	
<i>Richard Miskolci</i>	10
1. A conectividade e seus dilemas	
<i>Richard Miskolci</i>	21
2. Enquadramentos em disputa na era digital	
<i>Fernando de Figueiredo Balieiro</i>	32
3. Quando a emoção se torna viral	
<i>Jair de Souza Ramos</i>	44
4. A construção de um campo de investigação sociológica sobre Inteligência Artificial	
<i>Dimitri Fazito e Veridiana Domingos Cordeiro</i>	55
5. Capitalismo, trabalho e emancipação: três pontos de intersecção entre a Sociologia Digital e a Sociologia do Trabalho	
<i>Ricardo Festi</i>	67

6. A fábrica digital dispersa: Trabalho em TI, teletrabalho e trabalho de plataforma no Brasil <i>Maria Aparecida Bridi</i>	77
7. Influenciadores digitais e a produção de conteúdos: reforçando processos de individualização do trabalho por plataformas <i>Daniela Ribeiro de Oliveira</i>	89
8. Entre opacidade e oligopólio: a tecnopolítica da IA generativa <i>Jorge Machado</i>	100
9. A Sociologia Digital. Entre a Escola de Frankfurt e o Pós-Estruturalismo <i>Samira Feldman Marzochi</i>	109
10. Humanidades Digitais, Ciência de Dados e os desafios da IA generativa <i>Leonardo F. Nascimento</i>	121
11. Segurança pública e policiamento: pesquisar tecnologias e meios digitais <i>Jacqueline Sinhoretto</i>	136
12. Análises dos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação na China e no Brasil, feitas por seus sociólogos: a contribuição de DeepSeek <i>Tom Dwyer</i>	146
Sobre os autores	155

BVPS Coleção. A hiperespecialização da produção acadêmica, até aqui confirmando o sentido da racionalização da ciência estudada por Max Weber no início do século XX, vem diminuindo, paradoxalmente, os espaços de circulação e debate qualificado de ideias, também nas ciências sociais e nas literaturas. Foi por isso que iniciamos os trabalhos da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, a BVPS, por um blog, buscando, primeiro, reconectar os próprios artífices dos saberes acadêmicos sobre o social em várias das suas relações, perdidos nos labirintos dos periódicos; e, segundo, a comunicação com os chamados leitores leigos – comunicação igualmente desaparecida com o fim dos cadernos de debates de livros e dos suplementos literários que pautaram o cotidiano mais amplamente compartilhado. Nesse trabalho de reconexão, temos investido bastante na comunicação intergeracional, trazendo à tona trabalhos de colegas e eles mesmos de outras gerações que, assim, vêm conhecendo novas oportunidades de recepção e de diálogo com novas gerações de cientistas sociais e críticos literários, sobretudo. Temos valorizado em nossa política editorial também o resgate de autoras mulheres nesse conjunto. De outro lado, jovens autores e autoras têm sido estimulados igualmente a publicar conosco, o que implica a descoberta de um prazer do texto num formato que escapa ao comumente exigido no treinamento acadêmico pautado pelas agências de fomento. São convidados a integrar um debate mais público, mais aberto, intelectual e narrativamente falando. O trabalho da BVPS vem conhecendo muitos e importantes desdobramentos editoriais e intelectuais, inclusive com repercussões na

própria economia política do campo acadêmico, que tem valorizado cada vez mais esse tipo de escrita e comunicação pública da ciência que iniciamos em 2017. Mas, o mais importante é justamente a experiência coletiva e individual proporcionada na modelagem não só da institucionalidade, mas das subjetividades dos muitos autores, autoras, leitores, leitoras, editores e editoras aprendizes que nosso trabalho propõe e enlaça. Tudo isso lembrando que o sentido de público aqui alcança inclusive o aspecto financeiro, pois tanto o acesso de autores quanto o de leitores é totalmente gratuito. BVPS Coleções, que aqui se apresenta, é uma dessas expressões da maturidade intelectual e de gestão coletiva da BVPS, uma vez que consolida – o quanto essa palavra faz mesmo sentido no mundo dinâmico das redes sociais de que participamos – um conjunto de textos como uma unidade representativa de debates de questões prementes e permanentes nas ciências sociais e nas literaturas. A inovação que buscamos não está necessariamente apenas à frente de todos nós, mas conosco, entre nós mesmos. É preciso deseducar o olhar e a escrita acadêmica estritos para percebermos também o tanto e o quanto vimos e estamos fazendo especialmente para a sociedade brasileira, oferecendo interpretações que valem a pena serem conhecidas e compartilhadas. Você tem em mãos – ou, mais precisamente, sob os olhos – uma dessas coletâneas. Boa leitura!

Equipe BVPS

Nota à edição

A Sociologia Digital e suas interfaces é uma série publicada originalmente no Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) ao longo do primeiro semestre de 2026. A grande repercussão da série, que reuniu autoras e autores de diferentes instituições e especialidades da sociologia brasileira, nos estimulou a dar a esses textos uma nova forma. Reunidos agora em livro, os doze capítulos compõem um panorama plural da Sociologia Digital e, sobretudo, de suas interfaces com diferentes campos e problemas da disciplina.

É uma alegria para a BVPS publicar este ebook simultaneamente em português e em inglês. Com as duas edições, esperamos ampliar a circulação das reflexões aqui reunidas e colocá-las em diálogo com debates, contextos e tradições de pesquisa no Brasil e no exterior – um movimento que nos parece especialmente importante para uma área que se constitui justamente ao atravessar fronteiras: entre especialidades sociológicas, entre objetos e métodos de pesquisa, entre tecnologias e relações sociais.

Esperamos que, em seus diferentes percursos de leitura, o livro ajude a formular novas perguntas sobre uma realidade social cada vez mais atravessada pelas tecnologias digitais, e sobre as ferramentas de que a sociologia dispõe para compreendê-la.

Equipe BVPS

Apresentação

Richard Miskolci

A Sociologia Digital se consolidou como área de nossa disciplina em meio à disseminação social do uso das tecnologias da informação e comunicação (as TICs). Uma sociedade crescentemente conectada, organizada e informada a partir das tecnologias passou a demandar formas atualizadas de pesquisa e análise, assim como um olhar dedicado ao que há de específico nela. Ainda que a Sociologia Digital tenha essa especialidade, é possível ponderar que ela é de um tipo que tem se construído em diálogo com diferentes áreas de investigação que a interpelam duplamente: em busca de ferramentas que atendam às novas necessidades da pesquisa empírica, mas, sobretudo, de quadros analíticos apropriados e críticos para a compreensão dos contextos em que passamos a viver, em sociedades digitais.

Hoje percebemos que as transformações analisadas pelos primeiros sociólogos dedicados a compreender os impactos do que ainda eram chamadas de novas tecnologias foram limitadas pelo fato de que, até o início do século XXI, as TICs eram usadas predominantemente por grandes atores econômicos e governamentais e pelas classes médias e altas. A maioria dos estudos lidava com um estágio inicial da

adoção das tecnologias e da internet por elites profissionais que usavam computadores conectados por via telefônica. Isso parecia manter uma separação entre o online e o offline, cristalizada na distinção entre virtual e real, um aparente limite à moldagem do cotidiano pelas tecnologias.

A disseminação e popularização da conectividade por celulares inteligentes eliminou tal distinção ao ponto em que a ideia de um contínuo online-offline não tem sido sequer evocada nos estudos atuais, que já não mais estabelecem uma fronteira estável entre as tecnologias digitais e as relações sociais. Provável sinal de que as TICs foram definitivamente incorporadas à vida em sociedades digitais, aquelas em que a maioria das nossas interações se dá por seu uso, moldando a forma como trabalhamos, estudamos, nos movemos, cuidamos da saúde, consumimos, nos informamos e entretemos, além de nos comunicarmos com familiares, amigos e parceiros amorosos.

A ubiquidade das tecnologias digitais é inseparável dos interesses econômicos e políticos que a tornaram possível e da forma como se deu, sob a liderança e o controle de um oligopólio de empresas de tecnologia com sede na costa oeste dos Estados Unidos da América. É a partir daquele país, de seus interesses econômicos e políticos, mas também de sua cultura e valores, que emergiu uma nova ordem social que Manuel Castells sintetizou em sua principal obra. Livro que se destacou entre estudos diversos, abrindo as condições para a posterior emergência do que hoje chamamos de Sociologia Digital.

Desde então, uma das mais importantes características do estudo sociológico das transformações estruturais pelas

quais passamos é a da recusa ao determinismo tecnológico. Tecnologias não são forças exteriores às relações sociais, a-históricas ou culturalmente neutras; são, antes, o resultado de processos históricos, econômicos, políticos e sociais que demandam reconstituição e análise. Elas aumentam a interdependência entre os países, mas de forma que alguns concentram capital, conhecimento especializado e as principais empresas, enquanto outros se integram como consumidores, provedores de materiais, energia ou campo para extração de dados.

A Sociologia Digital se opõe às tentativas de pesquisa que atribuem às próprias tecnologias a origem ou as causas de fenômenos sociais, mostrando que há forças sociais movendo a digitalização de nossas vidas, criando contextos desiguais e politicamente instáveis. Um exemplo é a forma como superamos as tentativas de mensurar desigualdades digitais pelo acesso à conexão de internet. Estudos desenvolvidos no Sul Global contribuíram para compreendermos que há desigualdades prévias nas competências sociais adquiridas, as quais se associam e se amplificam nos usos e na forma como estamos inseridos em processos de plataformização do trabalho, do ensino e aprendizado, do acesso à saúde, entre outros. Sem mencionar as consequências ambientais do desenvolvimento, implantação e uso de tecnologias como a Inteligência Artificial (IA).

A Sociologia Digital também colaborou para superarmos as expectativas utópicas iniciais que viam nas TICs um potencial para ampliar a participação política, fortalecer demandas coletivas e aprofundar a

democratização. Nosso presente tornou-se crescentemente conflituoso a partir de duas inflexões associadas às duas ondas disseminadoras das TICs: a primeira envolvendo a hegemonia da conexão via celulares inteligentes – que se tornou dominante no início da década de 2010 – e a segunda com a expansão desses usos durante a pandemia da Covid-19, no início da década de 2020. À hegemonia da conexão celular via smartphones seguiram-se agitações sociais que resultaram em inflexões políticas em diversos continentes, com a ascensão de extremistas, até que, durante a pandemia da Covid-19, ampliaram-se as condições para que informações falsas, boatos e teorias da conspiração passassem a ameaçar a ordem comunicacional sob hegemonia de notícias criadas pela imprensa profissional.

Se nosso presente tem grandes desafios, temores e especulações sobre o futuro reverberam na imprensa, nas redes sociais e nas conversas cotidianas. Como sociólogos, temos condições privilegiadas para identificar e delimitar melhor os diversos fenômenos associados às tecnologias. A partir das necessidades sociais, a pesquisa sociológica se renova, trazendo contribuições para superar incertezas e pensar de forma analítica e crítica sobre o que se torna relevante coletivamente. A sociologia reconfigura o que parece ao senso comum como dado, quer natural, quer tecnológico, em questões sociais que podem ser mais bem compreendidas e até respondidas por meio de pesquisa empírica e quadro analítico apropriado.

O maior desafio da Sociologia Digital talvez seja o de contribuir para a pesquisa de transformações que não apenas adicionam ou modificam parcialmente as relações sociais,

antes as reconfiguram profundamente. Cabe especular se, depois de décadas de especialização para melhor pesquisarmos cada tema ou área da vida social, nossa era nos impôs um eixo. *A Sociologia Digital e suas interfaces* surgiu da compreensão de que ela se tornou, ao mesmo tempo, uma subárea especializada de nossa disciplina e um hub em que diversos campos da sociologia confluem para lidar com uma realidade comum. Originada a partir da série de mesmo título, publicada no Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, a BVPS, a obra compila os artigos que compuseram a série em formato afeito ao uso por quem busca material sintético e qualificado para adentrar na Sociologia Digital ou conhecer a forma criativa como ela tem se articulado com diferentes especialidades sociológicas.

Convida, assim, o leitor e a leitora a conhecerem diferentes temas que têm sido pesquisados em diálogo ou a partir da Sociologia Digital, como os que envolvem a conectividade, as disputas políticas, o papel das emoções nas trocas digitais, dos algoritmos, da Inteligência Artificial Generativa, a plataformização do trabalho, a atividade de influencer, os novos métodos de pesquisa, as diferentes apropriações nacionais e geracionais das tecnologias, a transformação do campo dos estudos da violência e até a própria reflexão sobre como a Sociologia Digital tem compreendido a si mesma: entre visões críticas à tecnologia e outras abertas a vertentes que a encaram como intrinsecamente mutável, a partir das necessidades e usos sociais que se fazem dela.

Sem a pretensão de esgotar todas as interfaces com a Sociologia Digital, este ebook busca apresentar apenas alguns

dos diálogos possíveis com áreas da disciplina, além de propor diálogos com referências clássicas e contemporâneas da Sociologia. Por meio de artigos com diferentes temas e abordagens, oferece referências para aqueles que encaram os desafios digitais em suas próprias investigações.

A obra começa com o capítulo “A conectividade e seus dilemas”. A partir do momento em que a conexão celular por smartphones tornou-se dominante, as relações sociais passaram não apenas a ser mediadas, mas também moldadas pela exposição midiática ampliada e pelas interações online. A conectividade é um conceito que sublinha a centralidade dessa experiência, que ampliou o espaço público com consequências políticas inesperadas. A autocomunicação de massa e a horizontalidade que a caracterizam são tão afeitas à maior participação política quanto à oposição a autoridades e instituições, o que ameaça a democracia.

No segundo capítulo, intitulado “Enquadramentos em disputa na era digital”, Fernando de Figueiredo Balieiro afirma que vivemos em uma era de mediação profunda, em que disputas de toda ordem passam a se dar em termos similares aos explorados pelo estudo de enquadramentos. Na era analógica, a sociologia da mídia e dos movimentos sociais atentou para como embates entre adversários políticos se davam por meio da construção de perspectivas midiáticas sobre temas de interesse comum. Na digital, tal tática político-comunicacional se disseminou graças à explosão do

número de emissores via redes sociais, os quais competem até com a imprensa profissional.

Jair de Souza Ramos explora as relações entre a Sociologia das Emoções e a Digital no terceiro capítulo: “Quando a emoção se torna viral”. Discussão associável às dos capítulos anteriores, por interrogar como a conectividade mobiliza coletivamente emoções em interações cotidianas e em torno de temas de interesse comum. Na era das relações plataformizadas, sob o poder algorítmico e de outras influências tecnossociais, deparamo-nos com ambientes emocionalmente densos, em que fenômenos de contágio e viralização convidam a recuperar discussões clássicas da Sociologia, como a das correntes sociais.

No quarto capítulo, “A construção de um campo de investigação sociológica sobre Inteligência Artificial”, Fazito e Cordeiro discutem as especificidades da IA e de sua investigação. Argumentam que a IA apresenta desafios diferentes dos da conectividade, da digitalização da vida ou dos *big data*, como o impacto na criação de conhecimento. Na busca de especialização para melhor lidar com esses desafios, apresentam a perspectiva de uma Sociologia dos Algoritmos que privilegia o fenômeno da “algoritmização” das relações sociais, desde as pessoais e as de trabalho, passando pelas que envolvem o deslocamento urbano, com o uso de mapas e aplicativos de mobilidade.

“Capitalismo, trabalho e emancipação: três pontos de intersecção entre a Sociologia Digital e a Sociologia do Trabalho” é o quinto capítulo. Nele, Ricardo Festi argumenta que a Sociologia Digital surge devido aos impactos das

tecnologias na economia, na política e nas instituições, sem deixar de lado o universo subjetivo. Uma de suas maiores interfaces tem sido com a Sociologia do Trabalho, em especial no tema da plataformização, mas notadamente em uma preocupação comum sobre as novas formas de exploração sob o tecnocapitalismo e sua hiperfinanceirização.

No sexto capítulo, Maria Aparecida Bridi explica como a digitalização do trabalho leva ao aumento da sua exploração. “A fábrica digital dispersa: trabalho em TI, teletrabalho e trabalho de plataforma no Brasil” abarca a heterogeneidade de modos de trabalho que vão desde o teletrabalhador até o entregador plataformizado e como eles se caracterizam pela desterritorialização, pela ampliação das formas de controle e exploração e pela disseminação do “empreendedorismo de si”, os quais dificultam a organização dos trabalhadores em demandas comuns. Cenário de precarização que nos coloca em uma espécie de “fábrica dispersa”, na qual todos os ônus do trabalho são transferidos aos trabalhadores.

“Influenciadores digitais e a produção de conteúdos: reforçando processos de individualização do trabalho por plataformas” é o sétimo capítulo, no qual Daniela Ribeiro de Oliveira associa ao estudo de motoristas de aplicativo também a atuação deles como influenciadores ou criadores de conteúdo durante o debate sobre a regulamentação da categoria. Os conteúdos se revelaram atravessados também pela experiência de motorista no trânsito, pela busca de desempenho e pela adesão a valores empreendedores. Oliveira mostra como os motoristas-influencers não apenas

descrevem seus cotidianos, mas operam como mediadores na produção de sentidos sobre eles, traduzindo problemas estruturais em escolhas e capacidades individuais.

Jorge Machado discute desigualdades econômicas e políticas na implementação da Inteligência Artificial e de sua infraestrutura no oitavo capítulo, intitulado “Entre opacidade e oligopólio: a tecnopolítica da IA generativa”. Destaca a opacidade dessa indústria e de sua tecnologia, em que interesses econômicos e estatais têm convergido sem transparência, o que reatualiza passos anteriores do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Agora com o agravante de que a IA alimenta um sistema informacional cada vez mais vulnerável à desinformação ou à desordem informacional, com consequências políticas e coletivas inéditas, envolvendo o protagonismo das *Big Techs*.

Leonardo Nascimento propõe mapear as interfaces entre a Sociologia Digital e campos adjacentes, como Humanidades Digitais, Ciência de Dados e Ciência Social Computacional. Explicitando convergências e tensões entre as áreas, argumenta que a rejeição aos métodos computacionais representa uma erosão da autoridade interpretativa da sociologia e que o avanço metodológico só se completa quando acompanhado de uma reflexão crítica sobre validade, interpretação e regimes de prova, desafio que se intensifica com o avanço da Inteligência Artificial Generativa.

Samira Feldman Marzochi discute as maneiras como a Sociologia Digital tem pensado a si mesma no capítulo “A Sociologia Digital entre a Escola de Frankfurt e o Pós-

Estruturalismo”, no qual traça um percurso teórico a partir de suas raízes na tradição sociológica clássica, tensionando duas grandes vertentes que moldam o campo: a Teoria Crítica frankfurtiana e o Pós-Estruturalismo francês. Segundo Marzochi, a Sociologia Digital pode ser vista como uma sociologia das continuidades, intensificações e desdobramentos, orientada por uma concepção estrutural da história e por uma metodologia relacional que recusa os dualismos herdados da tradição iluminista.

Em “Segurança pública e policiamento: pesquisar tecnologias e meios digitais”, Jacqueline Sinhoretto reconstitui uma agenda de investigação que se impôs a seu grupo de pesquisa devido ao papel que as TICs passaram a desempenhar entre policiais e seus comandos, assim como no próprio exercício da segurança. A socióloga mostra como a conectividade serviu de porta de entrada para compreender visões dos profissionais sobre seu próprio trabalho e até seu engajamento na política. Sinhoretto sublinha que os conteúdos e as trocas online não substituem o trabalho investigativo que parte da interpelação direta dos sujeitos que fazem uso das tecnologias ou as colocam em ação.

Tom Dwyer faz um uso reflexivo e provocador do DeepSeek, uma Inteligência Artificial chinesa. O pioneiro da Sociologia Digital no Brasil cria um diálogo com a IA sobre capítulos de um manual de Sociologia dos BRICs que analisa o uso das TICs por jovens no Brasil e na China. O capítulo “Análises dos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação na China e no Brasil, feitas por seus sociólogos: a contribuição de DeepSeek” mostra o uso direcionado e

controlado da IA pelo pesquisador, em que o resultado final traz comparações que permitem reler os textos e pensar sobre as tradições sociológicas diversas em que se inserem as pesquisas. Dwyer prova que é possível testar usos da Inteligência Artificial que deem origem a reflexões originais e enriquecedoras, desde que não se abdique do controle criativo, tampouco da revisão contínua do processo e do resultado final.

A Sociologia Digital e suas interfaces apresenta um retrato das articulações entre as especialidades sociológicas, contribuindo para que mais colegas se aproximem dessas discussões comuns, dialoguem entre si e, juntos, consigamos desenvolver formas renovadas de pesquisa e análise de um mundo cada vez mais complexo e desafiador para nossa disciplina.

1. A conectividade e seus dilemas¹

Richard Miskolci

Emergências sanitárias funcionam como laboratórios históricos em que as ameaças à vida engendram novos arranjos sociais e institucionais. A pandemia de influenza de 1918-1920 resultou na criação ou fortalecimento de órgãos de saúde pública e na expansão da comunicação de massas; a da Covid-19, um século depois, consolidou a conectividade como forma hegemônica de sociabilidade mediada pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs), como o uso de plataformas digitais em smartphones.

Camadas médias e altas puderam se proteger via teletrabalho e serviços online graças a trabalhadores expostos nas ruas – na logística e nos serviços essenciais – sustentando, sob maior risco de infecção e morte, o conforto relativo dos que puderam isolar-se. Essa desigualdade marcou a entrada no estágio avançado do capitalismo informacional.

O processo de plataformização da vida cotidiana teve um primeiro grande impacto quando a maioria da população passou a acessar a internet por meio do celular, o

¹ Este artigo sintetiza a Aula Magna em Sociologia Digital de mesmo título disponível online em:

<<https://www.youtube.com/live/ptdf7VruL4I?si=eO8kQrTwXjgbajlD>>.

que afetou diretamente a política em 2016, ano em que ocorreram o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, a aprovação do Brexit no Reino Unido e a primeira eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Um segundo impacto ocorreu na pandemia da Covid-19, quando teorias conspiratórias, notícias falsas e, de forma geral, a desinformação ganhou centralidade no Brasil ao ponto de o jornalismo diagnosticar uma “era da pós-verdade” que analistas sociais abordam como “crise epistêmica” (Benkler, 2021).

Em vez de entender a desinformação como algo a ser corrigido por “checagens”, interessa-me situá-la sociologicamente como sintoma de transformações mais amplas nos laços sociais, na esfera pública e na disputa de autoridade. Ao contrário de abordagens que enfatizam os aspectos tecnológicos – controle algorítmico, vigilância de dados, filtros-bolha –, sublinharei as formas de sociabilidade mediadas e a reconfiguração do espaço público, ambos baseados no que defino como conectividade: relações dependentes de interações online, conduzidas por plataformas e aplicativos de trocas de mensagens. Inspiram essa abordagem tanto estudos sociológicos clássicos sobre a transição para a sociedade de massas moldada pelas mídias (Riesman *et al.*, 1950) quanto análises contemporâneas sobre sua digitalização (Illouz, 2016).

Para nativos digitais, “sociedade” tornou-se sinônimo de estar conectado por meio de plataformas no celular. Desinformação, nesse contexto, não se limita à circulação de conteúdos falsos, expressa, antes, mais uma disputa pela autoridade epistêmica: quem fala em nome do que seria

verdadeiro e confiável. Na pesquisa social, em vez de identificar conteúdos para avaliá-los factualmente, torna-se central compreender como relações preferenciais com grupos de interesse passam a corroer a confiança em instituições e profissionais.

Das massas ao público

Para iluminar o presente, vale o retorno aos debates que emergiram no pós-Primeira Guerra Mundial e após a pandemia de influenza. A queda de impérios e a ascensão de repúblicas intensificaram o protagonismo das “massas”, vistas por elites como ignorantes e suscetíveis a boatos e teorias conspiratórias. Em 1921, Marc Bloch analisou notícias falsas de guerra não para desmenti-las, mas para entender os contextos sociais que as tornavam plausíveis, argumentando que elas revelam uma “psicologia coletiva”.

Em cenários de temor quanto ao futuro, especialmente entre classes populares que se sentiam enganadas por decisões tomadas “no alto”, a distinção entre verdadeiro e falso perdia centralidade. É nesse quadro que Bloch afirma que: “A notícia falsa é o espelho em que a consciência coletiva contempla seu próprio rosto” (Bloch, 1998: 191). Disso emerge uma inflexão analítica importante: em vez de se fixar na veracidade de enunciados, trata-se de atentar para quem consome essas notícias e que lugar ocupam nas hierarquias sociais.

Em contextos democráticos, a “consciência coletiva” mencionada por Bloch pode ser aproximada do que muitos

posteriormente chamariam de opinião pública, cuja capacidade de participar de modo informado dos debates coletivos foi objeto de posições divergentes nos Estados Unidos, especialmente na década de 1920.

De um lado, desenvolveu-se uma vertente de “engenharia do consenso”, tendo Edward L. Bernays como figura central. Atuando para o governo norte-americano na Primeira Guerra para angariar apoio à entrada no conflito, Bernays elaborou técnicas de conquista da opinião pública que inicialmente denominou de propaganda e, mais tarde, de relações públicas. A partir da inspiração em autores como Le Bon, Ortega y Gasset e em leituras sobre as massas como a de seu tio, Sigmund Freud, Bernays (1928) seguiu uma visão elitista de que o sufrágio universal e a escolarização teriam apenas aumentado o temor burguês de um “povo” pronto a se tornar rei, exigindo formas sofisticadas de construção da opinião pública sob o controle de elites.

De outro lado, Walter Lippmann e John Dewey ofereceram visões potencialmente mais democráticas sobre público e opinião pública. Em *Public Opinion* (1922), Lippmann chamou atenção para o controle estatal da informação na guerra e enfatizou a centralidade do acesso à informação para a democracia, mas em *The Phantom Public* (1925) relativizou o papel do público ao mostrar como empreendedores políticos “emprestam” opiniões às massas. Daí a imagem de um público fantasma, incapaz de orientar de forma responsável a vida política sem a mediação de especialistas.

Dewey, em *The Public and its Problems* (1927), deslocou a questão: o público não é um dado, mas um coletivo que se

forma quando consequências de ações e decisões passam a afetar muitos. Seu conceito se ancora numa visão relacional: laços sociais, formas de associação e experiências compartilhadas são condições para que problemas se tornem públicos e, portanto, politizáveis. O público existe em contextos situados, na medida em que instituições respondem a grupos de afetados. Dewey distinguiu opinião – que via como mero hábito, tradição, muitas vezes inimiga do debate aberto – de público como estado político, frequentemente mediado por especialistas, mas não substituível por eles.

Consciente da possibilidade de manipulação por demagogos que falam em nome do “povo”, Dewey recusou a solução de Lippmann de um governo de especialistas, ressaltando que quem “usa o sapato” sabe onde ele aperta, ainda que o sapateiro seja o melhor para consertá-lo. É nessa tensão entre experiência comum e saber especializado que se define a democracia como forma de vida associativa: é o processo de consulta, discussão e educação recíproca que possibilita o reconhecimento de interesses comuns.

Conectividade, esfera pública e desinformação

As reflexões de Bloch, Lippmann e Dewey antecipam problemas que a conectividade contemporânea apenas radicalizou. A emergência de uma ecologia midiática centrada em plataformas digitais reconfigura o espaço público, ampliando o acesso, mas ao custo de torná-lo mais conflituoso, fragmentado e refratário a consensos. A internet

inicial ainda evocava ideais de “praça pública digital” e as nascentes redes sociais eram vistas como substitutos online de centros comunitários, mas desde a massificação de plataformas de redes sociais baseadas em celulares, esse imaginário tem cedido lugar à percepção crítica de que são espaços estruturados por lógicas de mercado, relações públicas e empreendedorismo.

O diagnóstico de Jürgen Habermas (1999) sobre a transformação estrutural da esfera pública, baseada na imprensa escrita e na sociabilidade dos cafés, continua pertinente, ainda que esse espaço intermediário entre Estado e sociedade tenha sido atravessado por assimetrias de classe, gênero e raça, além da mediação de grandes veículos de comunicação. Com a digitalização, parte da literatura inicialmente celebrou a possibilidade de uma “esfera pública online”, não hierárquica e mais aberta, capaz de ampliar a participação e pluralizar vozes. Desde meados da década de 2010, tal otimismo vem sendo substituído por análises que sublinham novas formas de controle, manipulação e silenciamento.

Funcionalidades como o bloqueio e práticas como o “cancelamento” estruturam comportamentos autoritários, podendo restringir o debate em vez de expandi-lo. A ampliação do número de vozes não se traduz automaticamente em democratização, pois nem todas as vozes têm o mesmo peso e os mecanismos de visibilidade privilegiam volume, intensidade emocional e engajamento, não qualidade argumentativa. Ao mesmo tempo, diluem-se fronteiras entre informação e propaganda, opinião e conhecimento: a validação do que antes se chamava “notícia”

desloca-se do vínculo com o fato para o enquadramento político e para o interesse de quem o divulga.

A reorganização comunicacional potencializa uma crise de confiança em sistemas peritos – ciência, justiça, imprensa profissional – que alguns autores denominam “crise epistêmica”. Yochai Benkler (2021) destaca o abalo na credibilidade da mídia tradicional, enquanto outros mostram como o novo ecossistema facilita ataques sistemáticos a qualquer instituição que dispute a definição legítima da realidade. A desinformação, assim, não é apenas desvio informacional, mas estratégia político-comunicacional em contextos de disputa por autoridade.

A pandemia da Covid-19 explicitou o conflito entre saberes epidemiológicos, clínicos e experienciais. No Brasil, por exemplo, discursos favoráveis ao “Kit-Covid” e ao uso de remédios ineficazes ancoraram-se em médicos clínicos e autoridades políticas, competindo com especialistas em saúde pública. A adesão a tratamentos sem eficácia resultou não de “negacionismo científico”, mas da necessidade de continuar circulando para trabalhar e sobreviver, confiando na orientação de médicos de referência e desconfiando da imprensa e das elites culturais. A imprensa profissional, ao enquadrar essa dinâmica exclusivamente como “onda popular de negacionismo”, reforçou clivagens de classe, desconsiderou as racionalidades práticas e minorou o papel dos interesses comerciais no campo da saúde.

No plano da experiência cotidiana, cresce a confiança em fontes “próximas” – parentes, amigos, influenciadores com quem se sente afinidade – em detrimento de instituições. As redes digitais reforçam laços de *bonding*, isto

é, conexões entre semelhantes, em vez de pontes (*bridging*) entre diferentes, algo já diagnosticado por Robert Putnam (2000) antes mesmo da digitalização das relações sociais. O resultado é uma sociabilidade segmentada em grupos de afinidade que tendem ao fechamento, ao reforço de vieses de confirmação e à recusa do dissenso. Em contextos assim, notícias falsas e conteúdos polarizadores encontram terreno fértil por confirmarem identidades e visões previamente constituídas.

Dilemas da conectividade

A conectividade via celular intensificou a exposição permanente a fluxos informacionais, expondo sujeitos continuamente a interesses econômicos, políticos e mercadológicos. A experiência online organiza percepções de mundo e pertencimentos, favorecendo a formação de segmentos identitários que competem por reconhecimento, visibilidade e recursos. A disputa do espaço público torna-se menos sobre problemas comuns e mais uma batalha entre “nós” e “eles”, na qual o adversário é frequentemente percebido como ameaça a ser silenciada ou destruída (Balieiro, 2026).

Nessas condições, as redes sociais tendem a abrigar contrapúblicos que se isolam para garantir homogeneidade interna, expulsando dissidências. A pluralidade de públicos não equivale a pluralismo democrático, podendo favorecer, ao contrário, segmentos tendentes à radicalização afetiva e à hostilidade à divergência. Esse cenário ajuda a explicar por

que a conectividade aparenta ampliar a participação popular, mas, ao privilegiar a polarização, o escândalo e a performance, em detrimento da escuta, da argumentação e da construção de confiança, termina por dificultar a formação de um público capaz de reconhecer problemas compartilhados e negociar soluções.

Para a Sociologia, a questão é: que tipos de laços e formas associativas são necessários para que um público se constitua em vez de se fragmentar em grupos em guerra permanente? A experiência da conectividade mostra que a simples ampliação de acesso não garante a emergência de um público reflexivo. Ao contrário, sem instituições e práticas capazes de mediar conflitos, educar para o dissenso e produzir compromissos mínimos, a abertura pode intensificar conflitos ao ponto de ameaçar instituições e a própria democracia.

A pandemia funcionou como catalisador desses dilemas. De um lado, acelerou a quase universalização do acesso à internet e trouxe para o espaço público online segmentos que pouco consumiam notícias ou participavam de debates políticos. De outro, expôs as limitações de uma esfera pública técnico-midiatizada organizada por interesses econômicos e lógicas midiáticas. A responsabilidade ética de uns pelos outros – fundamento da saúde pública e da própria ideia de bem comum – foi subordinada a interesses de mercado.

A conectividade individualizada do *smartphone* instala cada sujeito diante de um fluxo personalizado que o conecta intensamente a alguns e o separa de muitos outros. É nesse espelho que se refletem hoje miríades de rostos, grupos e

interesses, muitas vezes incapazes de se reconhecer mutuamente como parte de uma coletividade. A relação histórica entre público e democracia, sempre controversa, encontra na era da conectividade uma nova encruzilhada.

Referências

- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. (2026). Enquadramentos em disputa na era digital. In: MISKOLCI, Richard (org.). *A Sociologia Digital e suas interfaces*. Rio de Janeiro: BVPS Coleção, p. 32-43.
- BENKLER, Yochai. (2021). A political economy of the origins of asymmetric propaganda in American media. In: BENNETT, W. L. & LIVINGSTON, S. *The disinformation age: politics, technology, and disruptive communication in the United States*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- BERNAYS, Edward L. (1928). *Propaganda*. New York: Horace Liveright.
- BLOCH, Marc. (1998). Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: *História e historiadores*. São Paulo: Editora Teorema, p. 177-198.
- DEWEY, John. (2016). *The public and its problems: an essay in political inquiry*. Athens: Swallow Press.
- HABERMAS, Jürgen. (1999). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: The MIT Press.
- ILLOUZ, Eva. (2016). *No coração pulsante da cultura – entrevista com Eva Illouz*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 16, n. 2.

- LIPPMANN, Walter. (2015). *Public opinion*. Jersey City: Start Publishing.
- LIPPMANN, Walter. (1925). *The phantom public*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- PUTNAM, Robert. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster.
- RIESMAN, David & GLAZER, Nathan & DENNEY, Reuel. (1967). *The lonely crowd: a study of changing American character*. New Haven/London: Yale University Press.

2. Enquadramentos em disputa na era digital

Fernando de Figueiredo Balieiro

Cada lado da política, esquerda ou direita, hoje sustenta que o polo antagônico produz fake news (Miskolci, 2025). A acusação mútua revela mais do que o desejo de descredibilizar o adversário político. Ela é resultado de um novo contexto técnico-midiático, marcado por polêmicas em torno da realidade que nos cerca. Retomamos algumas delas que, certamente, estarão na memória do leitor, envolvendo questões políticas que dividiram a sociedade brasileira nas eleições de 2018.

Nas referidas eleições presidenciais, circulou em diversos meios digitais uma imagem de uma mamadeira erótica que supostamente Fernando Haddad teria distribuído quando prefeito de São Paulo. Enquanto isso, Jair Bolsonaro mostrava um livro francês em entrevista televisiva como a “prova” de material didático que teria sido empregado para “induzir crianças à homossexualidade”. Seus opositores na sociedade civil o consideravam um reprovável candidato homofóbico e misógino, contrário a políticas de diversidade, expressando seu repúdio nas manifestações de rua projetadas online com a *hashtag* #elenão. Imagens de manifestantes destes e de outros

protestos foram usadas pelos partidários de Bolsonaro em sua campanha eleitoral para desacreditar a esquerda, considerada, sob viés tradicional, como imoral.

Divergências políticas e ideológicas fazem parte da história, mas nos deparamos com um desafio que se manifesta de forma particular no presente: como precisar o que é real e verdadeiro em um contexto de profusão informativa e divisão social? Quais são os interesses mobilizados nas tantas definições da realidade por diversos atores sociais? Como analisar o aspecto controverso e disputável da própria definição da realidade, evitando recair na dicotomia “fato” ou “fake”, tal como apregoa o *slogan* de certa emissora comercial? Como olhar de forma analítica para a questão, recusando reiterar o diagnóstico militante que atribui ao espectro oposto da política o problema de nossa ordem comunicacional?

A perspectiva analítica dos enquadramentos parece hoje fornecer luz aos conflitos comunicacionais e midiáticos que se apresentam no âmago da sociedade civil. O sociólogo canadense Erving Goffman denominou de enquadramento os “‘princípios’ que organizam a experiência cognitiva do ‘indivíduo’ em situações de interação pelo fato de que ‘governam’ tanto os eventos sociais quanto ‘nosso envolvimento subjetivo neles’” (Frehse, 2024: 159). O enquadramento, para ele, refere-se a algo central na organização e estruturação da interação social. Em sua visão, a percepção subjetiva e a negociação intersubjetiva em torno “do que está acontecendo” têm um caráter determinante no decorrer da experiência social.

Os pressupostos goffmanianos estão na base de estudos de comunicação e de movimentos sociais que fizeram uso do conceito de enquadramento, criando um campo investigativo a partir dos anos 1980. A análise do enquadramento volta-se, então, a compreender a forma como elites impõem determinadas visões sobre a realidade, como ela é disputada por movimentos sociais organizados e, sobretudo, como é mediada pelos meios de comunicação de massa e pela imprensa profissional. O conceito de enquadramento passa a ter um papel importante na análise dos conflitos políticos, destacando o caráter processual no qual os atores envolvidos manifestam seus valores e interesses e, sobretudo, sua capacidade de impor ou negociar a realidade em disputa.

Se o campo de estudos sobre o enquadramento se desenvolveu, a partir de *insights* sociológicos, na fronteira entre o campo da comunicação e o da Sociologia dos Movimentos Sociais, seu desenvolvimento hoje depende de uma interlocução criativa e renovadora com a Sociologia Digital. A disputa de enquadramentos hoje se realiza em um denso ambiente midiático (Couldry & Hepp, 2020), em um ecossistema comunicacional marcado pela ampliação de emissores que se comunicam por tecnologias digitais em um contexto de conectividade permanente (Castells, 2015; Lupton, 2015). A disputa sobre a realidade se torna uma questão mais complexa e dinâmica, ancorada na lógica comercial de plataformas digitais, mediada por uma nova infraestrutura sociotécnica e por uma cultura midiática inerente a ela (Miskolci, 2021).

A construção do enquadramento entre atores sociais e as mídias

Na linha dos estudos de sociologia da mídia e da comunicação, Tuchman (1978) considera as notícias “uma janela para o mundo”. A autora se apropria das ideias de Goffman na busca de compreender as dinâmicas institucionais na construção dos quadros noticiosos. Em sua análise dos procedimentos internos ao jornalismo, para a autora, a construção do enquadramento depende de considerar o jornalismo, junto com o universo profissional e empresarial da televisão, como “instituições sociais, com deontologias profissionais, rotinas produtivas, modelos de negócios e regras de distribuição e de acúmulo de prestígio e distinção” (Gomes, 2024: 65).

Rens Vliegenthart e Liesbet van Zoonen (2011) abordam como essa corrente inicial dos estudos comunicacionais sobre o enquadramento se divide entre a perspectiva do *frame building* (a construção dos quadros noticiosos), que busca compreender as dimensões institucionais do jornalismo e as dinâmicas das redações na construção de tais quadros, e a perspectiva do *frame effects* (os efeitos dos quadros noticiosos), interessada em entender os quadros noticiosos e sua ressonância na conversação e na opinião pública.

A conceituação de enquadramento midiático se difundiu a partir da influência de Robert Entman, que define: “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição

particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993: 52, tradução nossa). O autor ressalta que a presença de enquadramentos em um texto não garante sua influência na audiência, pois o processamento das ideias depende de categorias, *scripts* e estereótipos com aderência social. A análise de enquadramento, portanto, deve medir a saliência de elementos no texto e sua relação com os esquemas interpretativos da audiência. Sua teoria está baseada em um contexto no qual os meios de comunicação de massa são a base das esferas públicas nacionais.

Nos estudos de movimentos sociais, a ênfase recai sobre o trabalho interpretativo que os movimentos empregam nas situações e ações em que estão envolvidos: “os atores dos movimentos são vistos como agentes significantes, ativamente envolvidos na produção e manutenção do significado para os participantes, antagonistas e espectadores ou observadores” (Benford & Snow, 2000: 613, tradução nossa). Os enquadramentos se relacionam com aspectos ideológicos e culturais em disputa em uma dada sociedade, amplificando-os, modificando-os ou contestando-os.

Enquanto o enfoque anterior investiga os procedimentos rotinizados do jornalismo para a construção de quadros noticiosos e seus efeitos na sociedade, o enfoque dos estudos de movimentos sociais se volta para as disputas de enquadramento entre atores comumente marcados por recursos materiais e simbólicos desiguais (Vliegenthart & Zoonen, 2011: 105). Tais aspectos são sociologicamente

relevantes, dado que se consideram elementos materiais, institucionais e societários na construção e negociação de enquadramentos envolvidos na mobilização social.

A importância das mídias não é, entretanto, desconsiderada do ponto de vista sociológico dos estudos de movimentos sociais. Ainda que se centre no engajamento dos seus organizadores na definição de enquadramentos, sua construção é dependente de como as mídias transmitem as mensagens que os movimentos tentam moldar e influenciar (Tarrow, 2009: 41). A própria criação dos movimentos sociais modernos se valeu do surgimento da imprensa comercial, responsável pela possibilidade de segmentos sociais se pensarem como uma coletividade com interesses próprios, além de partilhar formas de repertórios de confronto (Tarrow, 2009: 66).

Os estudos de enquadramento, portanto, demarcam o caráter simbólico e comunicacional dos conflitos políticos contemporâneos, salientando a importância da análise das relações mediadas nas disputas políticas e atentando às disputas entre grupos de interesse, seus recursos e sua capacidade de impor sua definição da realidade. Em um mundo crescentemente digitalizado e midiaticizado, o diálogo com a Sociologia Digital abre novos campos de investigação sobre as disputas de enquadramento e suas reconfigurações.

A Sociologia Digital e as atuais disputas de enquadramentos

Dentre as mudanças em curso, destacam-se três elementos que têm significativa influência na construção

hodierna dos enquadramentos: a emergência de uma sociedade em rede, a midiatização profunda e a plataformização da comunicação. Tais aspectos se aprofundaram entre a primeira e a segunda década do século XXI e foram consolidados no auge da pandemia de coronavírus (2020-2023). A Sociologia Digital se tornou o campo privilegiado para compreender tais mudanças e suas implicações.

Na era digital, os enquadramentos são afetados pela mudança na dinâmica dos fluxos comunicacionais, já que as relações sociais passam a ser criadas, desenvolvidas e aprofundadas por meio do uso de equipamentos para comunicação em rede (Castells, 1999). Nossa ecologia midiática se tornou mais densa e variada (Couldry, 2020). Sua característica central é o sobrefluxo de mensagens midiáticas, fazendo com que a análise da influência midiática seja sempre complexa e difícil de realizar.

Saímos de um contexto de comunicação de massas para outro de autocomunicação de massas (Castells, 2015), em que se passou de um paradigma de “um-para-muitos” para outro marcado por remetentes e destinatários híbridos. Nele, “[...] todo ponto no espaço é conectado por meio de comunicação mediada para cada outro ponto, e essa conexão é sempre potencialmente bidirecional” (Couldry, 2009: 52-53). Em um contexto de “multiplicidade de mídias” e de “muitas camadas sobrepostas da comunicação” (Couldry & Hepp, 2020: 53), os indivíduos potencialmente se informam e discutem sobre a realidade em diversos grupos e a partir de diversas fontes, compartilhando também suas próprias avaliações com próximos ou desconhecidos.

Além do compartilhamento de mensagens, um novo aparato tecnológico permite a profusão de imagens e narrativas que são matéria-prima para disputas políticas. A presença material de câmeras digitais em dispositivos móveis e a facilidade de propagar seus produtos fazem parte da disputa de enquadramentos no presente. Tal contexto tornou recorrente o formato de vídeo-denúncia de ativistas digitais para mobilizar sua audiência (Gomes, 2024: 83). Grupos de interesse e/ou movimentos sociais são hoje capazes de produzir seus próprios vídeos e competir com os enquadramentos das mídias convencionais. A produção audiovisual, a *expertise* técnica e os recursos materiais para difundi-las se tornam hoje parte da batalha de enquadramentos.

A comunicação, na era digital, passa a se dar preponderantemente por meio das plataformas de redes sociais. A lógica comunicacional passa então pelo modelo de negócios das plataformas, que se caracterizam pela comoditização, dataficação e personalização (Van Dijck; Poell & Wall, 2018). Grupos de interesse capazes de dominar tal lógica, com equipes e *softwares* que lhes permitem conhecer e distribuir conteúdos estratégicos para nichos específicos, tomam vantagem sobre seus concorrentes e/ou adversários.

O *Digital News Report*, do *Reuters Institute for the Study of Journalism*, demonstra como tendências da última década o declínio do consumo de jornalismo impresso, aumento da busca pela informação por meio de plataformas de rede social e, por fim, o recente crescimento da importância dos aplicativos de mensagens e o aumento de busca por

informação de caráter audiovisual.¹ O modelo de negócios do jornalismo passou a ter que atender às demandas de visibilidade nas plataformas de redes sociais, perdendo seus patrocinadores habituais e buscando rentabilidade por meios digitais (Poell; Nieborg & Duffy, 2022: 52). A construção do enquadramento noticioso passa por mudanças institucionais importantes: a demanda por imediatividade e a competição no seio da economia da atenção das plataformas intensificaram sobremaneira a aceleração da atividade que prevê investigação e apuração acurada na elaboração da notícia.

Neste cenário, as notícias se tornam uma dentre inúmeras “janelas para o mundo”. A plataformização rompeu o monopólio jornalístico na criação de enquadramentos midiáticos. O formato comunicacional das plataformas permite a edição e comunicação com qualquer destinatário, diminuindo o papel de mediação jornalística e capacitando “todos os potenciais usuários a serem autores independentes e com igualdade de direitos” (Habermas, 2023: 59). Nem todos, entretanto, têm a mesma influência.

A sociabilidade baseada em plataformas de redes sociais constituiu novas formas de capital social, como a influência, a visibilidade e a credibilidade digitais (Gomes, 2024: 66). O influenciador digital aparece como uma nova personagem. Seu reconhecimento depende de sua posição na rede, bem como do acompanhamento das métricas de engajamento de um público fragmentado que interage com uma infinidade de emissores (Ortiz, 2022). Devotados a seus

¹ Para uma compreensão mais detalhada das mudanças, conferir os relatórios de pesquisa no site <<https://www.digitalnewsreport.org/>>.

nichos, os influenciadores se beneficiam do processamento algorítmico personalizado para encontrar seu público-alvo. Os conteúdos midiáticos produzidos para nichos específicos contrastam com a tendência integrativa prévia do modelo das esferas públicas nacionais, instituídas pela imprensa, rádio e televisão (Habermas, 2023).

Vivemos hoje em um mundo no qual as relações sociais são cada vez mais intensamente mediadas pelas tecnologias digitais. As disputas de enquadramento se tornam um aspecto central nos conflitos sociais hodiernos, exigindo atenção à configuração das relações sociais em um novo ecossistema midiático. A profusão de conteúdo midiático, seus diversos fluxos, sua plataformização e a conformação dos nichos de influência são alguns dos aspectos que ocupam espaço privilegiado de pesquisa no campo da Sociologia Digital.

Referências

- BENFORD, Robert D. & SNOW, David A. (2000). Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. (2015). *O poder da comunicação*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COULDRY, Nick. (2009). Does the media have a future? *European Journal of Communication*, v. 24, n. 4, p. 437-449.

- COULDRY, Nick. (2020). *Media: why it matters*. Cambridge; Medford: Polity Press.
- COULDRY, Nick. & HEPP, Andreas. (2020). Media and the social construction of reality. In: *The Oxford Handbook of Digital Media Sociology*. Oxford: Oxford University Press.
- ENTMAN, Robert M. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58.
- FREHSE, Fraya. (2024). Entrelaçamentos espaciais entre região, território e frame na obra de Erving Goffman. In: MARTINS, Carlos Benedito & GASTALDO, Edison (orgs.). *Erving Goffman 100 anos: explorando a ordem da interação*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial.
- GOFFMAN, Erving. (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- GOMES, Wilson. (2024). *Transformações da política na era digital*. São Paulo: Paulus.
- HABERMAS, Jürgen. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. São Paulo: Editora Unesp.
- LUPTON, Deborah. (2015). *Digital sociology*. New York; London: Routledge.
- MISKOLCI, Richard. (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MISKOLCI, Richard. (2025). Desinformados são os outros: a divisão político-comunicacional durante a pandemia de Covid-19. *Revista Sociedade & Estado*, v. 40, p. 1-18.
- ORTIZ, Renato. (2022). Influenciadores, intelectuais, mediadores simbólicos. *Rumores*, v. 16, n. 31, jan.-jun.

- POELL, Thomas; NIEBORG, David & DUFFY, Brooke Erin. (2022). *Platforms and cultural production*. Cambridge: Polity Press.
- TARROW, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- TUCHMAN, Gaye. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas & DE WAAL, Martijn. (2018). *The platform society: public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press.
- VLIEGENTHART, Rens & VAN ZOONEN, Liesbet. (2011). Power to the frame: bringing sociology back to frame analysis. *European Journal of Communication*, v. 26, n. 2, p. 101-115.

3. Quando a emoção se torna viral

Jair de Souza Ramos

Sabemos que há uma correlação forte entre emoções e juízos morais, ainda que sua relação de causalidade não esteja definida. Frequentemente, a formação de um julgamento moral é acompanhada por sentimentos intensos, expressos por meio de um vocabulário que remete à indignação, ao desprezo ou ao nojo (Cova & Sander, 2013). Da mesma forma, emoções intensas, quando tornadas públicas, frequentemente são justificadas em termos morais. Por outro lado, sabemos que a intensidade e a frequência com que as emoções são mobilizadas em plataformas de redes sociais têm despertado preocupações com a saúde mental dos usuários dessas plataformas (Arçari *et al.*, 2024).

Em ambientes digitais, a articulação dessas duas dinâmicas torna-se evidente nas ondas de emoções morais que atravessam as *timelines* na forma de apelos à raiva e à condenação pública, como ocorre nas práticas de cancelamento e de exposição pública de comportamentos moralmente reprováveis (Miskolci, 2021). Partindo dessas afirmações, creio que as interações em plataformas digitais oferecem um novo campo de pesquisa sobre a produção social das emoções morais (Jourdheuil & Petit, 2015).

Sociologia das Emoções

Sob a ótica da Sociologia das Emoções, os sentimentos emergem e adquirem significado no contexto das relações sociais (Bericat, 2015; Kemper, 1990). Compreender uma emoção significa compreender a situação (o que inclui as condições materiais) e a relação social que a produz e, também, o modo como as emoções produzem relações sociais. As emoções são uma construção sociocultural que só é compreensível em seu sentido coletivo “através do exame atento de casos etnográficos, explorando as formas múltiplas pelas quais a emoção extrai sentido e força de sua localização e performance no domínio público do discurso” (Abu-Lughod & Lutz, 1990).

Como veremos, a Sociologia das Emoções oferece ferramentas de análise para compreendermos o modo como as emoções são mobilizadas pelas e nas plataformas digitais e nos inspira a examinar o digital enquanto contexto material de demanda da expressão de emoções e de sua circulação pública. No ambiente digital, essa produção é essencialmente discursiva: a interação entre humanos e máquinas é mediada por textos e imagens que circulam e mobilizam afetos, sendo, assim, objetos discursivos.

Ahmed (2015) avança outra ideia importante: a emoção não reside em um objeto isolado, mas é um efeito da circulação de signos; quanto mais uma mensagem circula, maior o seu valor afetivo acumulado. Ela se afasta, assim, dos modelos de análise do discurso violento em termos de projeção sobre o outro, uma vez que a suposição, aí, é de que os afetos se dirigem de dentro para fora dos sujeitos, quando,

de fato, eles são mobilizados e intensificados pela circulação de signos. O meme “eu não sabia que precisava disso até ver a propaganda” pode ser adaptado aqui como “eu não sabia que odiava isso até ler esse texto, ver essas imagens e/ou ouvir isso”. Essas são algumas das emoções que são convocadas na circulação de postagens em redes sociais.

Complementarmente, Ann Stoller (2022) propõe que os afetos operam como uma medida relacional do valor de objetos, pessoas, situações e relações, estabelecendo quem é digno de respeito ou desprezo. Disposições como a repulsa e a vergonha realizam um trabalho normativo, funcionando como fonte de julgamento e crítica. Se tomarmos em conta as redes sociais, poderemos observar disposições afetivas que demarcam quem é digno de desprezo, raiva e objeto de indignação e quem está em posição de acusar e de convocar o julgamento. Dessa forma, a expressão pública de uma emoção já constitui, em si, uma avaliação. As emoções são, portanto, relacionais e cognitivas: elas impõem ao sujeito uma compreensão de sua posição e da posição dos outros nas interações de poder, e é assim que operam como emoções morais.

Tendo em mente que o desenho das plataformas, a atividade algorítmica e a ação social dos usuários são orientados para a produção e a circulação contínuas de informações, podemos entender que o engajamento dos usuários e o adensamento comunicacional produzem o incremento do valor afetivo dos signos mobilizados e da emocionalidade da comunicação nas plataformas digitais. Essa estrutura fornece os meios pelos quais são constituídas correntes morais nas quais posições de poder são disputadas.

A infraestrutura material do digital e a mobilização das emoções

A intensa presença de comportamentos emocionalmente carregados na internet não é apenas um fenômeno psicológico individual, mas o resultado de discursos emocionais construídos a partir de uma infraestrutura material de mobilização das emoções inscrita no design das plataformas.

De fato, Steinert e Dennis (2022) argumentam que a mobilização coletiva das emoções é um efeito intencional do design das plataformas como forma de produzir “uma experiência significativa” para os usuários e alimentar o seu engajamento. Isso é feito por meio de quatro *affordances* principais de sua arquitetura. Esses recursos permitem que os usuários (1) se expressem com atualizações pessoais, (2) compartilhem conteúdo quando o repassam, (3) sejam incentivados a consumir conteúdo e (4) avaliem o conteúdo de outras pessoas. Essa lista não é exaustiva, mas essas possibilidades estão especialmente ligadas à mobilização das emoções.

Affordances são propriedades relacionais de objetos que tornam uma ação específica mais provável, e as *affordances* emocionais, em particular, referem-se às possibilidades de ação que tornam a expressão de emoções, seu compartilhamento e seu consumo rápidos, simples e fáceis, incentivando os usuários a se expressarem emocionalmente e a se envolverem uns com os outros. Assim, o design das plataformas é crucial para a intensa presença de respostas

emocionais que testemunhamos no funcionamento das redes sociais. Senão, vejamos:

Funcionalidades como “curtir” (*like*) e “não curtir” (*dislike*) nomeiam ações em termos afetivos e emocionais. O próprio objeto tecnológico materializa uma resposta emocional, solicitando que o usuário expresse, em termos emocionais, sua resposta a um conteúdo.

Emojis e figurinhas são recursos desenvolvidos para eliminar ambiguidades em comunicações curtas e rápidas online, esclarecendo o sentido das palavras e evitando mal-entendidos. Contudo, novamente, a tecnologia objetiva, em termos emocionais, o contexto das mensagens, indicando que a falta de um tom emocional pode levar à incompreensão. Além disso, esses recursos simplificam emoções complexas, não capturando ambiguidades ou ambivalências, o que facilita a identificação e a contabilização desses afetos pelos algoritmos.

Outro aspecto que contribui para a circulação das emoções em plataformas é que os usuários são tratados como pessoas cuja interioridade se expressa em atualizações pessoais. As plataformas perguntam: “quem você é?”, “do que você gosta?”, “o que está acontecendo com você?”. A ideia é que os usuários alimentem seus perfis com eventos de vida: aniversários, casamentos, filhos, mudanças de emprego, separações. Quanto mais intensa a informação pessoal, mais atenção ela produzirá. Assim como em situações sociais estudadas por Marcel Mauss (1980 [1921]), nas quais se supõe a expressão obrigatória de sentimentos em determinados eventos, as plataformas demandam que os usuários

exponham situações pessoais e respondam emocionalmente a elas.

Essa capacidade da máquina transforma-se em uma exigência para o usuário, especialmente à medida que as relações são cada vez mais mediadas pelo digital. Levar um filho ao parque, por exemplo, não é apenas um ato de carinho; a plataforma demanda que isso seja expresso publicamente com fotos e vídeos, ainda que isso reduza o tempo de brincar com o filho. Essa dinâmica leva a situações como a de um pai que inventa uma festa de aniversário falsa para o filho para poder postar nas redes sociais, buscando validação pública. Isso não é apenas um desvio moral individual, mas a eficácia de um mecanismo que privilegia a expressão pública da intimidade.

Uma parcela dos usuários, ainda, mostra-se capaz de expressar de forma intensa determinados afetos em postagens que “viralizam”, isto é, que são objeto de recorrência de compartilhamentos, comentários, cópias da postagem, mas também refutações e reações carregadas de afetos em torno das imagens, palavras e/ou ideias presentes na postagem. Tudo isso produz efeitos afetivos em rede, e a observação das *timelines* das mídias sociais mostra que o humor dos usuários tende a acompanhar as mensagens e notificações online que recebem e as atualizações e publicações que visualizam. Não é de admirar que isso mude a forma como os usuários pensam e sentem, tanto para melhor quanto para pior. Nesse sentido, a produção contínua de informações pessoais, o compartilhamento e o feedback não se limitam a dar forma a emoções já existentes, mas também as produzem e/ou as convocam, e a organização das

mensagens na *timeline* e, especialmente, a interação entre os usuários estabelecida em torno dessas mensagens produzem afetos compartilhados.

Assim, a *timeline* é constantemente alimentada com conteúdo emocional. As informações compartilhadas carregam significados e emoções que circulam em rede, produzindo discursos emocionais coletivos. Esse “bombardeamento emocional” cria uma possibilidade contínua de produzir reações e contágio emocional no ambiente digital que, como vimos, não é um mero fenômeno psicológico individual, mas a expressão de discursos construídos a partir de uma infraestrutura material de mobilização inscrita no design das plataformas. Esse processo permite que estados emocionais sejam transferidos entre usuários sem a necessidade de interação física, produzindo uma dinâmica na qual o humor dos indivíduos tende a acompanhar as mensagens, notificações e publicações que visualizam em suas *timelines*.

O contágio emocional atinge sua força máxima quando assume um caráter moral. A correlação entre emoções intensas e a formação de juízos morais revela-se nas ondas de pena, solidariedade, indignação e desprezo que atravessam as redes digitais, validando ou difamando sujeitos e/ou comportamentos. Como vimos, os afetos operam como uma “medida relacional de valor”, definindo quem é digno de admiração ou de condenação pública. Nesse contexto, a expressão de uma emoção já constitui um julgamento em si, estabelecendo posições de poder entre quem acusa e quem é objeto da indignação coletiva.

Algoritmos e a engenharia das correntes sociais e morais

Na definição de Durkheim (1984 [1895]), as correntes sociais são descritas como estados de consciência coletiva, como movimentos de entusiasmo, indignação ou piedade, que não possuem uma origem individual definida, mas exercem uma coerção externa sobre os indivíduos, arrastando-os independentemente de sua vontade. Trata-se de uma coerção moral que age sobre as emoções dos indivíduos. Na contemporaneidade, a atividade dos algoritmos nas plataformas digitais reconfigurou a produção dessas correntes, transformando aquilo que Durkheim definia como um fenômeno espontâneo em um resultado intencional do design das plataformas.

Os algoritmos de redes sociais são construídos para mimetizar o comportamento humano e induzir ações e associações entre usuários. Por meio da curadoria algorítmica, as plataformas não apenas publicam informações, mas selecionam e distribuem conteúdos socialmente significativos com o objetivo de maximizar o engajamento. Esse processo é alimentado por gigantescos bancos de dados que permitem às máquinas identificar e correlacionar comportamentos e estados de espírito, frequentemente priorizando conteúdos que mobilizam afetos intensos. E, uma vez que, como vimos, o design opera suscitando e circulando emoções, o engajamento é favorecido pela circulação de um tipo específico de emoção, aquela que opera como medida de valor, isto é, como emoção moral.

Contudo, a produção de correntes sociais no ambiente digital ocorre quando a atividade das máquinas se entrelaça à ação humana estratégica. Experimentos demonstram que algoritmos de recomendação, como os do YouTube, podem favorecer vídeos inflamatórios ou teorias da conspiração porque estes mantêm os usuários conectados por mais tempo, criando um “efeito bola de neve” que impulsiona determinadas definições de situação e as transforma em correntes sociais de larga escala. Essas correntes são capazes de adensar redes interpessoais e aumentar a voltagem emocional, gerando fenômenos como o linchamento de reputações ou pânicos morais, mas, sobretudo, produzindo identidades coletivas.

Assim, é especialmente por meio da difusão de eventos morais, construídos por meio de discursos emocionais que demandam tomadas de posição coletivas, que o contágio emocional mediado por máquinas acaba por performar a existência de grupos polarizados (“nós contra eles”) e constituir o senso moral comum das comunidades digitais (Ramos, 2019).

Por fim, a produção digital de correntes sociais possui uma dimensão política profunda. Tanto empreendedores digitais especializados no funcionamento dessas máquinas quanto proprietários das plataformas conseguem manipular a curadoria algorítmica das informações para disseminar visões de mundo específicas, transformando mal-estares individuais em movimentos coletivos e constituindo o senso moral comum de grupos.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila & LUTZ, Catherine A. (1990). Introduction: Emotion, Discourse, and the Politics of Everyday Life. In: LUTZ, Catherine A. & ABU-LUGHOD, Lila (eds.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge; New York; Paris: Cambridge University Press. p. 1-23.
- AHMED, Sara. (2015). *La política cultural de las emociones*. México: UNAM.
- ARÇARI *et al.* (2024). Da Conexão ao Isolamento: Como as Redes Sociais Afetam a Saúde Mental. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 8, p. 5086-5098.
- BERICAT, Eduardo. (2015). The sociology of emotions: Four decades of progress. *Current Sociology*, v. 64.
- COVA, Florian; DEONNA, Julien A. & SANDER, David. (2013). The emotional shape of our moral life: Anger-related emotions and mutualistic anthropology. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 36, p. 86-87.
- DURKHEIM, Émile. (1984 [1895]). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional.
- JOURDHEUIL, Romain & PETIT, Emmanuel. (2015). Émotions morales et comportement prosocial: Une revue de la littérature. *Revue d'économie politique*, v. 125, n. 4, p. 499-525.
- KEMPER, Theodore D. (ed.). (1990). *Research Agendas in the Sociology of Emotions*. Albany: State University of New York Press.
- MAUSS, Marcel. (1980 [1921]). A expressão obrigatória dos sentimentos. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. p. 56-63.

- MISKOLCI, Richard. (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte: Autêntica.
- RAMOS, Jair. (2019). Machines among the crowd: on the political effects of algorithmic production of social currents. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 16, p. e16210.
- STEINERT, Steffen & DENNIS, Matthew. (2022). Emotions and Digital Well-Being: on Social Media's Emotional Affordances. *Philosophy & Technology*, v. 35.
- STOLER, Ann Laura. (2022). *Interior Frontiers: Essays on the Entrails of Inequality*. New York: Oxford University Press.
- VÍCTORA, Ceres & COELHO, Maria Claudia. (2019). A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, ano 25, n. 54, p. 7-21, maio/ago.

4. A construção de um campo de investigação sociológica sobre Inteligência Artificial

Dimitri Fazito

Veridiana Domingos Cordeiro

Nos últimos anos, as Ciências Sociais têm debatido intensamente as mudanças ocorridas a partir de inovações tecnológicas digitais que impactam diretamente a organização do mundo social, desde a ordem do trabalho (automação, precarização e aumento da velocidade da produção), passando pela ordem institucional política e econômica (inovação de modelos de negócio, concepções, normas de controle, regulação e governança), até processos que fundamentam o cotidiano das interações humanas e a formação de identidades sociais (a mobilização política nas redes sociais online, a produção de si através do *Self* conectado digitalmente, a datificação do conhecimento social armazenado em plataformas digitais globalizadas).

Essas discussões se iniciam com o processo de disseminação da internet entre o final do século XX e o início do século XXI. Entretanto, após a década de 2010, a produção massiva de dados, possibilitada pela coleta de dados online, permitiu o desenvolvimento de novas técnicas relativas à análise de big data, que, por sua vez, passaram a alimentar

grandes modelos que possibilitaram o desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa. Nos últimos quinze anos, portanto, a Sociologia teve que dar conta de todas as transformações que três grandes marcos tecnológicos trouxeram ao mundo social:

- i. a conectividade e a digitalização da vida;
- ii. a produção massiva de dados e a implementação de algoritmos em plataformas que medeiam relações socioeconômicas;
- iii. o surgimento da Inteligência Artificial Generativa, que transformou completamente a maneira como produzimos conhecimento no mundo (produção escrita, produção audiovisual, produção científica etc.).

Para esse conjunto de reflexões produzido pela Sociologia, deu-se o nome de “Sociologia Digital”, que se configurou como um conjunto de pesquisas com diferentes abordagens teóricas e metodológicas que tentam dar respostas a fenômenos contemporâneos decorrentes da digitalização e da datificação do mundo. Já há uma produção nacional crescente sobre a temática e seus desdobramentos históricos e temáticos, tais como: a digitalização da vida social (Miskolci, 2016), os problemas enfrentados pela Sociologia (Nascimento, 2020; Cordeiro; Waizbort & Gomes, 2023; Cordeiro, 2021), as consequências da datificação (Faustino & Lippold, 2023), entre outros.

Cada uma dessas transformações gerou um conjunto de estudos e respostas para analisar os impactos sociais da época. Os primeiros trabalhos sobre a temática tratavam da

questão da conectividade e digitalização, especialmente durante a emergência da internet (Abbate, 1999), explorando profundamente como as tecnologias digitais transformavam as relações sociais e a própria natureza da sociabilidade humana (Baym, 2011; Van Dijck, 2013, 2011a, 2011b).

Com o avanço e a popularização da internet, houve um processo de produção massiva de dados, que foram usados por *Big Techs* para desenvolver plataformas digitais orientadas a dados com amplo uso social: tanto para mediar relacionamentos (Facebook, Instagram, LinkedIn, Tinder, entre outros), quanto relações econômicas e de prestação de serviços (Airbnb, IFood, Uber, entre outros). Esse processo culminou em um fenômeno conhecido como plataformização, isto é, a integração sociotécnica profunda entre indivíduos humanos, algoritmos e sistemas coletivos.

Essa integração tem produzido novas formas de sociabilidade (como as chamadas “sociabilidades digitais”), que têm provocado mudanças radicais e disruptivas nas instituições e nos circuitos de interação social, alterando as relações em termos de intensidade, equivalência e reciprocidade nos processos de reprodução social. A maior parte das reflexões a respeito provém de áreas afins, como a Comunicação Social (Van Dijck *et al.*, 2018) ou a Psicologia Social (Zuboff, 2021). Apesar disso, a Sociologia tem produzido reflexões relevantes sobre questões de epistemologia e de teoria social (Kenney, 2015; Kitchin, 2014).

Por fim, estudos mais recentes têm tentado trazer perspectivas sobre o impacto da Inteligência Artificial no mundo social. A predominância de estudos de Sociologia

Econômica e do Trabalho sobre a temática ainda permanece relevante e avança com novos debates e pesquisas inovadores, mas outras abordagens epistemológicas parecem repisar pontos críticos já levantados décadas atrás, diante da avalanche sociotécnica e seus deslizamentos fenomenológicos espaço-temporais do mundo da vida contemporânea (ver Couldry & Hepp, 2016).

A heterogeneidade de abordagens congregadas na chamada Sociologia Digital pode tornar o campo difícil de navegar. Por isso, iremos, aqui, considerar nossa revisão crítica a partir de uma perspectiva promissora: a chamada Sociologia dos Algoritmos, proposta por diferentes cientistas sociais nos últimos vinte anos (Marion Fourcade, Jenna Burrell, Fleur Johns, Massimo Airoidi, entre outros).

A possibilidade de uma Sociologia dos Algoritmos está fortemente conectada ao fato histórico da emergência de uma sociedade cada vez mais integrada tecnologicamente por meio de processos de produção, circulação e consumo de bens e serviços “algoritmizados”. O fenômeno da “algoritmização” se apresenta, factualmente, quando boa parte das interações sociais cotidianas assimila uma lógica algorítmica (incorporada e automatizada subjetivamente em indivíduos e grupos) para a resolução de problemas e tomadas de decisão, induzindo comportamentos específicos que se “naturalizam” e se difundem como modelos sociais legítimos e, frequentemente, dominantes (Beer, 2017).

Vários exemplos cotidianos ilustram esse processo, como o deslocamento urbano por meio de aplicativos de mapas de vias e trajetos, o uso de plataformas de mobilidade como o Uber; a conversação cotidiana por meio da troca de

mensagens pessoais via aplicativos de SMS ou redes sociais online como o WhatsApp! (que procuram emular interações face a face); a organização do tempo e das atividades de trabalho com o uso de agendas eletrônicas compartilhadas, como o Google Workspace; a consulta terapêutica utilizando *LLMs* como o ChatGPT, entre outras possibilidades.

Como sugerem Burrell & Fourcade (2021), a algoritmização se desenvolveu ao longo de um processo histórico antes de se apresentar firmemente consolidada e “naturalizada”, incorporada institucionalmente à vida social cotidiana, e remonta a formas de organização técnica das atividades administrativas na esfera pública, especialmente dos Estados e dos mercados na modernidade, confundindo-se com a evolução do próprio pensamento social e da produção do conhecimento segundo a lógica da razão instrumental nas sociedades industriais e pós-industriais. Nesse processo histórico, o desenvolvimento paralelo e complementar dos algoritmos, da computação e da economia da atenção levou ao capitalismo plataformizado como modelo de negócios fundado na globalização sociotécnica proporcionada pela internet (suas diversas camadas de infraestrutura e fases de desenvolvimento automatizado, padronizado e autonomista – da *World Wide Web* no início dos anos 1990 até o atual momento da Internet das Coisas).

A centralidade da algoritmização nesse processo está ligada diretamente ao desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) e a seus impactos diretos sobre a vida social contemporânea. Consideramos que a Sociologia deve entrar nesse debate sobre a sociedade plataformizada e o

surgimento da IA a partir de questionamentos sociológicos acerca do fenômeno da algoritmização.

Primeiro, porque o persistente problema da interação entre humanos e não humanos (máquinas, em especial aquelas alimentadas por processos de algoritmização e pelo desenvolvimento da IA) tornou-se uma questão central para a compreensão da sociabilidade e da institucionalidade em diversas dimensões da vida cotidiana. Devemos nos perguntar como o “código” (representação dos algoritmos aplicados) se estabelece na realidade vivida e interage com ela, eventualmente transformando-a ou promovendo uma mediação digitalizada entre humanos, máquinas e o próprio ambiente.

Qual é a relação da codificação algorítmica com normas e regras sociais? E como o elemento tácito do entendimento social comum sobre as normas – que projeta e sustenta a ordem institucional – interage causalmente com os códigos de mediação social nas interações digitais entre humanos e máquinas, incidindo sobre a construção social da realidade? Ao fim e ao cabo, a Sociologia tem demonstrado, a partir de diferentes tradições de pesquisa, que a algoritmização implica inovações complexas em torno da agência, da cultura e de novos dispositivos sociotécnicos que, em recursividade, ressignificam padrões de interação e de atribuição de sentido à vida prática.

Um segundo aspecto refere-se ao problema da construção social da realidade digital: do analógico ao digital, e do *offline* (interação face a face direta e copresença) ao *online* (interação face a face mediatizada, incorporada, estendida, situada e ativada). A ordem da interação social e algorítmica

– da internet à plataformização, datificação e ao rastreamento cotidiano do *Self* – demanda da Sociologia uma renovação crítica profunda, tanto teórica quanto metodológica. O objeto sociológico, tradicionalmente concentrado nas interações humanas face a face (analógicas, de contiguidade e equivalência), sofre alterações definitivas com a mediação sociotécnica dos algoritmos (pensemos especialmente nas interações com agentes de IA e na experiência prática de tecnologias de realidade virtual). Há debates sociológicos consistentes sobre a produção do “eu social” a partir da perspectiva do *Self Conectado* (*Networked Self* – Rainie & Wellman, 2012; Chayko, 2015) e pesquisas sobre o Rastreamento do *Self* (*Self Tracking* – Lupton, 2014; Couldry & Hepp, 2016), revelando novos padrões de sociabilidade integrados entre o digital e o analógico, cujo desenvolvimento se ancora em processos algorítmicos complexos e de grande escala.

O desenvolvimento de uma Sociologia dos Algoritmos emerge como imperativo teórico e empírico diante das profundas transformações que a algoritmização imprime sobre a tessitura social contemporânea. Essa necessidade transcende o interesse acadêmico, configurando-se como demanda urgente para compreender as reconfigurações fundamentais nas formas de sociabilidade, de poder e de produção de sentido que caracterizam nossa época. A Sociologia dos Algoritmos emerge da confluência de múltiplas tradições sociológicas que, confrontadas com o desafio da algoritmização, convergem para formar um campo de investigação distintivo. A Inteligência Artificial, inicialmente tratada como objeto externo à análise

sociológica, revela-se progressivamente como um fenômeno constitutivamente social, que demanda ferramentas analíticas específicas.

Os trabalhos seminais de Marion Fourcade, Jenna Burrell, Fleur Johns, Donald MacKenzie e Massimo Airoidi estabelecem os contornos teóricos específicos da Sociologia dos Algoritmos. Esses autores desenvolvem uma análise sofisticada das relações recursivas entre cultura e código, identificando três movimentos fundamentais: cultura-no-código, código-na-cultura e código-no-código. Essas dinâmicas estabelecem circuitos de retroalimentação entre aprendizado social e aprendizado de máquina, nos quais a distinção entre processos sociais e computacionais se torna progressivamente difusa.

A força do código na cultura deriva da incorporação de um poder simbólico específico à codificação “inteligente”. Essa forma de poder manifesta-se na capacidade de processar informações em novas dimensões espaço-temporais, operando com instantaneidade e estabelecendo ordenamentos simultaneamente ordinais, hierárquicos e diferenciados. Os sistemas algorítmicos não apenas processam informação, mas a nomeiam, identificam, valoram, associam e estabelecem similaridades, criando taxonomias dinâmicas que reconstituem continuamente a ordem classificatória da cultura. Esse processo estabelece recursividades que geram novas disposições e composições sociais, tensionando e reconfigurando categorias existentes.

A socialização contemporânea ocorre por meio de processos que envolvem tanto o *Self* humano quanto o que podemos denominar “*Self* maquínico” – a constituição de

identidades e agências algorítmicas por meio de processos de aprendizado. O conceito de *habitus*, tradicionalmente aplicado à incorporação de estruturas sociais em disposições duráveis dos agentes humanos, encontra paralelo no “*machine habitus*” proposto por Airoidi, no qual algoritmos desenvolvem disposições a partir do treinamento em dados socialmente estruturados. Essa convergência entre processos de aprendizagem humana e maquínica não implica equivalência, mas revela homologias estruturais que demandam análise sociológica sistemática.

A institucionalização desses processos na cultura digital contemporânea manifesta-se na emergência de novas formas normativas que combinam elementos sociais e algorítmicos. As instituições digitais não são meras versões automatizadas de instituições tradicionais, mas configurações híbridas nas quais regras sociais e protocolos computacionais se entrelaçam de maneira complexa. A legitimidade institucional passa a depender não apenas de processos sociais de reconhecimento e validação, mas também de desempenhos algorítmicos que produzem eficiência, previsibilidade e escalabilidade.

O desenvolvimento da Sociologia dos Algoritmos dependerá da capacidade de articular essas múltiplas dimensões em *frameworks* teóricos coerentes, preservando a complexidade dos fenômenos estudados sem sacrificar o rigor analítico. Esse campo emergente não representa apenas uma especialização adicional dentro da Sociologia, mas um espaço de renovação teórica e metodológica que desafia e enriquece a disciplina como um todo, oferecendo

ferramentas indispensáveis para compreender as sociedades algoritmicamente mediadas do século XXI.

Referências

- ABBATE, Janet. (1999). *Popularizing the Internet*. In: *Inventing the Internet*. Cambridge: MIT Press.
- AIROLDI, Massimo. (2022). *Machine habitus: toward a sociology of algorithms*. Cambridge: Polity Press.
- BAYM, Nancy. (2011). *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press.
- BEER, David. (2017). The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 1.
- BURRELL, Jenna & FOURCADE, Marion. (2021). The society of algorithms. *Annual Review of Sociology*, v. 47, p. 213–237.
- CHAYKO, Mark. (2017). *Superconnected: the internet, digital media, and techno-social life*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- CORDEIRO, Veridiana. (2021). Novas questões para sociologia contemporânea: os impactos da inteligência artificial e dos algoritmos nas relações sociais. In: COZMAN, Fabio G; PLONSKI, Guilherme Ari & NERI, Hugo (Orgs.). *Inteligência artificial: avanços e tendências*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, p. 206-226. E-book. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/ebooks/inteligencia-artificial>>. Acesso em 26 jun. 2026.
- CORDEIRO, Veridiana; WAIZBORT, Leopoldo & GOMES, Leticia. (2023). A formação da sociologia digital: emergência de uma nova especialidade na sociologia ou

- um campo para repensar a própria sociologia? *Plural*, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./jun., p. 5-22.
- COULDRY, Nick & HEPP, Andreas. (2016). *The mediated construction of reality*. Cambridge: Polity Press.
- FAUSTINO, Deivison. & LIPPOLD, Walter. (2023). *Colonialismo de dados*. São Paulo: Boitempo.
- FOURCADE, Marion & JOHNS, Fleur. (2020). Loops, links and ladders: the recursivity of social and machine learning. *Theory and Society*, v. 49, p. 803-832.
- KENNEDY, Helen. (2015). Data and agency. *Big Data & Society*, jul./dez., p. 1-7.
- KITCHIN, Rob. (2014). Big data, new epistemologies and paradigm shifts. *Big Data & Society*, abr./jun., p. 1-12.
- LUPTON, Deborah. (2016). *The quantified self: a sociology of self-tracking*. Cambridge: Polity Press.
- MACKENZIE, Donald. (2019). How algorithms interact: Goffman's "interaction order" in automated trading. *Theory, Culture & Society*, v. 36, n. 2, p. 39-59.
- MISKOLCI, Richard. (2016). Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, jul./dez.
- NASCIMENTO, Leonardo. (2020). *Sociologia digital: uma breve introdução*. Salvador: Editora UFBA, Coleção Ciberultura, p. 7-61.
- RAINIE, Lee & WELLMAN, Barry. (2011). *Networked: the new social operating system*. Cambridge: MIT Press.
- VAN DIJCK, José (2011). Facebook as a tool for producing sociality and connectivity. *Television & New Media*, v. 13, p. 160.

- VAN DIJCK, José. (2011). Tracing Twitter: the rise of a microblogging platform. *International Journal of Media and Cultural Politics*, v. 7, n. 3.
- VAN DIJCK, José. (2013). *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- ZUBOFF, Shoshana (2021). *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

5. Capitalismo, trabalho e emancipação: três pontos de intersecção entre a Sociologia Digital e a Sociologia do Trabalho

Ricardo Festi

O surgimento de um novo campo de estudos na sociologia, a Sociologia Digital, é impulsionado pelas transformações ocorridas em quase todas as esferas da sociedade em razão dos impactos das novas tecnologias que caracterizam o capitalismo neoliberal da era digital. Essas significativas transformações atingem tanto a vida social, incluindo a economia, a política e as instituições, quanto o universo subjetivo. Isso tem apresentado novos desafios para a compreensão da sociedade contemporânea, exigindo novas perspectivas sobre temas e conceitos clássicos das ciências sociais, bem como sobre as suas ferramentas de investigação.

Dentre as esferas sociais, o mundo do trabalho tem sido profundamente impactado pelas transformações contemporâneas. Diante disso, a Sociologia do Trabalho, que figura entre as mais antigas e consolidadas áreas de nossa disciplina, poderá desfrutar de um profícuo diálogo com a Sociologia Digital. A despeito de sua longevidade como

campo científico e de seus conceitos, os estudos sobre o trabalho tendem a conduzir seus pesquisadores e pesquisadoras a uma intersecção com outras áreas do saber, não apenas com as ciências humanas e sociais, sendo um antídoto importante para o movimento de hiperespecialização ocorrido nas últimas décadas nas diferentes áreas. A constituição ontológica do trabalho como algo estruturante e estrutural da sociedade demanda abordagens multidisciplinares para a melhor compreensão dos fenômenos que o atingem.

As contribuições já reconhecidas da Sociologia Digital, ao serem incorporadas ao campo dos estudos do trabalho, geram uma salutar tensão entre a sociologia contemporânea e a sociologia clássica, em particular aquela que se debruçou sobre as assim chamadas sociedades modernas ou industriais. Dessa forma, a Sociologia Digital, sob a ótica do trabalho, posiciona-se na vanguarda das temáticas e dos problemas contemporâneos, expandindo as fronteiras do conhecimento.

Dentre as principais questões que a Sociologia Digital tem abordado em seus estudos e que podem contribuir para a Sociologia do Trabalho, destacam-se as desigualdades sociais e de renda acentuadas pela digitalização, a vigilância e o controle por parte de corporações e governos, a regulação do mundo digital e os desafios éticos envolvidos no uso da Inteligência Artificial (Fernandes & Silva, 2025; Micheli; Lutz & Büchi, 2018; Royakkers *et al.*, 2018; Vassilakopoulou & Hustad, 2023).

Outra contribuição relevante que o campo da Sociologia Digital pode oferecer aos estudos do trabalho é o

seu pluralismo metodológico, que busca integrar a teoria social com métodos de pesquisa quali-quantitativos, muitos deles computacionais (Benavides; Ulloa-López & Ponce, 2025; Edelmann *et al.*, 2020; Hampton, 2017; Vassilakopoulou & Hustad, 2023). A vasta quantidade de dados produzidos na sociedade digital, bem como o seu uso e empoderamento por meio de grandes corporações e governos, exige que os métodos da sociologia sejam capazes de capturar e analisar essa nova esfera da vida social.

Nos últimos anos, o principal objeto de intersecção entre a Sociologia Digital e a Sociologia do Trabalho tem sido as plataformas digitais e suas implicações sobre o mundo do trabalho e a sociedade (Abílio; Amorim & Grohmann, 2021; Bonina *et al.*, 2021; Wang & Tomassetti, 2024). A presente relação tem o potencial de ser expandida para uma gama diversificada de novos objetos e fenômenos. Ademais, abaixo, indico alguns temas e debates que considero relevantes para o avanço de uma Sociologia Digital do mundo do trabalho.

A questão central para a pesquisa em qualquer área do conhecimento atualmente é compreender o impacto das transformações tecnológicas, especialmente a digitalização, a plataformização e a Inteligência Artificial, no modo capitalista de produção. É importante ressaltar que, em paralelo à revolução digital, tem-se observado um processo de hiperfinanceirização da sociedade. Diante disso, é pertinente questionar em que medida a lógica vigente da economia é determinada pelo rentismo.

De acordo com alguns autores, a sociedade industrial teria migrado para um rentismo digital (Dowbor, 2024), no

qual a produção de valor (e de novas riquezas) é bloqueada pelas grandes corporações financeiras (Varoufakis, 2025). Nesse contexto, as Big Techs exerceriam o papel de espoliadoras do valor gerado pela indústria, impondo limites à inovação e ao avanço tecnológico (Durand, 2020). Empresas como a Uber obtêm a sua renda baseada no controle do acesso aos mercados de trabalho e de consumo (Dean, 2025).

Para que tal objetivo seja alcançado, é necessário que a empresa em questão promova a destruição de setores econômicos consolidados e mobilize grandes quantidades de capital de risco, mediante a promessa de altos retornos no curto prazo. Dessa forma, as principais empresas a dominar este novo modelo são as plataformas digitais – atuando imaterialmente para além das fronteiras nacionais –, que consolidariam mecanismos muito mais amplos de apropriação, em escala planetária, sem a correspondente criação de bens e serviços, empregos e bem-estar econômico.

Outros autores afirmam que o capitalismo alterou a forma de criação do valor (Fuchs, 2019). Atualizando a interpretação feita pelo operaísmo italiano, especialmente a de Antonio Negri (1978), alguns teóricos do aceleracionismo consideram que o capitalismo ingressou em um novo ciclo econômico, no qual a geração de valor se dá por meio do extrativismo de dados produzidos por consumidores, clientes, empregados e outras empresas capitalistas (Srnicek, 2016). A fundamentação dessa interpretação está em uma leitura do famoso fragmento sobre a máquina de Karl Marx, que concebe uma descentralização da produção do valor das

fábricas para o conjunto da sociedade (agora dominada pela dinâmica da comunicação). A sociedade, por conseguinte, seria equiparada a uma fábrica, e o conhecimento, a uma força de produção à parte (Marx, 2021).

No entanto, a mobilização do feudalismo para caracterizar o que há de novo no capitalismo pode mais confundir do que ajudar. Em última análise, tal perspectiva pode ser interpretada como uma visão binária que acaba por apresentar uma nostalgia dos Trinta Gloriosos da Europa Ocidental. A utilização de fatores extraeconômicos – tais como a violência, a expropriação e a espoliação – não constitui uma característica estranha ao capitalismo, mas sim uma de suas características constitutivas e presentes desde a sua origem.

Um segundo aspecto a ser considerado é a análise cuidadosa do mundo do trabalho. Diante do novo, talvez seja oportuno refazer velhas perguntas. Como ocorre a dominação do capital sobre o trabalho? Quais são os instrumentos e mecanismos utilizados para isso? Por quais razões os trabalhadores, cada dia mais submetidos a intensos ritmos e extenuantes jornadas de trabalho, com baixos salários e ambientes precarizados, não se insurgem contra o capital? Quais são os mecanismos que permitem que o capital se reproduza por meio da exploração do trabalho? Estas são questões centrais desenvolvidas pelo que veio a se chamar de “teoria do processo de trabalho”, que tem em Braverman e Burawoy os autores mais proeminentes. No entanto, a digitalização tem posto em xeque as bases fundantes dessa concepção, visto que ela partia da premissa de que a fábrica constituía o locus central do processo de

dominação capitalista. Contudo, como refletir sobre a dominação do capital quando a “fábrica” contemporânea se manifesta como imaterial, na ausência de um local unitário e geolocalizado do trabalho?

Uma das críticas de Burawoy a Braverman adquire nova relevância na era digital. O primeiro apontou que o segundo, ao focar no processo “objetivo” de trabalho, teve dificuldade em compreender a natureza do controle, já que, por definição, este lida com aspectos “subjetivos”, ou seja, processos políticos e ideológicos. Dessa forma, seria necessário avançar para além do binômio subordinação/resistência. Assim, a partir de sua pesquisa empírica, Burawoy concebe a questão do controle em termos de um “jogo” no qual os trabalhadores também participam e, por meio dele, produzem consentimentos face às relações capitalistas de produção.

É sugestivo pensar dessa forma num mundo do trabalho plataformizado, gerido por um algoritmo que “gamifica” o trabalho. Segundo Gandini (2019), as plataformas digitais de trabalho devem ser compreendidas como um “local de produção”, destinado a ser um lugar onde o processo de trabalho é aplicado sobre os trabalhadores. Nesse processo, configura-se uma combinação de fatores gerenciais que vai desde o algoritmo (automação digital ou Inteligência Artificial), o *feedback* e as avaliações de clientes, bem como as classificações (o que exige um trabalho emocional, isto é, a dimensão subjetiva) e os fatores externos do mercado de trabalho precarizado. Essas condições impõem um controle tecnonormativo do capital sobre o trabalho sem necessidade de que os trabalhadores estejam

concentrados num local físico ou sob vigilância direta de uma gerência.

Por fim, uma última questão envolve o debate sobre a emancipação, conceito-chave para toda a teoria crítica. A emancipação, nesse contexto, não é compreendida como um movimento de ascensão social ou de “empoderamento social, econômico ou identitário”, mas sim como uma ruptura dialética da sociedade dominada pelo capital. Nesse sentido, o trabalho sempre ocupou uma posição central nessa reflexão, sendo a tecnologia um elemento a ele conectado.

Nas perspectivas das teorias críticas, há um consenso de que as tecnologias não são neutras. As diferenças emergem sobre o que fazer com essas tecnologias no processo de emancipação social. Se tais infraestruturas não são neutras, seria possível emancipar-se por meio delas e com aquilo que existe hoje? É possível apropriar-se delas e dar um novo sentido à sua existência ou elas são projetadas de tal forma como um instrumento de dominação do capital que será necessário destruí-las ou abandoná-las? Embora o tema pareça distante e utópico, ele está relacionado às orientações políticas atuais, especialmente no que diz respeito a debates políticos sobre governança, regulação e bem comum.

Uma abordagem contemporânea desse debate é apresentada pelos aceleracionistas. Eles compreendem que o capitalismo neoliberal aumenta a velocidade do desenvolvimento tecnológico, mas não gera saltos qualitativos. Em vez de incentivar a criatividade, ele a bloqueia. Assim, um projeto emancipador teria como missão apropriar-se da base material criada pelo capitalismo e

reprogramá-la para objetivos comuns, projetando a sociedade para um futuro pós-capitalista (Williams & Srnicek, 2025).

Todavia, há indícios de que, assim como ocorreu no passado, o ciclo de entusiasmo com a chamada revolução tecnológica, em particular a Inteligência Artificial Generativa, tende a diminuir e, até mesmo, a dar lugar a um período de pessimismo quanto ao progresso. Esse cenário deve-se ao fato de que a tecnologia atual enfrentará limitações técnicas e políticas que impedirão seu desenvolvimento exponencial. Um projeto emancipador passa por controlar os meios materiais de produção da riqueza (material e imaterial), mas também por destruir e abandonar aquelas infraestruturas que são hostis ao bem comum e ao ser humano.

Dentre os muitos temas relevantes e instigantes que podem compor uma reflexão conjunta entre a Sociologia Digital e a Sociologia do Trabalho, considero que esses três são os mais urgentes e complexos. Longe de querer resolver ou dar a última palavra, espera-se que as observações anteriores contribuam para um debate profícuo e longo entre as disciplinas.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique & GROHMANN, Rafael. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v. 23, p. 26-56.

- BENAVIDES, Andrea Velásquez; ULLOA-LÓPEZ, Paola & PONCE, Juan Pablo del Alcázar. (2025). Netnography and Discourse Analysis in Digital Environments: Methodological Convergences for the Study of Virtual Communities in the Age of Algorithms. *Journal of Posthumanism*, v. 5, n. 7, p. 1854-1864.
- BONINA, Carla *et al.* (2021). Digital platforms for development: Foundations and research agenda. *Information Systems Journal*, v. 31, n. 6, p. 869-902.
- DEAN, Jodi. (2025). *Capital's Grave: Neofeudalism and the New Class Struggle*. London: Verso Books.
- DOWBOR, Ladislau. (2024). *A revolução digital: uma sociedade à beira de rupturas*. São Paulo: Elefante.
- DURAND, Cédric. (2020). *Technoféodalisme*. Paris: Zones.
- EDELMANN, Achim *et al.* (2020). Computational Social Science and Sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 46, n. 1, p. 61-81.
- FERNANDES, Maurício Nunes & SILVA, Cleiton Reisdorfer. (2025). Movimentos sociais digitais e desigualdades na sociedade em rede: Digital social movements and inequalities in the network society. *RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 1, n. 1, 27 jan.
- FUCHS, Christian. (2019). *Rereading Marx in the age of digital capitalism*. London: Pluto Press.
- HAMPTON, Keith N. (2017). Studying the Digital: Directions and Challenges for Digital Methods. *Annual Review of Sociology*, v. 43, n. 1, p. 167-188.
- MARX, Karl. (2021). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.

- MICHELI, Marina ; LUTZ, Christoph & BÜCHI, Moritz. (2018). Digital footprints: an emerging dimension of digital inequality. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, v. 16, n. 3, p. 242-251.
- NEGRI, Antonio. (1978). *La Classe ouvrière contre l'État*. Paris: Éditions Galilée.
- ROYAKKERS, Lambèr *et al.* (2018). Societal and ethical issues of digitization. *Ethics and Information Technology*, v. 20, n. 2, p. 127-142.
- SRNICEK, Nick. (2016). *Platform Capitalism*. Cambridge; Malden: Polity Press.
- VAROUFAKIS, Yanis. (2025). *Tecnofeudalismo: o que matou o capitalismo*. São Paulo: Crítica.
- VASSILAKOPOULOU, Polyxeni & HUSTAD, Eli. (2023). Bridging Digital Divides: a Literature Review and Research Agenda for Information Systems Research. *Information Systems Frontiers*, v. 25, n. 3, p. 955-969.
- WANG, June & TOMASSETTI, Julia. (2024). Labor-capital relations on digital platforms: Organization, algorithmic discipline and the social factory again. *Sociology Compass*, v. 18, n. 3, e13192.
- WILLIAMS, Alex & SRNICEK, Nick. (2025). Manifiesto por una política aceleracionista. In: AVANESSIAN, Armen & REIS, Mauro (Orgs.). *Aceleracionismo: estrategias para una transición hacia el postcapitalismo*. Buenos Aires: Caja Negra.

6. A fábrica digital dispersa: Trabalho em TI, teletrabalho e trabalho de plataforma no Brasil

Maria Aparecida Bridi

As transformações no mundo do trabalho nas primeiras décadas do século XXI não podem ser compreendidas apenas como uma evolução tecnológica, mas como uma profunda reconfiguração das relações de produção sob a égide do neoliberalismo. O cenário brasileiro revela que a digitalização do trabalho, longe de promover a autonomia prometida pelos discursos gerenciais, tem servido como suporte técnico para a expansão de fronteiras de extração de valor, desfazendo as distinções clássicas entre os espaços da produção, do consumo e da reprodução social.

Este texto propõe analisar as formas de trabalho que emergem dessa dinâmica, caracterizadas por uma heterogeneidade estrutural que abrange desde o teletrabalhador até o entregador plataformizado nas ruas. O argumento central é o de que as tecnologias informacionais digitais, ao atuarem como mediadoras e controladoras da atividade laboral, permitem ao capital externalizar custos operacionais e riscos para os indivíduos, atomizando a força de trabalho. Esse processo dificulta a percepção de uma

identidade de classe comum e transforma o habitat e a cidade em extensões diretas do capital.

Nesse sentido, utiliza-se neste artigo a noção de desterritorialização do trabalho para designar o deslocamento do espaço produtivo tradicional da empresa para múltiplos espaços sociais, como o domicílio, as ruas da cidade e os ambientes digitais, sem que isso implique a perda do controle empresarial sobre a atividade laboral, que passa a ser exercido por meio de infraestruturas tecnológicas e sistemas de gestão algorítmica. É nesse contexto que se consolida o que aqui denominamos de “fábrica digital dispersa”, isto é, uma configuração na qual o trabalho se distribui por diferentes territórios sociais, permanecendo, contudo, integrado e coordenado por empresas de plataformas digitais e sistemas de gestão informacional.

Convergência tecnológica e desterritorialização do trabalho digital

A revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), iniciada nos anos 1970, atingiu um novo patamar de capilaridade na última década. Se, em períodos anteriores, o acesso ao computador e à internet era restrito a setores qualificados e núcleos técnicos, a popularização dos smartphones e a universalização dos planos de dados transformaram o equipamento informacional em uma ferramenta onipresente, inclusive na vida das classes populares.

Contudo, essa intensificação do uso não se traduziu necessariamente em um processo de emancipação laboral ou social; ao contrário, resultou na criação de uma infraestrutura técnica que permite ao capital extrair valor em qualquer tempo e lugar, rompendo barreiras geográficas e temporais anteriormente associadas à jornada de trabalho tradicional. A transformação digital, sob o comando do capital, reconfigura estruturas produtivas e formas de trabalho, fazendo emergir novos tipos de empresas e ocupações.

Nesse contexto, a análise das faces do trabalho no chamado capitalismo contemporâneo, muitas vezes denominado “informacional”, “de plataforma”, “digital” ou “cognitivo”, revela uma clivagem estrutural do trabalho mediado e progressivamente controlado pelas tecnologias digitais. Sua marca é uma profunda diversidade e heterogeneidade, abrangendo atividades vinculadas à produção, ao desenvolvimento e à manutenção de tecnologias. Esse escopo compreende desde os profissionais de TI e desenvolvedores de *software* até trabalhadores fabris de *hardware*, operadores de call centers, trabalhadores de “fazendas de clique”, entregadores de mercadorias, motoristas e diversas novas atividades que vêm sendo plataformizadas.

Nesse universo do trabalho, de um lado situa-se uma aristocracia do conhecimento, composta por desenvolvedores, arquitetos de *software* e analistas de sistemas, cuja atividade é marcada pela imaterialidade e pelo uso intensivo de algoritmos. Do outro lado, emerge um vasto “proletariado” digital, isto é, uma classe trabalhadora que

abrange desde o trabalho taylorizado em fábricas de *hardware* e *call centers* até trabalhadores plataformizados e teletrabalhadores, nos quais a subordinação é frequentemente mascarada pela interface amigável de aplicativos, conforme analisam Lima e Bridi (2019). Os autores destacam que cada um desses segmentos apresenta características específicas em termos de perfil, qualificação, sistemas de remuneração e modalidades de contratação.

Esse campo desafiou a Sociologia do Trabalho a adentrar o setor informacional no Brasil, buscando identificar o que há de propriamente novo no trabalho a partir das configurações desenhadas pelas tecnologias digitais e informacionais.¹ Esses estudos procuraram compreender o perfil dos trabalhadores e a configuração da organização do trabalho em TI. Em decorrência das transformações impulsionadas pelas tecnologias, emergiram novos modelos de negócios e de trabalho, cujas configurações foram viabilizadas por um contexto mais amplo de mudanças políticas e ideológicas.

Esse processo coincidiu com uma ampla agenda neoliberal de questionamento do trabalho protegido e de implementação de reformas laborais, que estruturou o cenário para a ascensão das empresas de plataformas digitais.

¹ As investigações pioneiras no campo da Sociologia do Trabalho sobre este segmento no Brasil foram articuladas a partir de projetos financiados pelo CNPq, com foco inicial na indústria de informática no Paraná. Parte desses resultados foi sistematizada na obra *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia da informação* (Bridi & Lima, 2018), que condensa pesquisas iniciadas em 2011 pelos grupos de pesquisa coordenados por Maria Aparecida Bridi (UFPR) e Jacob Carlos Lima (UFSCar).

Tais organizações mobilizam milhões de indivíduos, aos quais sistematicamente se nega o estatuto de trabalhador.

Essa descaracterização do vínculo empregatício apoia-se na retórica do “empreendedorismo de si”, na qual o controle disciplinar, antes exercido pela vigilância direta, é convertido em métricas de produtividade e mecanismos de gamificação. Assim, as plataformas se eximem de responsabilidades previdenciárias e securitárias, transferindo a maior parte dos riscos da atividade econômica para o indivíduo isolado. Geralmente controladas por corporações multinacionais, essas empresas operam formas intensivas de exploração da força de trabalho, frequentemente sob o verniz ideológico da chamada “economia do compartilhamento”. Na prática, rejeitam a identidade de empregadoras clássicas, instrumentalizando a tecnologia para descaracterizar a relação de emprego e ocultar a subordinação estrutural.

Esse processo, que vinha ocorrendo em ritmo constante, avançou de forma acelerada a partir da segunda década do século XXI. Observou-se uma intensificação durante a pandemia da Covid-19, que exigiu rápida adaptação ao trabalho a distância, tornando-o viável para atividades passíveis de execução por meio das tecnologias digitais.

A necessidade de distanciamento social, como medida de saúde pública, fez emergir com força inédita a tendência do trabalho realizado no local de moradia. Essa modalidade distingue-se do “trabalho doméstico” do século XIX em razão de sua mediação tecnológica. Ao contrário do trabalho manufatureiro em domicílio oitocentista, o teletrabalho

transporta para o interior do lar as hierarquias e os mecanismos de vigilância do espaço corporativo. O espaço privado da casa passou a incorporar atividades antes realizadas em instituições como escolas, universidades e empresas. Atividades como os call centers, que antes implicavam grandes aglomerações de trabalhadores, foram deslocadas para as residências.

As condições desse trabalho tornaram-se objeto de debates e questionamentos sobre sua permanência no período pós-pandêmico. Essa transição forçada, contudo, não ocorreu de forma homogênea, revelando profundas desigualdades nas condições materiais de realização do trabalho remoto, conforme demonstram nossas investigações e a literatura da Sociologia do Trabalho.

A pesquisa do GETS/REMIR, realizada em 2020 no contexto da pandemia, com o objetivo de analisar as condições do trabalho remoto/*home office*, contou com 906 respondentes de todas as regiões do Brasil e evidenciou a erosão da fronteira entre o público e o privado, mostrando que a suposta “flexibilidade” camufla jornadas estendidas, com demandas em fins de semana e a tendência à ampliação da jornada de trabalho. Para além da ausência de um “escritório” formal, que em muitos casos obrigou o trabalhador a ocupar cozinhas ou cantos improvisados para garantir o acesso à internet, o teletrabalho significou, para muitas mulheres, a reconcentração do trabalho produtivo e reprodutivo no domicílio, aprofundando a desigualdade na divisão das tarefas de cuidado.

A pesquisa corroborou a tese de que a infraestrutura adequada para o trabalho, à época denominado *home office* ou

trabalho remoto, era um privilégio restrito a uma minoria. Essa opção pelo termo deveu-se à compreensão de que o teletrabalho se encontra regulado e ajustado com o trabalhador, ao passo que a maioria dos casos, no contexto da Covid-19, tratou-se de uma adaptação forçada e sem regras. Ao serem questionados sobre a ergonomia de seu local de trabalho em home office, apenas 30,79% dos entrevistados classificaram suas condições como excelentes, dispondo de escritório com mesa e cadeiras adequados. Em contrapartida, a grande maioria enfrentava cenários de improvisação: para 57,06%, as condições eram apenas razoáveis, contando apenas com parte da tecnologia e dos equipamentos necessários, enquanto 12,14% declararam viver situações péssimas, carecendo da infraestrutura básica para a execução de suas tarefas. Para cerca de 70% dos entrevistados, o ambiente de moradia não estava preparado para a transposição das atividades laborais, resultando em uma “domesticação” forçada do trabalho em espaços multifuncionais e ergonomicamente inadequados.

Essa realidade evidencia que a economia de custos operacionais celebrada pelas empresas e pelo Estado no pós-pandemia fundamenta-se, em grande medida, no desgaste físico e material do trabalhador, que passou a arcar individualmente com o ônus de adaptar seu habitat para atender às exigências de produtividade do capital.

Complementarmente à dimensão ergonômica, a avaliação das condições dos equipamentos e tecnologias disponíveis no domicílio revelou uma divisão significativa na capacidade de resposta dos trabalhadores à demanda pelo remoto. Embora 45% dos entrevistados tenham classificado

sua infraestrutura tecnológica como excelente, a maioria absoluta situa-se em patamares de limitação ou exclusão técnica: 51% consideraram suas condições apenas razoáveis, operando com recursos que não atendiam plenamente às necessidades das atividades laborais, enquanto 4% afirmaram enfrentar condições péssimas, carecendo dos instrumentos básicos para o trabalho.

Essa disparidade evidencia que a “conectividade” exigida pelo capitalismo contemporâneo não é distribuída de forma equânime. A predominância de condições “razoáveis” sugere que uma parcela considerável da força de trabalho opera no limite da eficiência técnica, dependendo de equipamentos próprios muitas vezes obsoletos ou compartilhados com outros membros da família. Esse cenário reforça a tese de que a digitalização do trabalho, ao desestruturar o espaço coletivo da empresa, individualiza não apenas o local de trabalho, mas a própria viabilidade técnica da produção, tornando o acesso a equipamentos de qualidade um novo marcador de desigualdade socioprofissional.

Para além do ambiente doméstico do teletrabalho, a Sociologia do Trabalho tem lançado luz sobre os trabalhadores plataformizados. Se no teletrabalho o equipamento central é o *notebook*, aqui o instrumento de trabalho é o *smartphone* e o veículo (carro ou moto), subordinados à “gestão algorítmica”. Neste setor, as classes trabalhadoras não utilizam a tecnologia apenas para comunicação, mas como meio de sobrevivência. Motoristas de Uber e entregadores constituem o que se pode denominar como “proletariado digital”, um grupo que, segundo a

pesquisa do IBGE (2025), cresceu 25,4% em número de pessoas ocupadas nesse setor em comparação com 2022, cujo contingente era de 1,3 milhão.

Neste trabalho, diferentemente do setor de Tecnologia da Informação (TI), onde ainda há negociação coletiva e sindicatos organizados, conforme observado nas pesquisas sobre os sindicatos em tecnologia da informação (SINDPDs) em 2021, no trabalho plataformizado o controle é invisível e individualizado. O algoritmo define a rota, o valor da corrida e a punição (bloqueio), sem que haja a figura de um superior para questionamento. Enquanto o teletrabalhador enfrenta o adoecimento psíquico pelo isolamento, o trabalhador de plataforma enfrenta a precariedade física, a inexistência de seguro-acidente e a total ausência de vínculos garantidos pela CLT, apesar da subordinação clara ao sistema informacional.

As centrais de atendimento (call centers), resultado do avanço da externalização adotada pelas empresas a partir dos anos 1990, foram impactadas pela pandemia em 2020. Inúmeros call centers, que antes aglomeravam centenas de trabalhadores em galpões taylor-fordistas, foram desestruturados fisicamente. A atividade foi pulverizada, e essa “desterritorialização” significou a criação de milhares de microunidades de atendimento nas residências, onde o custo da infraestrutura foi integralmente repassado ao trabalhador. Como analisam Bridi, Trópia e Vazquez (2024), a transição para o âmbito doméstico não arrefeceu a disciplina taylorista. Pelo contrário, as ferramentas digitais de monitoramento (softwares de log-in/log-out, métricas de tempo e gravação de telas) mantiveram a subordinação rígida dentro de casa. O trabalhador, muitas vezes em

condições habitacionais precárias, passou a lidar com a pressão por produtividade sem o suporte imediato de supervisores ou a sociabilidade no espaço do trabalho, o que acentua o sentimento de solidão e o sofrimento psíquico.

Outro segmento reconfigurado no contexto da pandemia e da plataformização da economia em curso é o setor financeiro digital, que representa o ápice da simbiose entre desterritorialização bancária e precarização. Bridi, Trópia e Vazquez (2024) destacam a transição de ocupações típicas do bancário para modalidades de “parceria” ou prestação de serviços (PJ), refletindo a estratégia de externalizar os custos da força de trabalho e desvincular o capital dos encargos sociais e trabalhistas da CLT.

Nessas atividades, os sistemas de gestão de metas em tempo real mimetizam o controle taylorista de forma invisível. O trabalhador isolado é monitorado por métricas de desempenho digital em um cenário de disponibilidade permanente de seu tempo. Para o trabalhador, isso significa o ônus de garantir a infraestrutura de conexão de alta performance necessária para operar sistemas complexos e a própria cibersegurança. A responsabilidade técnica e o risco operacional, antes centralizados na instituição, tendem a recair sobre o indivíduo, dificultando a percepção de uma identidade de classe comum e fragilizando a ação coletiva.

Considerações finais

A análise das diversas faces do trabalho digital no Brasil revela que a tecnologia tem atuado como suporte técnico

para a expansão de uma agenda de precarização e individualização de riscos. O cruzamento entre a Sociologia do Trabalho e a Sociologia Digital permite compreender que a pretensa “imaterialidade” do dado e do algoritmo se ancora em uma materialidade física exaustiva e em uma disciplina frequentemente até mais rígida do que aquela do antigo chão de fábrica.

Seja no isolamento do teletrabalhador doméstico, na vigilância algorítmica do operador de *call center* ou na jornada incerta do entregador plataformizado, observa-se a consolidação de uma “fábrica dispersa”. Nela, o domicílio e a via pública tornam-se extensões do espaço produtivo, sem que o capital assuma as responsabilidades quanto à saúde, à infraestrutura e à seguridade do trabalhador. O desafio para a regulação pública e para a organização coletiva no século XXI reside em romper a invisibilidade desses novos vínculos e reconstruir laços de solidariedade em um cenário de profunda atomização social mediada por telas.

Referências

- BRIDI, Maria Aparecida; TROPIA, Patrícia Vieira & VAZQUEZ, Bárbara Vallejos. (2024). Teletrabalho e saúde no contexto da pandemia de covid-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 49.
- GETS/UFPR & REMIR. (2020). *Relatório técnico de pesquisa: trabalho remoto/home office no contexto da pandemia covid-19*. Curitiba.
- IBGE. (2022; 2025). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): teletrabalho e plataformas digitais*. Rio de Janeiro: IBGE.

LIMA, Jacob Carlos & BRIDI, Maria Aparecida. (2019). Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-341, maio-ago.

7. Influenciadores digitais e a produção de conteúdos: reforçando processos de individualização do trabalho por plataformas

Daniela Ribeiro de Oliveira

No Brasil, o processo de plataformização inicia-se a partir de 2011 (Cardoso & Pereira, 2023), com a disseminação de plataformas como a GetNinjas, que passou a oferecer serviços diversos, reunindo mais de 500 tipos de atividades, da faxina aos serviços de consultoria (Oliveira; Lopes & França, 2022). No entanto, é com a emergência da Uber que essa modalidade de organização do trabalho ganha maior visibilidade pública e densidade social, tornando-se um dos principais mecanismos de transformação das relações de trabalho. A consolidação desse modelo colocou, portanto, um problema analítico central: que trabalho é esse?

Abílio, Amorim e Grohmann (2021) chamaram atenção para as implicações analíticas e políticas das distintas nomenclaturas disseminadas entre os pesquisadores no estudo sobre plataformização: trabalho por plataforma, em plataforma, de plataforma ou mediado por plataforma. Cada uma dessas formas produzia apagamentos, seja em relação à exploração, seja em relação ao papel das plataformas no

processo de trabalho. Como chave interpretativa, os autores propõem a definição de trabalho subordinado por meio de plataformas digitais. Tal formulação permite evidenciar o papel das plataformas na reorganização dos mecanismos de controle do trabalho, operados por dispositivos tecnológicos, ao mesmo tempo em que introduzem e legitimam formas de trabalho sob demanda, tornando visível a figura do trabalhador *just-in-time* (Abílio, 2019).

A partir da emergência e expansão das plataformas digitais como meios centrais de organização, controle e geração de renda, conforma-se, no Brasil, uma agenda de pesquisa voltada à análise das condições de trabalho em plataformas digitais, ainda que marcada por recortes analíticos relativamente delimitados (Amorim & Moda, 2020; Greggo *et al.*, 2022; Festi; Lapa & Carvalho, 2023; IPEA, 2023). Essa produção, contudo, tem privilegiado determinadas dimensões do trabalho, permanecendo ainda incipientes as análises centradas em sujeitos que emergem no interior dessas dinâmicas de organização e experiência, como influenciadores e produtores de conteúdo vinculados ao cotidiano dos motoristas.

Nesse ponto, a tipologia proposta por Alex Vallas e Juliet Schor (2020) oferece uma chave interpretativa importante ao identificar cinco tipos de trabalho plataformizado, entre eles o dos criadores de conteúdo e influenciadores. Ainda que mencionados de forma mais genérica, esses atores, quando analisados em suas práticas, são caracterizados como centrais à lógica da economia da atenção, combinando valores do empreendedorismo, trabalho frequentemente não remunerado e expectativas de

monetização futura. Trata-se, como sugerem os pesquisadores, de uma forma de “trabalho aspiracional”, marcada pela incerteza e pela dependência da capacidade de converter visibilidade em renda.

Os produtores de conteúdo e influenciadores integraram o escopo desta pesquisa sobre as condições de trabalho de motoristas de aplicativos no contexto do debate sobre a regulamentação da categoria, desencadeado em 2024 com a elaboração do Projeto de Lei Complementar 12/2024. Identificamos um conjunto de *reels* e *cards* circulando nas redes sociais e grupos de WhatsApp! de motoristas, por meio dos quais rastreamos seus criadores, inicialmente dois influenciadores atuantes em São Paulo e Salvador. E construímos uma rede de 22 motoristas que articulam a atividade no transporte por aplicativo à produção de conteúdo digital, tomando o próprio cotidiano de trabalho como referência. Esses sujeitos atuam em múltiplas plataformas (Instagram, TikTok e YouTube), com conteúdos postados em diferentes canais e redes sociais.

Diante desse cenário, emergem algumas questões centrais: qual o sentido de suas publicações? Que tipo de retorno, material ou simbólico, eles obtêm com essa atividade? É possível, afinal, classificá-la como trabalho? Neste texto, analisamos a produção de conteúdo de dois influenciadores, Lucas Dias e Marlon Luz. Para isso, mobilizamos um conjunto de 200 postagens, monitoradas diariamente entre fevereiro de 2024 e abril de 2025 (Marlon Luz) e entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026 (Lucas Dias), com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos às postagens no interior das plataformas, bem como as

formas pelas quais esses conteúdos se articulam ao trabalho dos motoristas por aplicativo, reforçando formas de individualização e fragmentação das experiências e das respostas coletivas ao trabalho.

No caso de Lucas Dias, identificamos três temas recorrentes em suas publicações: condições de trabalho (rendimentos, preços das corridas, gestão algorítmica, riscos de roubo e acidente, preços do combustível e das manutenções); divulgação e propaganda; regulação do trabalho do motorista. Os vídeos com duração de até dois minutos variam entre relatos pessoais, entrevistas com outros motoristas e encenações de situações vividas no trabalho. As postagens focadas nas “relações com cliente” envolvem situações que criticam comportamentos dos clientes considerados inadequados (entrar no transporte com comida, bebida, reclamar do preço da corrida etc.). Em uma das postagens, ele aparece auxiliando, pacientemente, uma passageira idosa a entrar no automóvel. A chamada do post aciona a ideia: “um dia teremos essa idade”. Ainda sobre esta cena, a passageira identifica a exposição de mercadorias no interior do carro. No banco do passageiro foi instalado um suporte para mini perfumes, que são comercializados entre os clientes durante as viagens, demonstrando que o influenciador aproveita diferentes oportunidades para empreender.

Seus conteúdos divulgam uma rede de pequenos, médios e grandes negócios de interesses dos motoristas, relacionados a serviços como oficinas automotivas, empresas para instalação de *insulfilm*, realização de seguros, locadoras de veículos, postos de gasolina e/ou estações de

carregamento de baterias de carros elétricos, lava-jatos, lojas de acessórios, *sites* e aplicativos que auxiliam os motoristas no cálculo final das suas corridas ou como sistema de segurança, como os apps RebU e GigU, entre outros. O objeto mais estratégico, porém, predominante nas postagens foi a divulgação e propaganda de carros elétricos, em especial o BYD.

Lucas Dias não é o único a usar suas redes para visibilizar carros, sobretudo os elétricos; outros influenciadores mobilizam suas redes para divulgar automóveis de interesses dos motoristas, sobretudo focados na relação custo-benefício do veículo. Entretanto, a divulgação de uma marca específica, como a BYD, conecta-se à sua estratégia de inserção no mercado brasileiro, baseada na incorporação desses veículos à frota de motoristas por aplicativo, com oferta de condições facilitadas de aquisição (Neder, 2024).

Nesse contexto, mesmo quando as postagens de Dias abordam temas relacionados às condições de trabalho ou eventos como acidentes de trânsito, assumem formatos de divulgação do veículo, evidenciando a imbricação entre experiência laboral, produção de conteúdo e circulação de marcas. O Instagram não monetiza, mas é possível gerar recursos por meio do alcance, e o influenciador contava com 265 mil seguidores em setembro de 2025, número suficiente para posicioná-lo como referência, viabilizando um conjunto de atividades econômicas mediadas pela plataforma, semelhante ao que Jardim e Pires (2022) identificaram entre influenciadores fitness.

Assim, alguns conteúdos, ainda que, aparentemente, desconectados do trabalho em si, são atravessados pela experiência do motorista no trânsito, enquanto outros oferecem dicas sobre como ampliar ganhos ou otimizar o tempo de trabalho, frequentemente mobilizando a ideia de “motorista de sucesso”. Esse conjunto de elementos permite compreender uma primeira forma de atuação desses influenciadores, centrada na circulação de elementos referentes ao desempenho individual e a valores empreendedores.

As postagens de Marlon Luz, por outro lado, apontam para outra dimensão da atuação desses atores, diretamente vinculada à disputa em torno da regulação do trabalho por plataformas. Marlon Luz foi eleito vereador pela cidade de São Paulo na legislatura 2020-2024, trajetória construída em articulação à visibilidade prévia construída em suas redes sociais desde 2016. Sua atuação política é reforçada no contexto da repercussão do projeto, quando suas redes são mobilizadas em campanhas contrárias à proposta de regulação, desdobrando-se na organização de manifestações de rua, como no caso do ato realizado em São Paulo. Esse conjunto de ações indica que sua presença não se restringe ao ambiente digital, mas articula redes e ruas.

As publicações analisadas não se limitaram à circulação de conteúdos sobre o cotidiano do trabalho ou à crítica às plataformas, sobretudo à Uber. Em diferentes formatos (vídeos, *lives*, convocações e comentários sobre o andamento do projeto), o influenciador-parlamentar interveio diretamente no debate público sobre o PLC 12/2024. Seus conteúdos apresentavam o projeto como resultado de uma

aliança entre governo, empresas e sindicatos, frequentemente sintetizada na ideia de que esses atores estariam “de mãos dadas” em desacordo com os interesses dos motoristas. Esse tipo de formulação, reiterado nas postagens, contribui para estruturar uma interpretação do projeto e de seus efeitos. As publicações em vídeo direcionavam para o YouTube, onde o conteúdo era disponibilizado de forma mais extensa.

Suas postagens contra o PLC enfatizaram três aspectos da proposta que colaborariam para possíveis perdas econômicas para os motoristas, resultantes de três elementos: a) a obrigatoriedade da contribuição previdenciária; b) a obrigatoriedade de as empresas pagarem um valor mínimo por hora aos motoristas; c) a exigência de que as negociações entre capital e trabalho fossem mediadas por sindicatos. Em vídeos analisados, o influenciador apresenta cálculos detalhados sobre descontos e ganhos, questiona o valor de R\$ 32,00 por hora e sugere que a medida poderia reduzir a remuneração dos trabalhadores. Suas falas, frequentemente, colocam em dúvida a legitimidade dos sindicatos como representantes da categoria, associando-os a interesses externos aos dos motoristas, assim como colocam em xeque a necessidade de recolhimento do INSS, já que os trabalhadores contribuem por meio do cadastro de Microempreendedor Individual.

Esse conjunto de elementos aparece combinado às convocações à ação contra o projeto, com chamadas para manifestações e alertas sobre a tramitação do projeto, muitas vezes acompanhados de um tom de urgência: “você vai ficar aí parado?”. Nesse sentido, suas postagens, diferentemente

das de Lucas Dias, não apenas expressam posicionamentos relacionados ao projeto de regulamentação do “governo”, mas operam como instrumento de mobilização, conectando interpretações sobre o projeto à convocação para a ação coletiva. Marlon Luz, assim como outros influenciadores desse segmento com mais de 100 mil seguidores, ao longo do período de maior repercussão contra o PLC, encabeçou campanhas em suas redes sociais pela rejeição do projeto, o que se expressou, inicialmente, na retirada de sua tramitação em regime de urgência.

As postagens de Lucas Dias operam predominantemente a partir de uma chave individualizante, na qual o conforto e a melhoria das condições de trabalho, especialmente associados ao uso de veículos elétricos, aparecem como resultados de estratégias e escolhas do próprio motorista. Ainda que haja críticas às empresas-plataformas, estas não são formuladas a partir das assimetrias estruturais que organizam a relação entre capital e trabalho, tampouco evidenciam as formas de exploração implicadas nesse modelo. Ao contrário, tais conteúdos deslocam o foco para soluções práticas e individualizadas, centradas na gestão dos custos, na otimização do tempo e na ampliação dos ganhos, reforçando uma racionalidade alinhada ao empreendedorismo de si.

No caso de Marlon Luz, embora o conteúdo assuma um caráter mais diretamente político-partidário, a interpretação do conflito também se afasta da clivagem entre capital e trabalho. O debate em torno da regulamentação é apresentado como resultado de uma articulação entre interesses governamentais, empresariais e sindicais,

reconfigurando o conflito em termos de alianças e disputas entre atores institucionais. Nesse enquadramento, a noção de “direitos” aparece de forma restrita, referindo-se, sobretudo, à ausência de benefícios fiscais específicos aos motoristas, como descontos tributários, e não à ampliação de garantias trabalhistas. Assim, a crítica ao projeto não se orienta pela reivindicação de proteção social, mas pela defesa de condições mais favoráveis à permanência individual no mercado. A chave aqui é a capacidade de consumo, não a reivindicação, preservação ou acesso a direitos. Aliás, a gramática dos direitos está ausente em todos os conteúdos analisados até o momento.

Consideradas em conjunto, as postagens analisadas indicam que os criadores de conteúdos e influenciadores de motoristas não apenas descrevem o cotidiano do trabalho por aplicativos em termos de críticas às empresas, aos sistemas de remuneração considerados insuficientes e/ou injustos; eles operam, outrossim, como mediadores na produção de sentidos sobre tal cotidiano, reforçando valores como os expressos na autorresponsabilização e na individualização, nas quais problemas estruturais são sistematicamente traduzidos em termos de escolhas, estratégias e capacidades individuais. Nesse processo, as assimetrias que organizam a relação entre capital e trabalho tendem a ser obscurecidas, enquanto o conflito é reconfigurado sob uma perspectiva relacional, deslocando-se para disputas entre atores, interesses e percepções, e deslegitimando o papel de instituições chave, como o Estado e a representação dos trabalhadores.

Outro aspecto relevante é a validação de conteúdos de ambos os influenciadores cuja estrutura argumentativa simplificada reduz contextos, atores e situações complexas a soluções simplistas. Tais dinâmicas dialogam com as análises de Miskolci (2021) sobre a esfera pública técnico-midiaticizada, na qual as plataformas digitais favorecem formas individualizadas de interpretação da realidade e enfraquecem mediações coletivas, contribuindo para a fragmentação das experiências e para a limitação das possibilidades de organização do trabalho em bases coletivas.

Referências

- AMORIM, Henrique & MODA, Felipe Bruner. (2020). Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 59-71, jan./abr.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique & GROHMANN, Rafael. (2021). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, ano 23, n. 57, p. 26-56, mai./ago.
- CHIARINI, Tulio; SILVA NETO, Victor José da & PEREIRA, Larissa de Souza & SZIGETHY, Leonardo. (2023). *Plataformas digitais: mapeamento semissistemático e interdisciplinar do conhecimento produzido nas universidades brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (Texto para Discussão, nº 2829).

- CNN BRASIL. (2023). Chinesa BYD e 99 fecham acordo para mais 300 carros elétricos em São Paulo.
- FESTI, Ricardo Colturato; LAPA, Raphael Santos & CARVALHO, Bruna Vasconcelos de. (2023). Condições de trabalho e saúde de entregadores por aplicativos no Distrito Federal. *Política & Trabalho*, n. 58.
- GREGGO, João Pedro *et al.* (2022). Percepção de motoristas de Uber sobre condições de trabalho e saúde no contexto da Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 132, p. 93-106.
- MISKOLCI, Richard. (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizada*. Belo Horizonte: Autêntica.
- OLIVEIRA, Murilo C. Sampaio; LOPES, Randerson Haine de Souza & FRANÇA, Tâmara Brito de. (2022). Uma breve análise do trabalho na GetNinjas. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 21, abr.
- JARDIM, Maria Chaves & PIRES, Luana Di. (2022). O Instagram como dispositivo de construção de mercado nas redes sociais: a intimidade distinta como variável central junto aos influenciadores de fitness. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 24, p. 144-175, jan./abr.
- NEDER, Vinicius. (2024). BYD repete parceria com 99 e oferece condições melhores para motorista do app comprar Dolphin Mini. *O Globo*, 28 fev.
- VALLAS, Steven P. & SCHOR, Juliet B. (2020). What do platforms do? Understanding the gig economy. *Annual Review of Sociology*, v. 46, p. 273-294.

8. Entre opacidade e oligopólio: a tecnopolítica da IA generativa

Jorge Machado

Tem sido crescente a preocupação com a forma como a sociedade incorpora sistemas de Inteligência Artificial Generativa ao cotidiano. Há uma transformação silenciosa na infraestrutura que organiza e produz conhecimento, influencia decisões e participa, cada vez mais, da formação de visões de mundo. Esses sistemas cumprem tarefas com grande eficiência, ajudam a esclarecer assuntos e podem emular conversas com profissionais de diferentes áreas – como psicólogos, sociólogos, juristas ou médicos. Vão muito além disso, gerando vídeos, música e conteúdos midiáticos cuja distinção em relação às criações autenticamente humanas tem se tornado progressivamente mais difícil. Aos poucos, esses sistemas passam a ocupar espaços antes desempenhados por humanos, remodelando diferentes aspectos da vida social.

Em 2025, os investimentos em Inteligência Artificial por parte das *Big Techs* foram estimados entre US\$ 300 e 400 bilhões (Subin, 2025). Para 2026, projeções indicam cerca de US\$ 630 bilhões apenas entre as maiores empresas – Microsoft (principal investidora da OpenAI), Meta, Google e Amazon. Quando considerados também grandes provedores

de infraestrutura, como Oracle e CoreWeave, na ordem de US\$ 273 bilhões, esse montante alcança valores ainda mais elevados (Kwok, 2026). No agregado, diferentes estimativas sugerem que os investimentos acumulados no biênio 2025-2026 se aproximam ou superam a marca de US\$ 1 trilhão.

Esse ecossistema também possui uma base material significativa: chips, *data centers*, cabos submarinos, satélites e cadeias globais de *hardware*, cuja sustentação industrial depende de commodities cada vez mais disputadas, como silício, estanho, prata e elementos de terras raras. Nesse sentido, a tecnopolítica da IA se projeta diretamente sobre a geopolítica, afetando o Sul Global de diferentes formas – não apenas no plano informacional.

Trata-se de um dos maiores ciclos de investimento tecnológico concentrado em um curto período, comparável – em escala e velocidade – a momentos históricos de reorganização econômica, como o Plano Marshall. Nesse contexto, observa-se uma forte tendência à oligopolização: nas condições atuais, competir com os ecossistemas das *Big Techs* exige um volume de capital e um nível de infraestrutura que torna a entrada de novos atores extremamente difícil.

Para além da concentração econômica, esses sistemas são marcados por um alto grau de opacidade. Essa opacidade é tripla: técnica, devido à complexidade dos modelos; corporativa, em função do sigilo industrial; e epistêmica, pela dificuldade de rastrear como determinadas saídas são produzidas. Os dados utilizados, as arquiteturas dos modelos, os processos de treinamento e os ajustes finos (*fine-tuning*) são protegidos por “segredo de negócio”. Como

resultado, torna-se difícil compreender como as respostas são geradas, identificar vieses – como racismo ou etnocentrismos – ou avaliar distorções sistemáticas.

É como se a água que consumimos, fornecida por uma grande corporação, viesse contaminada, sem que tivéssemos noção disso. Simplesmente a ingeriríamos, sem conhecer sua composição, sem poder auditar seus testes, sem prever seus efeitos e sem nenhum órgão de controle para fiscalizá-la.

Ainda assim, usamos esses sistemas em funções críticas – da triagem de currículos ao suporte a diagnósticos médicos, da mediação da informação pública à automação de decisões administrativas. Interagimos, portanto, com sistemas cujos efeitos são amplos e, em grande medida, desconhecidos.

Essa condição não é inteiramente nova. As TICs foram nos colocando gradualmente sob a lógica das “caixas-pretas” (Pasquale, 2015): sistemas que operam decisões socialmente relevantes sem transparência e fora do escrutínio público. Com a ascensão da IA generativa, no entanto, essa opacidade atinge um novo patamar: deixa de ser apenas um problema de governança e passa a configurar um risco infraestrutural mais amplo.

Desinformação na dieta das máquinas

Em 2024, a rede de desinformação pró-Rússia conhecida como Pravda, em uma operação coordenada, publicou cerca de 3,6 milhões de artigos falsos, distribuídos

em aproximadamente 150 domínios, em dezenas de idiomas e direcionados a 49 países (Sadeghi & Blachez, 2025).

Com produção em massa de conteúdo gerada por IA, esses materiais simulavam portais jornalísticos legítimos. Para leitores humanos atentos, poderia haver sinais de inconsistência. Para sistemas automatizados de coleta de dados, no entanto, essa distinção é muito mais difícil. Foi identificada a reprodução dessas narrativas nas respostas dos principais modelos de IA generativa (entre eles, ChatGPT-4.o, Google Gemini, Microsoft Copilot, Meta AI), que passaram a distribuir as “notícias” da rede Pravda como informações fidedignas.

Modelos de IA generativa dependem de grandes volumes de dados extraídos da web. Robôs de coleta percorrem continuamente a rede, incorporando textos, imagens e padrões linguísticos aos conjuntos de treinamento. Nesse processo, distinguir entre informação confiável e desinformação coordenada está longe de ser trivial.

Humanos enganam sistemas, que passam a enganar humanos

O caso Pravda evidencia vulnerabilidades estruturais na cadeia de treinamento desses modelos. A filtragem e validação dos dados permanecem desafios significativos. Esse tipo de manipulação tem sido descrito como “*LLM grooming*”, uma estratégia na qual grandes volumes de desinformação ou conteúdo enviesado são disseminados

com o objetivo de influenciar sistemas de IA. O fenômeno se insere no campo mais amplo do *data poisoning* (envenenamento de dados).

Pesquisas em segurança de aprendizado de máquina já demonstravam, em ambientes controlados, como sistemas podem ser manipulados por dados adversariais (Biggio *et al.*, 2012; Steinhardt; Koh & Liang, 2017). Conteúdos enviesados ou enganosos, mesmo que pouco sofisticados, podem ser estatisticamente predominantes e ser recuperados pelos modelos como referência de informação. Mais do que ataques pontuais, a simples presença massiva e indexada de determinados conteúdos pode ser suficiente para influenciar os sistemas.

Para além da contaminação deliberada, há também o viés de origem dos dados. A maior parte das informações utilizadas nesses modelos é produzida em língua inglesa. No caso do GPT-3 – um dos poucos com alguma transparência – cerca de 93% dos dados textuais de treinamento eram em inglês (Brown *et al.*, 2020). Com a língua, transmitem-se visões de mundo, valores culturais e universos simbólicos específicos, o que introduz assimetrias desde a base do sistema.

A cadeia alimentar informacional e a contaminação dos sistemas

Uma forma de compreender esse fenômeno é pensar a IA como parte de uma cadeia alimentar informacional. Nesse ecossistema, dados são ingeridos, processados e

transformados em novos conteúdos, que retornam ao ambiente digital como insumo para sistemas futuros. Em cadeias desse tipo, a contaminação em níveis iniciais tende a se propagar. Vieses e desinformação não apenas circulam: são metabolizados e reconfigurados ao longo dos diferentes estágios.

O funcionamento desses sistemas – opacos, alimentados por dados não auditáveis e operando em larga escala – sugere que estamos inseridos em um ecossistema informacional cada vez mais difícil de escrutinar. Como muitos dos modelos mais utilizados são proprietários, esse processo ocorre, em grande medida, no escuro. Não há acesso público aos dados de treinamento, aos critérios de filtragem ou aos mecanismos de correção.

Um desdobramento particularmente preocupante é o fenômeno conhecido como *model collapse*. Trata-se da degradação progressiva de modelos – especialmente quando não há mecanismos robustos de filtragem – que ocorre quando esses modelos passam a ser treinados com dados gerados por outros sistemas de IA.

Estudos recentes exploram empiricamente essa dinâmica. Shumailov *et al.* (2023) mostram que o treinamento iterativo com dados sintéticos pode levar à perda de diversidade e precisão, resultando em distribuições degeneradas. O acúmulo de conteúdo gerado por IA no ambiente digital pode comprometer a qualidade de modelos futuros. Em termos simples, os sistemas passam a se alimentar de seus próprios resíduos. Isso pode resultar em redução da diversidade linguística, amplificação de vieses e empobrecimento semântico.

As Big Techs no comando

O debate sobre transparência em IA é frequentemente tratado como uma questão técnica ou regulatória. No entanto, os elementos discutidos apontam para algo mais profundo, relacionado à dinâmica contemporânea do capitalismo e à centralidade crescente da informação como recurso estratégico.

Em um ambiente trilionário, marcado por riscos elevados para os investidores, as disputas de poder se deslocam para o controle de dados, infraestrutura e modelos – e, sobretudo, da própria capacidade de inferir e explicar o mundo. Nesse processo de oligopolização, o sigilo – vital para o negócio – torna-se a regra; a transparência, a exceção.

O resultado é uma dinâmica de concentração que opera em múltiplos níveis: dados, capacidade computacional e poder preditivo. Essa concentração tende a produzir dependência, reforçar assimetrias e ampliar capacidades de vigilância, especialmente quando articulada com plataformas digitais amplamente utilizadas.

As implicações são particularmente relevantes para países do Sul Global, que tendem a ocupar posições mais dependentes – não apenas economicamente, mas também em termos informacionais e culturais. Modelos treinados em contextos linguísticos e sociais distintos podem introduzir formas sutis de assimetria, acentuando o colonialismo informacional.

Diante desse cenário, propostas como a soberania digital – envolvendo transparência, controle social, governança algorítmica e infraestrutura autônoma –

ganham centralidade, ainda que sua implementação seja complexa e repleta de desafios.

Se modelos de IA generativa passam a estruturar a produção e circulação de conhecimento, sua opacidade deixa de ser apenas um problema técnico. O envenenamento de dados, a reprodução de vieses e a crescente mediação algorítmica da realidade tornam-se questões centrais para a sociedade. Esses sistemas penetram múltiplas dimensões da vida social, influenciando decisões, moldando percepções e comportamentos.

A *web* descentralizada de seus primeiros anos, que gradualmente deu lugar à concentração de plataformas das *Big Techs*, passa agora por uma nova inflexão. Desta vez, a mudança tem como motor os oligopólios gerados na fase anterior, turbinados pela IA generativa. Caracterizada pelo alto grau de opacidade e enorme concentração de dados e capital, essa “nova fase” trouxe desafios muito mais complexos para serem enfrentados.

Referências

- BIGGIO, Battista; NELSON, Blaine & LASKOV, Pavel. (2012). Poisoning attacks against support vector machines. *Proceedings of the 29th International Conference on Machine Learning (ICML)*. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1206.6389>>.
- BROWN, Tom B.; MANN, Benjamin; RYDER, Nick; SUBBIAH, Melanie; KAPLAN, Jared; DHARIWAL, Prafulla & AMODEI, Dario. (2020). Language models are few-shot learners. *Advances in Neural Information Processing Systems*. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/2005.14165>>.

- KWOK, Ken. (2026). How Big Tech's \$630 bln AI splurge will fall short. *Reuters*, 26 mar.
- PASQUALE, Frank. (2015). *The Black Box Society: the secret algorithms that control money and information*. Cambridge: Harvard University Press.
- MACHADO, Jorge. (2025). Toward a public and secure generative AI: a comparative analysis of open and closed LLMs. *arXiv*. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/2505.10603>>.
- SADEGHI, MaKenzie & BLACHEZ, Isis. (2025). The infection of Western AI chatbots by a Russian propaganda network. *NewsGuard Report*, 6 mar.
- SHUMAILOV, Ilia; SHUMAYLOV, Zakhar; ZHAO, Yiren; PAPERNOT, Nicolas; ANDERSON, Ross & GAL, Yarin. (2023). The curse of recursion: training on generated data makes models forget. *arXiv*. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2305.17493>>.
- STEINHARDT, Jacob; KOH, Pang Wei & LIANG, Percy. (2017). Certified defenses for data poisoning attacks. *Advances in Neural Information Processing Systems (NeurIPS)*. Disponível em: <https://proceedings.neurips.cc/paper_files/paper/2017/file/9d7311ba459f9e45ed746755a32dcd11-Paper.pdf>.
- SUBIN, Samantha. (2025). Tech megacaps plan to spend more than \$300 billion in 2025 as AI race intensifies. *CNBC*, 8 fev. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2025/02/08/tech-megacaps-to-spend-more-than-300-billion-in-2025-to-win-in-ai.html>>.

9. A Sociologia Digital. Entre a Escola de Frankfurt e o Pós-Estruturalismo

Samira Feldman Marzochi

Haveria várias maneiras de se contar a história e circunscrever a Sociologia Digital como um novo campo de estudos acadêmicos no âmbito da Sociologia nacional e internacional. A mais esperada seria realizar o balanço das obras e dos autores relevantes da área, classificados por temas, abordagens, nacionalidades e instituições – algo que já foi feito, inicialmente, por Miskolci e Balieiro (2018), com bastante êxito. Todavia, o que parece um campo muito jovem de estudos, para alguns ainda experimental e a consolidar-se, pode ser apreendido como uma possível síntese teórico-empírica resultante da longa tradição da Sociologia, desde o início dedicada às transformações da modernidade.

Constituída aos poucos por sua produção intelectual e pelo trabalho político de seus autores, a Sociologia se ramifica em inúmeras especializações teóricas e temáticas que fazem a disciplina avançar tanto quanto reforçam seus contornos e preservam seus fundamentos. Cabe notar que toda inovação frutífera em um domínio do conhecimento, por mais ousada que se apresente, é também em parte

conservadora, pois dos clássicos retira a sua autoridade científica e a sua inspiração, mesmo sem aprová-los integralmente.

A partir de Marx, Weber e Durkheim, que se voltaram ao escrutínio da infraestrutura econômica, do processo de racionalização e das representações coletivas, respectivamente, a Sociologia se desdobrou em um conjunto de abordagens ditas contemporâneas, dentre as quais duas se destacaram por sua consistência e perenidade: a Teoria Crítica frankfurtiana e o Pós-Estruturalismo francês. Enquanto os autores da Escola de Frankfurt se apoiam no marxismo weberiano, os pós-estruturalistas partem da base teórica durkheimiana, e assim consolidam duas vertentes epistêmicas que influenciam boa parte dos pressupostos de pesquisa na esfera da Sociologia Digital, embora não haja, como regra, um alinhamento explícito a uma ou outra tradição sociológica.

As filiações teóricas das investigações empíricas se tornam mais evidentes ao analisarmos suas premissas, seus problemas de pesquisa, as metodologias propostas e a formação acadêmica de seus autores, pois as escolhas entre abordagens nem sempre são declaradas ou conscientes, mas refletem o quão difícil é escapar das contribuições e debates alavancados por esses dois ramos do pensamento sociológico, empenhados, desde as suas primeiras obras, em examinar os problemas associados ao avanço tecnológico, à expansão do capitalismo e às relações entre tempo e espaço, natureza e cultura. São autores como Horkheimer, Adorno, Benjamin e Habermas, da primeira e segunda geração da Escola de Frankfurt, de um lado, e Lévi-Strauss, Bourdieu,

Deleuze, Guattari, Foucault, Baudrillard, Sahlins, Giddens e Latour, entre tantos outros, de outro lado, que conferem as notas de fundo das pesquisas realizadas, mesmo que não sejam diretamente referidos.

Mas, se o debate entre as duas escolas quanto à concepção de tecnologia, seus usos e apropriações – a primeira mais determinista e substancialista, a segunda mais relacional e circunstancialista – permanece nas pesquisas e produções da Sociologia Digital, levanto a hipótese de que tende a predominar a segunda vertente, pelos motivos a seguir: (a) em primeiro lugar, o excesso de negatividade atribuída à tecnologia poderia impedir interpretações sociológicas que considerem a dimensão criativa, a liberdade de escolha dos sujeitos e os diferentes contextos sociais, pré-definindo seus resultados; (b) em segundo lugar, já estamos mergulhados em uma vida digital, e esse é o nosso ponto de partida sociológico. As maneiras de pensar, sentir e agir no mundo contemporâneo foram “digitalizadas” em um sentido linguístico profundo que o estruturalismo, desde o início, reconheceu pelo avanço da cibernética. E, inevitavelmente, nossas preferências teóricas, voltadas à construção de objetos empíricos, tornam-se, de modo geral, aquelas capazes de se aproximar a contento da realidade observada.

No quadro de análise pós-estruturalista, a passagem do analógico ao digital implica muito mais que abandonar o relógio de ponteiro, o telefone fixo, o disco LP e a fita K7, utilizar inúmeros aplicativos para informar-se, consumir, relacionar-se, mover-se no espaço e identificar as estrelas, movimentar contas, assegurar auxílios governamentais,

monitorar a saúde, cadastrar-se, garantir o reconhecimento da identidade e da cidadania etc. Diz respeito ao espaço que se expande enquanto o tempo se comprime, à sobreposição da metonímia sobre a metáfora, da condensação sobre o deslocamento, dos significantes sobre os significados, tanto nos sonhos, na imaginação e nos desejos quanto nas preferências políticas. Enfim, o decurso do analógico ao digital se refere ao reencontro com o “pensamento selvagem” (Lévi-Strauss), ou pensamento significativo marcado pela instantaneidade, pela simultaneidade entre a percepção e a interpretação.

Analógico e digital são termos que vão além de designar qualidades técnicas; são duas formas culturais distintas de apreensão do mundo, não determinadas por quais ou quantos aplicativos utilizamos ou não na vida cotidiana, mas sim ligadas à noção de história, de utopia, aos mitos, aos desejos, à política, à arte, à estética e às relações humanas. É justamente no momento de transição do analógico ao digital que a Sociologia se inclina ao estudo do fim das grandes narrativas emancipatórias, da mundialização e desterritorialização, da ausência de profundidade, das heterotopias e heterocronias, da fragmentação, das identidades, da micropolítica, da arte contemporânea, do consumo, da economia dos signos, das trocas e dos capitais simbólicos.

Nas abordagens pós-estruturalistas, o mal-estar individual não é mais explicado pela repressão da natureza como condição do progresso tecnológico (neurose), de acordo com a perspectiva freudo-marxista da Teoria Crítica, mas pela dificuldade de inscrição da diferença em um

mundo de signos (psicose), de ser sujeito, “aquilo que um significante representa para outro significante” (Lacan), e de sustentação de um discurso coerente (esquizofrenia). É dessa forma que a Sociologia Digital se anuncia, mesmo antes de ser assim denominada e de estabelecer seus contornos, como Sociologia da Cultura que oscila entre o marxismo ocidental e as escolas durkheimianas, e se entrelaça com a Sociologia do Inconsciente.

Diversas áreas do conhecimento convergem, nos anos 1980, para os estudos chamados “pós-modernos” da cultura, literatura, artes, consumo e política nas sociedades contemporâneas, bastante influenciados pela maneira como os pesquisadores norte-americanos se apropriaram das produções intelectuais da Escola de Frankfurt e do Pós-Estruturalismo. Muito cedo, porém, o termo pós-modernismo/pós-modernidade perdeu a força, talvez porque hipostiasse o seu objeto, a “sociedade pós-moderna”, e mascarasse as disputas teóricas embutidas na sua construção. Mas a Sociologia Digital, por seu turno, em vez de privilegiar o exame das rupturas com a modernidade, o corte entre antes e o depois, inquires as suas consequências, desdobramentos, intensificações e continuidades, acompanhando o movimento contemporâneo da Sociologia, que não mais entende que a história avance em uma determinada direção e rompa com o passado. A concepção de história da Sociologia Digital não é a teleológica (como se ela tivesse um destino), tampouco a cíclica (como se ela se repetisse infinitamente), mas sim a estrutural, que admite mudanças e, ao mesmo tempo, continuidades. A tecnologia não é mais entendida como o

motor do curso finalístico da história dos homens que, pelo domínio racional da natureza, tenderiam a superar progressivamente as formas “atrasadas” da cultura.

Ainda que os autores da Escola de Frankfurt tenham denunciado o fracasso do projeto emancipatório iluminista, que se converteu em repressão e dominação da natureza e dos indivíduos, eles não abandonaram a modernidade como referência e requisito de sua própria superação. Em outras palavras, apenas a modernidade como ideal seria capaz de ultrapassar a si mesma, tal como se realizou, para retificar seus descaminhos, corrigir seus equívocos e se regenerar. O obstáculo estaria na razão instrumental que domina as relações de produção capitalistas, massacra a natureza ao modo de uma engrenagem descontrolada que “expeliu o maquinista” (Horkheimer), e nos conduz ao esmaecimento da razão verdadeiramente capaz de autonomia, julgamento, escolha e consciência.

A razão instrumental teria impregnado a subjetividade dos indivíduos de tal maneira que eles não conseguiriam mais evadir-se desse mundo ou desejar outro. Ela não problematiza os fins, mas adequa os meios, é subjetivada e se distancia da vida coletiva, além de separar sujeito de objeto em um processo de destruição dos outros e da natureza cada vez mais acentuado. A grande arte e a música erudita (Adorno), a religião (Horkheimer) e a liberação erótica (Marcuse) seriam as únicas possibilidades de desvio e transcendência individuais em uma sociedade reificada.

Para Habermas, da segunda geração da Escola de Frankfurt, a modernidade também persistiria como condição emancipatória, concebida, desta vez, como um

“projeto inacabado”. Ele aposta na razão comunicativa em oposição à razão instrumental, e na descolonização do mundo da vida pelos sistemas poder e dinheiro (pelas instituições estatais e pelas relações entre trabalho e capital). A libertação e o reconhecimento da subjetividade da natureza estariam condicionados, por conseguinte, ao fim da dominação e exploração do trabalho entre os homens. Nesse esquema, as abordagens teóricas que, nos anos 1980, eram rotuladas como pós ou pré-modernas, aquelas que haviam se distanciado do paradigma iluminista, marxista, eurocêntrico, teleológico e antropocêntrico, e não compreendiam a história humana de maneira “progressista”, foram interpretadas como “conservadoras”.

O pós-estruturalismo, em contrapartida, situa-se em outro plano de investigação, em que pouco importa a disputa entre progressistas e conservadores – vistos como pares dicotômicos limitados a um contexto muito específico de tempo e espaço. Para essa corrente do pensamento teórico, não se trata de qual posição tomar face à história – impulsionar seu desenvolvimento pela tecnologia ou paralisá-la pela tecnofobia, por exemplo –, pois “a História”, a rigor, sequer existe: é um mito ocidental, e a humanidade nunca teve, nem terá, o domínio completo da tecnologia quanto aos seus usos, apropriações, significações e efeitos. Além disso, as dicotomias modernas regidas pela separação ou “purificação” (Latour) entre “cultura” e “natureza”, tais como humanos x não humanos, sujeito x objeto, antropocentrismo x animismo, espírito x corpo, artificial x orgânico, progresso x atraso, civilização x barbárie, masculino x feminino, urbano x rural, entre outras, seriam

ideológicas e não se sustentariam empiricamente. Ainda que não estejam livres de hierarquias e de poderes devastadores e produtores, destituídos e restituídos constantemente pelas relações, as redes sociotécnicas conectam tudo e todos, e revelam que “jamais fomos modernos”.

Para a primeira geração da Escola de Frankfurt, por sua vez, a tecnologia e suas técnicas são, em si, dominação, pois foram criadas com esse fim ou derivaram da maquinaria exploratória do homem e da natureza. Não podem ser simplesmente destacadas das sociedades nas quais foram desenvolvidas e adquirir outra finalidade, sentido e caráter. Ainda que, para Habermas, da segunda geração, a dominação possa ser superada pela razão comunicativa e por relações sem coação entre os homens, com a natureza e com as técnicas que medeiam essas relações, a solução proposta repõe, de outra maneira, os pressupostos iluministas dos quais o pós-estruturalismo procura afastar-se.

Entre as duas opções frankfurtianas – (a) transformar toda a infraestrutura e a superestrutura para desimpregnar o espaço de subjetividade das relações capitalistas de produção ou (b) exercitar a competência comunicativa dos indivíduos com fins de emancipação – nenhuma parece ter sido incorporada como possibilidade ou pressuposto teórico pelas pesquisas recentes do campo da Sociologia Digital. As análises mais críticas não atribuem qualquer caráter intrínseco às mídias digitais além da programação deliberada, e aquelas que se dedicam a descrever os diferentes usos dos aplicativos e redes sociais não se inquietam com o tipo de racionalidade dos usuários, se instrumental ou comunicativa.

Mesmo reconhecendo as contribuições fundamentais da Teoria Crítica, o caminho de investigação mais frequente tem sido aquele desvinculado dos imperativos da modernidade iluminista, que não substancializa a tecnologia e se distancia da ontologia heideggeriana presente no legado de Frankfurt. Contudo, se o pós-estruturalismo também não exclui os aportes de Heidegger, estes aparecem de outra maneira: pelos conceitos de linguagem como casa do ser, de *Dasein*, de ex-sistência, de ser-aí, de abertura ao ser, com peso especial sobre a teoria lacaniana no tocante à noção de sujeito, como nos conceitos de falta a ser, de um significante para outro significante, de sujeito do inconsciente, de estrutura do inconsciente como uma linguagem, entre outros. Permanece da filosofia heideggeriana, no pós-estruturalismo, tudo o que seria o avesso de uma ontologia no sentido de “ser enquanto ser”: a ideia de abertura, de falta, de linguagem, de estrutura, enfim, de uma composição porosa, sem conteúdo fixo.

Importa para a investigação sociológica das redes digitais que as análises sejam relacionais e não dualistas. Embora partamos de um princípio binário (o que é diferente de dualista), abre-se uma infinidade de relações lógicas entre unidades e conjuntos que formam outras unidades em sucessivas ligações entre dois termos. Nesse universo de múltiplas associações, os elementos adquirem novos significados a depender das conexões distintivas que estabelecem com outros grupos do sistema sociotécnico. Nesse quadro, retira-se do horizonte a separação entre sujeito e objeto, humano e não humano, cultura e natureza. Pela imagem do rizoma, Deleuze e Guattari demonstraram

que o estruturalismo poderia abrir-se a conexões diversas e impensadas, prosaicas e extraordinárias, materiais e imateriais.

Tudo se comunica e qualquer obstáculo, em vez de obstruir a passagem, torna-se possibilidade de mudança e descoberta de alternativas. Sob a inspiração da botânica, a figura do rizoma é a de um emaranhado que se espraia e toma espaços improváveis de modo imprevisível e descentralizado. Toda a realidade seria rizomática em diversos níveis ou platôs que se entrecruzam, atravessam e se sobrepõem – desde a natureza, o conjunto das técnicas, as formas de pensar, sentir e perceber, as comunidades humanas e não humanas, as instituições etc. Cada elemento, unidade ou grupo, micro ou macro, é um devir, uma ligação a outra coisa impermanente, nunca uma essência fechada em si mesma.

É assim que uma nova noção de social pode ser elaborada como crítica à ideia tradicional de sociedade de indivíduos humanos. Para Latour, o mundo social é uma associação infinita e ilimitada de artefatos e seres que são, simultaneamente, atores e redes, feixes de relações. As conexões se dariam circunstancial e casualmente, sem as limitações de regras universais. Nos laboratórios, por exemplo, ambientes a princípio controlados, os encontros fortuitos entre humanos, não humanos e tecnologias engendrariam descobertas e reencaminhariam as pesquisas.

A orientação metodológica pós-estruturalista nos permite escapar do determinismo tecnológico e considerar, ao mesmo tempo, o peso das relações capitalistas e dos interesses econômicos no estudo das redes sociotécnicas,

mas sem reduzir toda a análise às impossibilidades impostas pelo capital. Se apenas o aspecto coercitivo das redes digitais fosse valorizado, os resultados de pesquisa estariam pré-estabelecidos e dispensariam o exame de seus usos, apropriações, relações e contextos específicos. Em compensação, uma abordagem aberta às conexões não hierárquicas entre usuários mediados por aplicativos, por exemplo, possibilita novos achados.

O equívoco, porém, estaria em converter o connexionismo pós-estruturalista, de proposta metodológica para a observação da realidade, em promessa de emancipação no mundo contemporâneo. Não se trata de transmutar uma abordagem teórica em uma nova grande narrativa de revolução social instantânea pelo consumo de aplicativos e smartphones de última geração, mas sim de cultivar uma metodologia o mais livre possível de interferências ideológicas que nos descerre para além do conhecido, que é o propósito da ciência. Assim, alcançamos, entre a Teoria Crítica e o Pós-Estruturalismo, um ponto de equilíbrio para que a Sociologia Digital prossiga no desvelamento desse emaranhado de técnicas, natureza e humanidade que compõe a sociedade contemporânea.

Referências

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1995 [1980]). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34.
- HABERMAS, Jürgen. (1968). *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70.

- HORKHEIMER, Max. (1976 [1974]). *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil.
- LACAN, Jacques. (1992 [1957]). “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. (1997 [1979]). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2010 [1962]). *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus Editora.
- MISKOLCI, Richard & BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. (2018). “Sociologia Digital: balanço provisório e desafios”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, jan.-abr.
- ORTIZ, Renato. (1997). *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho d’Água.

10. Humanidades Digitais, Ciência de Dados e os desafios da IA generativa

Leonardo F. Nascimento

Das fitas cassete à coleta de rastros digitais em tempo real

Em 1999, participei de uma pesquisa sobre a experiência de pacientes com infarto agudo do miocárdio.¹ O método era artesanal: gravações em fita cassete, transcrições manuais e categorização com lápis de cor em folhas impressas. Uma década depois, no doutorado, softwares CAQDAS² como o ATLAS.ti transformaram essa dinâmica, permitindo codificar centenas de matérias jornalísticas com rigor inviável no regime analógico. Desde 2021, coordeno³ uma pesquisa sobre desinformação e extrema direita no Telegram que coleta, em tempo real, dezenas de terabytes de dados multimodais – texto, áudio, vídeo e imagem – de milhares de grupos (Cesarino; Nascimento & Fonseca, 2023; Fonseca; Ribeiro &

¹ Coordenado pelo meu ex-orientador e amigo Paulo César Borges Alves.

² CAQDAS é a sigla para *Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software* (em português: Software para análise qualitativa de dados auxiliada por computador).

³ Juntamente com a colega Letícia Cesarino (UFSC).

Nascimento, 2022; Jesus *et al.*, 2025; Nascimento *et al.*, 2021, 2022, 2024; Wedderburn *et al.*, 2024). Entre a fita cassete e os servidores atuais, não houve apenas mudança de escala, mas uma verdadeira “mutação epistemológica” (Chartier, 2002: 108): a nova materialidade dos dados digitais alterou a temporalidade da pesquisa e expandiu os limites de como conhecemos a vida social.

Essa trajetória condensa transformações mais amplas. Há dez anos, argumentei que a sociologia precisava de um “*upgrade* digital” diante da dataficação da vida cotidiana (Nascimento, 2016), esforço que se consolidou com a publicação do primeiro livro sobre o tema no Brasil (Nascimento, 2020). O diagnóstico permanece válido: não basta atualizarmos as competências técnicas. É preciso interrogar as consequências epistemológicas dessa atualização para a imaginação sociológica. O “*upgrade*” metodológico só se completa quando implica também um upgrade epistemológico – isto é, quando a incorporação de dados e métodos computacionais vem acompanhada de uma reflexão crítica sobre a validade, a interpretação e os regimes de prova.⁴

É por isso que a rejeição sistemática de meus colegas aos métodos computacionais não pode ser tratada apenas como conservadorismo disciplinar. Ela opera como vetor de ostracismo intelectual da sociologia, aprofundando o fosso entre os atores que controlam a produção, a extração e a modelagem dos rastros digitais e a disciplina que reivindica para si a tarefa de interpretar o social (Savage & Burrows,

⁴ Isto é, os critérios e procedimentos que definem o que conta como evidência válida e convincente em uma investigação sociológica.

2007; Manovich, 2012; Mahrt & Scharkow, 2013; Lupton, 2015). Não se trata apenas de uma defasagem técnica, mas de uma erosão da própria autoridade interpretativa da sociologia: outros campos passaram a legislar sobre o que conta como dado, como evidência e quais explicações se estabilizam como legítimas na descrição de processos sociais.

Proponho, neste texto, mapear as interfaces entre a Sociologia Digital e campos adjacentes – Humanidades Digitais, Ciência de Dados e Ciência Social Computacional – a fim de explicitar convergências e tensões. A partir desse mapeamento, discuto os deslocamentos epistemológicos produzidos pela incorporação de técnicas computacionais e argumento que a Inteligência Artificial Generativa intensifica esse cenário, pois reorganiza simultaneamente a produção de rastros, os modos de circulação do discurso e as próprias ferramentas de análise.

A Sociologia Digital e as Humanidades Digitais

Em 2018, fundei – junto com outros colegas – o Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHDUFBA). A decisão de criar um laboratório de Humanidades Digitais, e não de Sociologia Digital, respondia a um diagnóstico intelectual: a transformação digital não reorganizou apenas um subcampo, mas atravessou transversalmente todas as ciências sociais, reconfigurando seus materiais empíricos, seus problemas e seus regimes de verdade.

Essa transversalidade tornou-se evidente no crescimento de agendas como a Sociologia Digital (Lupton, 2015; Marres, 2017; Prior & Orton-Johnson, 2013), a Antropologia Digital (Horst & Miller, 2013), a História Digital (Ayers, 2001; Brasil & Nascimento, 2020; Salmi, 2020; Zaagsma, 2013), a Ciência Social Computacional (Edelmann *et al.*, 2020; Salganik, 2019) e os Métodos Digitais (Omena, 2019; Rieder & Röhle, 2017; Rogers, 2013; Venturini & Rogers, 2025). O laboratório nasceu como “plataforma comum” para pesquisadores que, por razões distintas, precisavam lidar com a nova materialidade dos dados digitais.

As Humanidades Digitais ofereciam não apenas um guarda-chuva institucional. Sua indefinição como campo, frequentemente descrito como espaço “em disputa” ou de contornos abertos (Liu, 2013), apresentava uma vantagem epistemológica: permitia a articulação flexível de autores, métodos e técnicas, sem subordinar a pesquisa a um repertório fechado de ferramentas.

Para as Humanidades Digitais, o “digital” não é apenas um repertório técnico, mas uma resposta a uma transformação ontológica. Quanto mais avançamos em direção ao *machine reading* (Guillory, 2008; Hayles, 2010), mais nos aproximamos da ideia de que eventos sociais de larga escala são produzidos por confluências multicausais nas quais atuam forças humanas e não humanas (Hayles, 2012; Liu, 2013). Quando o volume e a complexidade excedem a capacidade de síntese do pesquisador, a computação torna-se uma forma de “primeira visibilidade”, ao tornar padrões detectáveis sem dispensar a atitude

hermenêutica (Gadamer, 2008). É nesse momento que a sociologia deveria reintroduzir o sentido, a validade conceitual e a explicação dos achados.

A Ciência de Dados como disciplina propedêutica da sociologia

Foi quase inevitável que a expertise computacional do LABHDUFBA, ao se deparar com os *social big data*, arrastasse a Ciência de Dados para dentro da sociologia e de áreas afins. Se a Ciência de Dados diz respeito a “um conjunto de princípios, definições de problemas, algoritmos e processos para extrair padrões não óbvios e úteis de grandes conjuntos de dados” (Kelleher & Tierney, 2018: 1), é razoável supor que a existência de mais dados sobre a vida em sociedade demande profissionais das humanidades capazes de lidar com esse material.

No entanto, esse encontro não se explica apenas pelo volume. As ciências sociais já lidavam com estatística e N elevados sob a gramática da amostragem e da modelagem explicativa. O que passou a se denominar “Ciência de Dados” é, em certa medida, uma reconfiguração da estatística: a inferência paramétrica passa a coexistir com uma cultura algorítmica orientada à predição (Breiman, 2001). O ponto decisivo é que esse novo regime de evidências impôs às ciências sociais exigências diante das quais se torna inevitável tomar posição (Conte *et al.*, 2012; Lazer *et al.*, 2009).

A relação entre Sociologia Digital e Ciência de Dados oscila entre uma promessa – a de que os métodos

computacionais permitiriam às ciências sociais alcançar o panteão das ciências rigorosas – e um risco simétrico: a subordinação da imaginação sociológica à lógica computacional. Esse impasse não é novo; a disciplina já o enfrentou diante da estatística e da experimentação, horizonte no qual se inscrevem as controvérsias em torno de Rickert e a tentativa weberiana de conciliar explicação causal e compreensão interpretativa (Weber, 1994). A questão decisiva permanece a mesma: não aderir cegamente nem rejeitar categoricamente, mas definir sob quais critérios teóricos e metodológicos a ciência de dados será incorporada à pesquisa social.

Nesse percurso, a corrida ao “eldorado dos dados” reativou uma mitologia da transparência e da completude, como se a escala e as visualizações resolvessem, por si sós, as questões de validade. Uma crítica já consolidada insiste na inexistência de “dados brutos”: dados são sempre produzidos por escolhas, instrumentos e instituições (boyd & Crawford, 2012; Gitelman, 2013; Jungherr, 2015). Nos debates que acompanhamos, observa-se quase sempre o mesmo movimento: investigações que constroem sociologicamente o problema, mas negligenciam as etapas metodológicas relativas aos dados digitais, ou, no polo oposto, um desfile pouco teórico de fetichismo dos dados e das ferramentas. Assumir a ciência de dados como disciplina propedêutica das ciências sociais implica superar tais cisões: o cientista social que não dominar minimamente essas ferramentas tende a perder a capacidade de disputar a interpretação do social produzida nas infraestruturas digitais.

A Sociologia Digital e Inteligência Artificial Generativa

A emergência da Inteligência Artificial Generativa e dos grandes modelos de linguagem (LLMs) adiciona uma camada inteiramente nova de complexidade. Os LLMs não são apenas ferramentas de pesquisa; são instrumentos heurísticos (Brasil & Nascimento, 2020). Produzem textos, imagens e códigos; simulam conversas; sintetizam informações – tudo a partir de padrões estatísticos extraídos de *corpora* massivos cuja composição é, com frequência, opaca.

Do ponto de vista metodológico, os LLMs prometem aliviar o gargalo hermenêutico associado ao volume de dados. Técnicas como RAG (*Retrieval-Augmented Generation*) e agentes de IA configuram o limiar mais avançado da ciência social computacional, permitindo, em tese, realizar análises qualitativas em escala. Essa promessa, contudo, vem acompanhada de riscos: a opacidade dos processos decisórios do modelo; as “alucinações” – respostas fluentes, porém factualmente incorretas (Filippova, 2020; Gao *et al.*, 2023; Maynez *et al.*, 2020; Singh *et al.*, 2025); e a tentativa de delegar ao modelo tarefas que exigem julgamento sociológico. Quando a máquina “escreve”, o que é autoria? Quando “analisa”, o que é dado e o que é artefato do modelo?

A postura que temos adotado no LABHDUFBA é a mesma que adotamos com todas as ferramentas de pesquisa: nem fetichização, nem recusa. As IAs generativas são, simultaneamente, instrumentos de pesquisa e objetos de investigação. No entanto, para lidar com elas adequadamente, enfrentamos um problema epistêmico

anterior: as ciências sociais perderam o “bonde epistemológico” da análise dos fenômenos digitais. Nossos currículos ainda operam com uma divisão do trabalho intelectual que separa teoria, métodos qualitativos e quantitativos em compartimentos estanques. A competência computacional, quando existe, aparece como acessório técnico, não como componente integral da imaginação sociológica.

Essa incorporação exige, ainda, cautela: há o risco de reduzirmos o social ao digital, como se aquilo que se torna rastreável em plataformas esgotasse a vida social. A Sociologia Digital só ganha densidade quando trata os rastros como janela situada, e não como sinédoque do mundo social. A proposta que defendo é considerar a Sociologia Digital não como subcampo temático – ao lado da Sociologia do Trabalho, da religião ou da saúde –, mas como disposição metodológica que atravessa toda a disciplina. Todas as áreas são, hoje, potencialmente afetadas pela digitalização: o trabalho (plataformas, *gig economy*), a saúde (wearables, telemedicina), a política (desinformação, modulação algorítmica). A questão não está em criar mais GTs de Sociologia Digital apartados, mas em digitalizar – criticamente – a sociologia como um todo.

Como formularam Amaturro e Aragona (2019), é preciso evitar dois extremos: o método que negligencia as implicações epistemológicas converte-se em mero tecnicismo; a teoria que ignora a tecnologia transforma-se em filosofia abstrata da sociedade. O caminho é o de uma “polêmica incessante da razão digital” – uma postura de

vigilância crítica que interroga, a cada passo, as condições de produção do conhecimento que estamos gerando.

Sociologia Digital: Quo Vadis?

Concluo com três proposições para uma agenda de pesquisa e formação. Primeiro, investir em uma formação híbrida que articule teoria social, métodos computacionais e reflexão epistemológica – não apenas ensinar Python ou R, mas estimular a pensar sociologicamente com e sobre essas ferramentas. Segundo, fortalecer o diálogo interdisciplinar – com a história digital, a ciência da informação, a comunicação e a ciência da computação – sem dissolver a especificidade da contribuição sociológica: uma tradição de crítica às naturalizações, atenção às relações de poder e uma desconfiança saudável em relação a dados que supostamente falam por si. Terceiro, desenvolver uma postura de engajamento crítico com a IA generativa: nem demonização, nem celebração acrítica.

A recepção da sociologia brasileira a essas ideias foi, e segue sendo, persistentemente refratária (Afonso, 2021; Campos, 2019; Facioli & Padilha, 2018; Miskolci & Balieiro, 2018; Miskolci, 2016). Essa resistência expressa um arranjo profundo de hierarquias epistêmicas, no qual a inovação tende a ser legitimada quando importada de centros consagrados, enquanto experiências periféricas são tratadas como derivativas – uma forma de injustiça epistemológica (Fricker, 2007) à brasileira. O efeito é paradoxal: ao mesmo tempo que se denuncia a subordinação ao “Norte Global”,

renuncia-se à construção de infraestrutura, linguagem conceitual e autoridade interpretativa próprias no “Norte-Nordeste” local.

Esse quadro impõe um duplo desafio. De um lado, disputar critérios de excelência no interior da própria comunidade, afirmando que inovação metodológica e rigor teórico são dimensões mutuamente constitutivas. De outro, construir institucionalmente as condições dessa transformação: currículos, redes de cooperação, laboratórios e políticas de financiamento que tratem o digital como dimensão constitutiva da vida social contemporânea. A pergunta *quo vadis?* não é retórica: convoca a Sociologia Digital brasileira a decidir se permanecerá como consumidora tardia de agendas formuladas alhures ou se assumirá o risco – teórico, metodológico e político – de produzir conceitos, infraestruturas e interpretações a partir de suas próprias condições históricas. O futuro do campo dependerá menos da adoção de ferramentas específicas e mais da capacidade de articulá-las a um projeto intelectual autônomo, crítico e institucionalmente sustentado.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. (2021). Sociologia digital: perspectivas e riscos. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 23, p. 112-134.
- AMATURO, Eénrica. & ARAGONA, Biagio. (2019). Per un'epistemologia del digitale: note sull'uso di big data e computazione nella ricerca sociale. *Quaderni di Sociologia*, v. 81, n. 81-LXIII, p. 71-90.

- AYERS, Edward L. (2001). The Pasts and Futures of Digital History. *History News*, v. 56, n. 4, p. 5-9
- boyd, danah & CRAWFORD, Kate. (2012). Critical Questions for Big Data. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 662-79.
- BRASIL, Eeric & NASCIMENTO, Leonardo. (2020). História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reinterpretação de fontes históricas. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 2.
- BREIMAN, Leo. (2001). Statistical Modeling: The Two Cultures. *Statistical Science*, v. 16, n. 3.
- CAMPOS, C. M. (2019). Ciências sociais e o digital: panorama e perspectivas. *Sociologias Plurais*, v. 5.
- CESARINO, Letícia; NASCIMENTO, Leonardo & FONSECA, Parulo. (2023). *Desinformação e extrema-direita no Telegram*.
- CHARTIER, Roger. (2002). *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP.
- CONTE, Rosaria *et al.* (2012). Manifesto of computational social science. *The European Physical Journal Special Topics*, v. 214, n. 1, p. 325-346.
- EDELMANN, Achim *et al.* (2020). Computational Social Science and Sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 46, p. 61-81.
- FACIOLI, Lara & PADILHA, Felipe. (2018). Sociologia digital: apontamentos e reflexões. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, v. 54.
- FILIPPOVA, Katja. (2020). *Controlled Hallucinations: Learning to Generate Faithfully from Noisy Data*. EMNLP.

- FONSECA, Paulo; RIBEIRO, Barbara & NASCIMENTO, Leonardo. (2022). Demarcating Patriotic Science on Digital Platforms. *Science as Culture*, v. 31, n. 4, p. 530-54.
- FRICKER, Miranda. (2007). *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- GADAMER, Hans-Georg. (2008). *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes.
- GITELMAN, Lisa. (2013). *Raw Data Is an Oxymoron*. Cambridge: MIT Press.
- GUILLORY, John. (2008). *How Scholars Read*. ADE Bulletin, n. 146, p. 8-17.
- HAYLES, N. Katherine. (2010). *How We Read: Close, Hyper, Machine*. ADE Bulletin, n. 150.
- HAYLES, N. Katherine. (2012). *How We Think: Digital Media and Contemporary Technogenesis*. Chicago: University of Chicago Press.
- HORST, Heather & MILLER, Daniel. (2013). *Digital Anthropology*. London: Taylor & Francis.
- JESUS, J. P. de et al. (2025). *Do Meme ao Ódio: Como o Racismo se Manifesta nas Plataformas Digitais*. Salvador: Aláfia Lab e LABHDUFBA.
- JUNGHER, Andreas. (2015). *Analyzing Political Communication with Digital Trace Data*. Cham: Springer.
- KELLEHER, John D. & TIERNEY, Brendan. (2018). *Data Science*. Cambridge: MIT Press.
- LAZER, David et al. (2009). Computational Social Science. *Science*, v. 323, n. 5915, p. 721-723.
- LIU, Alan. (2013). *The Meaning of the Digital Humanities*. PMLA, v. 128, n. 2, p. 409-423.

- LUPTON, Deborah. (2015). *Digital Sociology*. London: Routledge.
- MAHRT, Merja & SCHARKOW, Michel. (2013). The Value of Big Data in Digital Media Research. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, v. 57, n. 1, p. 20-33.
- MANOVICH, Lev. (2012). *Trending: The Promises and the Challenges of Big Social Data*.
- MARRES, Noortje. (2017). *Digital Sociology: The Reinvention of Social Research*. Cambridge: Polity Press.
- MAYNEZ, Joshua. *et al.* (2020). *On Faithfulness and Factuality in Abstractive Summarization*. ACL.
- MISKOLCI, Richard. (2016). Sociologia digital: pensando a pesquisa online. *Contemporânea*.
- MISKOLCI, Richard & BALIEIRO, Fernando. (2018). Sociologia digital: notas sobre pesquisa online. *Contemporânea*, v. 8.
- NASCIMENTO, Leonardo F. (2016). A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias*, v. 18, n. 41, p. 216-241.
- NASCIMENTO, Leonardo F. (2020). *Sociologia digital: uma breve introdução*. Salvador: EDUFBA.
- NASCIMENTO, Leonardo. F. *et al.* (2021). Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 23, n. 2, p. 190-206.
- NASCIMENTO, Leonardo F. *et al.* (2022). Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. *internet&sociedade*, v. 3, n. 1, p. 31-60.
- NASCIMENTO, Leonardo F. *et al.* (2024). “Intankáveis contra o bostil”: racismo, misoginia e antissemitismo em chats do

- Telegram. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (Ed.). *4ª Coletânea de Artigos*. p. 151-198.
- OMENA, Janna. (2019). *Métodos Digitais: Teoria-Prática-Crítica*. Lisboa: ICNOVA.
- PRIOR, Nick. & ORTON-JOHNSON, Kale. (2013). *Digital Sociology: Critical Perspectives*. London: Palgrave Macmillan.
- RIEDER, Bernard. & RÖHLE, Theo. (2017). Digital Methods. In: SCHÄFER, Mirko. & VAN ES, Karin. (Eds.). *The Datafied Society*. Amsterdam: Amsterdam University Press, p. 109-124.
- ROGERS, Richard. (2013). *Digital Methods*. Cambridge: MIT Press.
- SALGANIK, Matthew J. (2019). *Bit by Bit: Social Research in the Digital Age*. Princeton: Princeton University Press.
- SALMI, Hannu. (2020). *What is Digital History?* Cambridge: Polity Press.
- SAVAGE, Mike. & BURROWS, Roger. (2007). *The Coming Crisis of Empirical Sociology*. *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 885-899.
- SINGH, C. et al. (2025). *Rethinking LLM Hallucinations*. (mimeo).
- VENTURINI, Tommaso & ROGERS, Richard. (2025). *Digital Methods: A Short Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- WEBER, Max. (1994). *Economia e Sociedade*. 3. ed. Brasília: Editora UNB.
- WEDDERBURN, Rosana et al. (2024). *Representações meméticas de “nós e eles”: humor e discurso de ódio em chats do Telegram*. *Aurora*, v. 17, n. 49, p. 136-173.

ZAAGSMA, Gerben. (2013). On Digital History. *BMGN – Low Countries Historical Review*, v. 128, n. 4, p. 3-29.

11. Segurança pública e policiamento: pesquisar tecnologias e meios digitais

Jacqueline Sinhoretto

Este artigo nasceu de um convite do Comitê de Pesquisa Sociologia Digital da Sociedade Brasileira de Sociologia, que organizou um seminário online em julho de 2026. A reflexão a seguir enfoca as interfaces da Sociologia Digital com a pesquisa sobre segurança pública, em que os meios digitais foram utilizados como ambiente de acesso ao objeto e aos interlocutores, ou em que as tecnologias de informação se apresentaram como relevantes para o objeto pesquisado.

A Sociologia Digital é uma decorrência de avanços computacionais e formas de transmitir dados que não apenas tornam sua produção e circulação mais rápidas e efetivas, mas transformam a relação com os artefatos, a capacidade de vigilância e o investimento em aparatos técnicos. O uso de tecnologias computacionais teve impactos na segurança pública no Brasil, permitindo sistematizar estatísticas com crescente acuidade, dar algum grau de transparência aos resultados das políticas públicas, identificar problemas urgentes e alterar métodos de organização do trabalho policial.

O debate entre a mudança do aparato e a prática policial é um tema antigo, que já passou pela introdução do automóvel e do telefone (Bittner, 2003), sem que se confie em uma correlação direta entre mudança dos meios e mudanças culturais das formas de policiar ou das desigualdades de tratamento. A introdução de sistemas computacionais para o controle da ação policial nem sempre alcança seu objetivo (Miranda; Oliveira & Paes, 2007), ainda que novos instrumentos introduzam conteúdos simbólicos além do ganho pragmático de seu uso, com discursos de modernização, valorização profissional e prioridade política.

Com esses pressupostos, o primeiro trabalho de pesquisa em que os meios digitais fizeram diferença para o desenvolvimento dos projetos do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC-UFSCar) se deu a partir de 2014, com dois eventos. O primeiro foi a grande participação, entre as candidaturas a deputados, de pessoas oriundas das carreiras policiais em todo o Brasil. O fenômeno aparece entranhado na emergência de policiais com presença nas redes sociais, que conseguiram converter o capital comunicacional em eleitoral.

O conteúdo disponível sobre segurança pública e os sentidos de policiar concentrou a atenção dos pesquisadores do grupo. Um dos projetos incluía trabalho de campo e entrevistas com policiais. Entrevistar policiais não é tarefa simples, mesmo para quem tem policiais como familiares e conhecidos. De um lado, existem assuntos delicados nos meios policiais, e um cruzamento de nomes pode revelar com quem pesquisadores têm relações de proximidade. De outro, há necessidade de autorização formal dos superiores

para que policiais possam participar de entrevistas. As relações entre pesquisadores e policiais são rastreáveis. Passar certas informações ou emitir opiniões críticas pode criar vulnerabilidade interna aos interlocutores, seja em razão da polarização política, seja pelo controle subjetivo próprio das instituições militares.

Se a relação entre policiais e pesquisadores é permeada por interditos, basta entrar no YouTube ou no Twitter (atual X) e conseguir materiais que veiculam ações policiais e opiniões sobre segurança pública. Desta forma, monitorar os perfis de policiais com muitos seguidores nas redes sociais foi uma forma de documentar práticas e opiniões relatadas ou evitadas pelos interlocutores próximos, vistas como assuntos problemáticos para a corporação. E apareciam abordadas e justificadas por lideranças policiais, como forma de reação às críticas sobre abusos e rumos das políticas públicas.

A dupla estratégia de investigação de discursos, postagens e vídeos nas redes sociais e de entrevistas autorizadas e conversas informais mostrou-se produtiva por gerar um *corpus* numeroso, ao mesmo tempo que cria uma baliza do quanto a performance online reflete e alimenta a performance corporativa, um “continuum on/offline” (Miskolci, 2016).

Os policiais influencers procuram registrar uma concepção de ação policial ligada a grandes conflitos criminais, grandes emoções, bem gerenciadas, exaltando o caráter heroico do agente policial, cujo cotidiano é feito de situações extraordinárias, decisões tomadas em fração de segundo, cuja revisão é praticamente impossível. A ênfase é

sempre depositada no heroísmo do acerto ou do erro e na absoluta imprevisibilidade da ação, narrativa que contesta as expectativas de controle da ação policial, de supervisão organizacional sobre o policial e de controle social do uso da força estatal. Enquanto isso, os policiais candidatos se colocam como porta-vozes do policial comum, com monopólio do saber sobre a segurança pública e, por isso, precisam conquistar as esferas de decisão (Sinhoretto; Cedro & Macedo, 2024).

Nesse primeiro uso da pesquisa em redes sociais, eram monitoradas páginas e grupos no Facebook. Era nítida a existência de uma rede de perfis, com comentários dos usuários sobre o que faz e deve fazer a polícia. Essa rede funcionava como uma organização informal, complementar ou oposta à hierarquia das forças policiais, permitindo um canal de lideranças policiais do topo das corporações, bem como uma liderança informal, que passou a rivalizar com o discurso oficial das organizações policiais (Macedo, 2024).

No Twitter, combina-se a presença das lideranças informais com os perfis oficiais das polícias e dos governos. A imagem é de trabalho cotidiano e intenso no “combate ao crime”, com um conteúdo que se refere a prisões, apreensões de drogas ilícitas, roubos. Temas como prevenção da violência, educação policial, violência contra a mulher são evitados. Portanto, as plataformas eram, no primeiro momento, uma forma de compreender discursos da política interna das polícias, que se concentravam sobre crime organizado e operações policiais.

O segundo evento da época foi a disseminação do uso dos grupos de WhatsApp!, que também chegou às formas de

fazer da segurança pública. Em 2018, André Cedro fez uma pesquisa sobre homicídios, com trabalho de campo imersivo, em que teve a oportunidade de entrar em um grupo de WhatsApp! que fazia difusão de notícias de crimes, vídeos de assassinatos e locais de crime, com comentários dos participantes sobre a morte violenta e as vítimas. Os comentários se dividiam entre apoio e repúdio ao crime, culpabilização e inocência das vítimas. A disputa sobre os sentidos das mortes se dava tanto ao vivo, nas ruas e casas, quanto no WhatsApp!, que reunia os moradores de um bairro.

O pesquisador monitorou também uma página do Facebook que veiculava crimes, cobria locais de ocorrência, entrevistava pessoas, qualificava vítimas e fazia o julgamento moral. O discurso policial era muito presente nas postagens. O criador da página fez disso a sua vida e cobria, às vezes, mais de um crime por dia, vivendo disso e para isso. O financiamento vinha da propaganda de comércios locais veiculada na página.

Chamou a atenção que, além de participarem das conversas no grupo de WhatsApp! do bairro, os policiais utilizavam o celular para se comunicarem durante o trabalho, alternativamente aos sistemas de comunicação oficial, como o rádio e o registro de ocorrências por escrito (Cedro, 2023).

Nova rodada de entrevistas presenciais com policiais foi realizada entre 2018 e 2019, mediante autorização do Comando da PM. Como resultado, foi apontado o incômodo das cúpulas policiais com a capacidade de formar opinião detida pelos influenciadores policiais. Passou a ser frequente

filmar e transmitir ocorrências, com e sem autorização do comando. Registramos as tentativas corporativas de restringir o uso das redes à comunicação estritamente ligada à difusão do trabalho policial. Analisamos o quanto a comunicação digital passou a fazer parte da rotina do policiamento. Os policiais passaram a ter à sua disposição a possibilidade de consultas em bases de dados em tempo real, além de buscarem olhar os celulares em abordagens pessoais (o que é proibido), à procura de conversas no WhatsApp! que guiem a sua suspeita.

Em 2018, com novo crescimento das candidaturas policiais, passamos a monitorar também o Instagram. Identificamos a adesão aberta aos conteúdos da campanha de Bolsonaro e a sua força no meio policial. Os discursos transcenderam os debates propriamente policiais e atingiram a disputa política nacional e passaram a defender a ruptura política e a ascensão do grupo ao controle das instituições.

Com a pandemia (2020), houve um duplo fechamento do campo para atividades presenciais, devido ao isolamento sanitário e à aversão que as ideologias políticas em ascensão estimulavam contra a universidade e a pesquisa. Foi quando um conhecido de Cedro o colocou num grupo de WhatsApp! de policiais, em que permaneceu de maneira encoberta, manifestando-se apenas quando o tema era futebol. O grupo foi passando de uma reunião de colegas que compartilhavam conteúdos de crime e polícia para um espaço de difusão intensiva de propaganda bolsonarista.

Vídeos de pornografia eram o chamariz do grupo, entremeados por repostagens sobre armas, endurecimento

contra o crime, mortes provocadas pela polícia, escárnio de policiais motivado por homofobia, armamentismo. Foram se sucedendo as pautas prioritárias do bolsonarismo: conteúdos antivacinas, negação da gravidade da pandemia da Covid-19, crítica ao isolamento sanitário. Em 2021, iniciou-se a campanha contra o STF, os ministros e em apoio à “intervenção militar constitucional”. Em 2022, aconteceu a campanha eleitoral aberta, especialmente com peças anti-Lula e anti-Janja. Além da pecha de ladrão, adicionou-se a Lula a acusação de “corno” e, a Janja, conteúdos de comportamento sexual reprovável (Cedro, 2024).

Como alguns membros do grupo se incomodaram com esse sequestro da comunicação, foi formado um segundo grupo em que havia pouca interação entre os participantes e as postagens eram feitas por perfis robôs, com o roteiro de capturar a atenção e radicalizar a opinião política. A maioria dos participantes era de policiais e só havia homens. Sabemos que existiam muitos outros grupos semelhantes nos diversos segmentos policiais, militares, reservistas, grupos de turmas de formandos que foram sendo capturados.

Nossa equipe identificou uma diferença entre redes abertas e fechadas. Nas abertas, prosseguiu o tom de apoio às atividades policiais e à visão operativa de polícia, discursos de combate ao crime, sujeitos a controle das cúpulas organizacionais. Nas redes fechadas, a radicalização política prosperou, com a passagem do discurso sobre o crime e do apoio aos abusos da polícia para a campanha bolsonarista: conteúdos antissanitários, STF, anti-Lula, anti-Janja, urnas eletrônicas, fraude eleitoral, apoio aos manifestantes nos

quartéis. Existiram também grupos de policiais antifascistas, que nós igualmente acompanhamos, grupos de policiais petistas e a Renosp LGBTQIA+. Mas eles nunca tiveram a penetração e a organização de conteúdo direcionado que encontramos nas frentes de direita radicalizada.

Assim, os grupos de WhatsApp! e os policiais influenciadores são um meio para pesquisar os assuntos ligados à segurança e à polícia. O progressivo fechamento das corporações a pesquisadores e a radicalização política dos meios policiais deslocaram a entrevista presencial do seu papel primordial como técnica de levantamento. Embora a entrevista autorizada com oficiais seja útil para acessar os discursos validados das lideranças formais, a sensação de estar num ambiente fechado permite aos policiais se expressarem no cotidiano, por meio de memes, frases curtas e compartilhamento de material de terceiros.

Uma agenda de pesquisa digital para a sociologia da violência pode explorar valores, liderança, concepções de policiamento, punição e opinião política. O WhatsApp! é o veículo de grupos de autoproteção, onde técnicas de segurança e discursos de medo e controle circulam. São meios para combinar caronas, percursos e horários, amplamente utilizados por moradores de bairros, motoristas de Uber, estudantes, profissionais, amigas.

Os meios digitais e os grandes sistemas de controle social se fundiram nas últimas décadas na videovigilância, em sistemas de controle de circulação e no reconhecimento facial. A segurança pública cada vez mais utiliza ferramentas de alta complexidade tecnológica, e existe disputa social sobre a adoção e o uso das tecnologias. Têm sido estudados

os vieses dos algoritmos, a segurança de dados e os erros dos sistemas (Duarte; Nunes & Lima, 2023). O debate sobre câmeras corporais nos uniformes policiais traduz disputas não apenas sobre captação e transmissão de informação, mas sobre controle da ação policial e transparência no uso da força.

Os crimes digitais mudaram o panorama criminal em larga escala, com golpes dados por WhatsApp! ou outros aplicativos de troca de mensagens e redes sociais. Ligam-se a isso desde furtos e roubos de celulares até o sequestro de antenas de comunicação celular, com uma profusão de procedimentos de securitização que divergem do policiamento ostensivo nas ruas, visto por décadas como a única política de segurança possível. Atualmente, os crimes digitais demandam estratégias preventivas que envolvem atores não policiais, como a Anatel, o sistema bancário, o Pix e as tecnologias de segurança digital.

Por fim, os crimes de ódio e do submundo da internet são um campo de estudos pouco explorado pela Sociologia da Violência, ainda que seja de grande interesse para os estudantes atuais. Deve surgir muita inovação neste campo de pesquisa. Mas não se pode correr o risco de que futuros sociólogos desaprendam a pesquisa presencial, a observação direta, os contatos pessoais, a importância de relações presenciais e a ocupação de espaços sociais.

Em que pesem os riscos, temos muito a aprender nas interfaces entre a Sociologia Digital e a Sociologia da Violência, animando um conhecimento crítico sobre novas formas de desigualdade, poder e aniquilação, bem como

novas identidades, formas de controle social, políticas e instituições de força.

Referências

- BITTNER, Egon. (2003). *Aspectos do trabalho policial*. v. 8. São Paulo: Edusp.
- CEDRO, André Sales dos Santos. (2024). *A modernização da discriminação: transformações tecnológicas e desigualdades raciais no policiamento em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- CEDRO, André Sales dos Santos. (2023). *Mortes recíprocas: sentidos da violência em Luziânia*. Rio de Janeiro: Autografia.
- DUARTE, Daniel E.; NUNES, Pablo; LIMA, Thalita. G. (2023). *Estudos de vigilância*. Rio de Janeiro: CESeC.
- MACEDO, Henrique. (2024). *Meios sem fim: a política da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Autografia.
- MIRANDA, Ana Paula M.; OLIVEIRA, Marcella B. de & PAES, Vívian F. (2007). Antropologia e políticas públicas: notas sobre a avaliação do trabalho policial. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 25, p. 51-70.
- MISKOLCI, Richard. (2016). Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, p. 275-297.
- SINHORETTO, Jacqueline; CEDRO, André & MACEDO, Henrique. (2024). Policiais e bolsonarismo: a expressão de discursos discriminatórios em redes sociais abertas e fechadas. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 56, n. 1, e57753.

12. Análises dos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação na China e no Brasil, feitas por seus sociólogos: a contribuição de DeepSeek

Tom Dwyer

Li Peilin, no prefácio ao *Manual de Estratificação Social nos Países BRIC*, escreveu que o BRIC oferece uma “perspectiva muito especial... revela o mistério... de como essas potências emergentes, com diferenças tão drásticas em história, geografia, cultura, idioma, religião etc., puderam compartilhar uma vontade comum e agir em conjunto” (Li *et al.*, 2013).

Desde 1989, pesquiso a sociedade da informação (Dwyer, 1989). No início dos anos 2000, avancei na compreensão da contribuição das TICs e da IA para as ciências sociais (Dwyer, 2001). Até pouco tempo, o papel então atribuído à IA estava muito reduzido.

Em 2018, publicamos o *Manual de Sociologia da Juventude nos Países BRICS* (Dwyer *et al.*, 2018), com 45 capítulos (nove por país), um esforço de cooperação entre as associações nacionais de sociologia, respeitando os ‘princípios BRICS’: igualdade, soberania e ganha-ganha. Isso

evitou armadilhas do modelo dominado pela sociologia global centrada no Atlântico Norte.

Resolvi empregar a IA chinesa DeepSeek para esclarecer o que está em jogo nos capítulos sobre o uso das TICs por jovens no Brasil e na China. Inicialmente, selecionei cinco capítulos; depois, reduzi a três (capítulos 36, 39 e 41). Em debate com o DeepSeek, refinei as perguntas. O que segue são suas respostas em torno de quatro questões: 1) o que é compartilhado entre Brasil e China no uso de TICs pelos jovens; 2) o que não é compartilhado; 3) o que não é comparável; 4) comparações ocultas que ampliam a visão.

Parte I: Comparações Explícitas entre Brasil e China – Capítulos 36 (Dwyer, 2018a) e 39 (Shi, 2018)

Diferentemente da conclusão brasileira (Dwyer, 2018b), os capítulos 36 e 39 contêm “muito poucas comparações explícitas e diretas”. Cada um foca em seu contexto nacional. No entanto, alguns momentos comparativos aparecem.

- i. Estatísticas de cibercrime (Cap. 36): Pesquisa Norton de 2010 mostrou que 65% dos usuários em 14 países foram vítimas de cibercrime. A taxa de vitimização por vírus: EUA 73%, China 83%, Brasil e Índia 76%, França 57%. Comparação explícita: a China (83%) tem taxa mais alta que o Brasil (76%), ambas muito acima da França.
- ii. Leitura de jornais (Cap. 36): “Os jornais alcançam 66% dos adultos chineses, 27% dos brasileiros, 25% dos sul-africanos, 20% dos indianos e 10% dos russos.” Adultos

chineses têm mais que o dobro de probabilidade de ler jornais do que brasileiros (66% vs. 27%) – diferença marcante na ecologia da mídia.

- iii. Glenny sobre similaridades nos BRICS (Cap. 36): Glenny (2009, 2011) observa que os BRICS compartilham economias em desenvolvimento, boa base educacional, desigualdades extremas e uma nova classe de jovens pobres, com grandes aspirações materiais, propensa ao cibercrime como caminho para o consumo. Dwyer (2018a) endossa essa análise.

Parte II: Comparações Implícitas (assumidas ou sugeridas sem declaração direta)

Quando lidos lado a lado, emergem dimensões comparativas implícitas.

Diferentes pontos de partida históricos: Brasil – Dwyer (2018a) remonta à Sociologia Digital desde 1989 (pré-internet), com pesquisa nacional de juventude de 1999. China – Shi remonta a 1987 (primeiro e-mail para a Alemanha), focando no período pós-Web 2.0 (2008 em diante). A tradição brasileira é mais enraizada na teoria sociológica; a chinesa, em *surveys* orientados a políticas.

Diferentes enquadramentos do Estado: no Brasil, o Estado é promotor de inclusão digital, regulador, força às vezes ausente contra o cibercrime, alvo de protestos. É “um ator entre muitos” (ONGs, setor privado, hackers, igrejas), enquanto, na China, o Estado aparece como força dominante que “apoia, domina e monitora”, com “registro por nome

real” e “filtragem de palavras sensíveis”. O Estado é o “ator central”. No Brasil, o Estado não é onipresente; na China, é o palco, o diretor e a plateia.

Diferentes entendimentos de “participação”: no Brasil, a participação foi medida por filiação a organizações formais (igrejas, sindicatos), sendo “relativamente baixa”. Igrejas são um veículo principal. Na China, a participação foi medida por atividades no Weibo, e-gov e expressão online, sendo “relativamente alta” digitalmente. Plataformas online eram o principal veículo. Assim, “participação” significa coisas diferentes: filiação formal vs. ações digitais informais.

Diferentes papéis da televisão: no Brasil, a televisão foi amplamente discutida (força “manipuladora”, principal fonte de notícias para aqueles que usam pouco a internet). Na China, a televisão foi “totalmente ausente”, não mencionada. No Brasil, a ‘velha mídia’ ainda importa; na China, foi aparentemente deslocada pela mídia digital, ou ignorada pelo recorte da questão científica.

Diferentes tratamentos de hackers e empreendedores: no Brasil, há discussão sobre empreendedores, hackers do bem e do mal; o cibercrime é tratado como fenômeno sociologicamente significativo. Já na China, não aparece discussão sobre hackers, empreendedores ou cibercrime; o foco recai sobre usuários comuns e relações Estado-cidadão.

Parte III: O que não é comparável

A escala e a demografia: Brasil – uma pesquisa nacional (n=1.541) revelou a vitimização por cibercrime em 76%. A

China tinha 618 milhões de internautas (2013), dos quais jovens (10-39 anos) são mais de 80% dos usuários do Weibo; a taxa de vitimização é 83%. Embora essas taxas estejam próximas, elas escondem uma consideração da escala do problema. Em números absolutos, centenas de milhões vs. dezenas de milhões, ou seja, um fenômeno que envolve 500 milhões de jovens chineses representa uma escala diferente do mesmo fenômeno com 20 milhões de brasileiros.

Sistemas políticos e regimes de discurso: no Brasil, há democracia com proteções formais à liberdade de expressão; portanto, jovens podem protestar nas ruas. A China é um Estado de partido único, com filtragem, registro por nome real na internet, monitoramento estatal e protestos de rua restritos. “Participação política online” significa coisas diferentes em cada país: extensão de direitos democráticos vs. controle estatal.

Estruturas conceituais: no Brasil, usa-se “ideologia” como conceito central, algo associado à ressonância da teoria crítica. Na China, os termos são “vida cívica” e “participação pública” (ressonância liberal-democrática). Os capítulos sobre cada realidade nacional não fazem a mesma pergunta. Enquanto, no Brasil, questiona-se como a internet molda a ideologia, na China a questão é como a internet possibilita a vida cívica.

Métodos e fontes de dados: no Brasil, a análise secundária original foi feita a partir de pesquisa nacional (CESOP, PNAD) e, na China, a partir da síntese de relatórios existentes (CNNIC, CASS) e estudos de caso. Portanto, as bases de evidência são diferentes, refletindo distintas tradições de pesquisa e acesso aos dados.

Parte IV: Comparações ocultas que ampliam a visão do leitor

Com base em troca anterior com o autor, o DeepSeek traçou comparações que emergem quando os capítulos são lidos em conjunto.

Comparação oculta 1 – “Normalização” vs. “precursora”: no Brasil, o uso da internet aparece como “virtualmente normalizado” e com as utopias dos anos 1990 esvaziadas. Além disso, o uso correlaciona-se com classe social. Na China, os jovens aparecem como “precursores da vida cívica online” e a internet ainda é vista como revolucionária, abrindo espaços para expressão. Hipótese: a internet está normalizada no Brasil porque a democracia já fornece canais de voz, enquanto continua sendo precursora na China porque é um dos poucos espaços de voz pública autônoma.

Comparação oculta 2 – Duas teorias da desigualdade digital: Brasil com ênfase na “desigualdade digital baseada em classe”, enquanto, na China, a ênfase é na “participação digital baseada na idade” (geração, não estratificação). Pergunta oculta: a paisagem digital chinesa é menos estratificada por classe ou o capítulo simplesmente não faz perguntas sobre classe?

Comparação oculta 3 – “Homem cordial” vs. “guanxi” online: no Brasil, há o conceito de “homem cordial” (Holanda, 1963), aquele que prefere laços afetivos, busca pertencimento. Na China, o “guanxi” é instrumental, orientado a redes, à construção de relacionamentos para benefício mútuo. Hipótese: a sociabilidade digital brasileira

é afetiva (escapar da solidão), enquanto a chinesa é instrumental (voltada a construir reputação e influência).

Comparação oculta 4 – Estado como ator vs. Estado como contexto: no Brasil, o Estado aparece como políticas e instituições específicas (voto eletrônico, telecentros), um ator entre muitos. Na China, o Estado aparece como força onipresente, a condição de possibilidade para tudo. Hipótese: diferença epistemológica – a sociologia brasileira trata o Estado como variável; a sociologia chinesa (neste capítulo) trata o Estado como quadro da análise.

Comparação oculta 5 – Cada país tem sua ecologia de uso das TICs: este é um resultado constante na bibliografia internacional; o manual não é uma exceção. O que está ausente em cada capítulo: no Brasil não há discussão sobre Weibo, WeChat, Grande Muralha. Na China não há discussão sobre Orkut, WhatsApp, hackers, cibercrime, TV Globo. Análise: essas ausências não são falhas; cada capítulo foi escrito primariamente sobre uma nação, de modo que o contexto é formado por sua distinta ecologia informacional. A arquitetura do manual assume que o leitor fará as comparações por si mesmo.

Uma reflexão final

Estes dois capítulos não são imagens espelhadas. São gêneros diferentes de investigação sociológica, escritos a partir de posições distintas, fazendo perguntas diferentes, com diferentes relações com o poder estatal e diferentes bases de evidência.

A comparação oculta que atravessa ambos os capítulos é: no Brasil, a internet tornou-se normal – uma ferramenta que reproduz desigualdades, um espaço onde o “homem cordial” busca pertencimento, uma tecnologia que esvaziou as utopias dos anos 1990. Na China, a internet continuava sendo uma fronteira – um espaço onde os jovens eram precursores, onde a vida cívica estava sendo praticada pela primeira vez, onde a associação social emergia apesar do controle estatal.

Essas diferenças são reais ou artefatos de diferentes olhares acadêmicos? Apenas pesquisas colaborativas adicionais – talvez construídas sobre o modelo da pesquisa de 2012 (Dwyer *et al.*, 2016) – podem responder. O *Manual* não resolve essa tensão. Ele a preserva. Essa preservação – manter dois relatos tão diferentes juntos – é, por si só, uma contribuição para o “diálogo de civilizações” que a Sociologia dos BRICS busca.

Referências

- CESOP. (2008). *Data base DAT/BR08.ABR-02637, survey conducted in 2008*. Campinas: Centre for the Study of Public Opinion, Unicamp. (unpublished).
- DWYER, Tom. (1989). Um salto no escuro: um ensaio interpretativo sobre as mudanças técnicas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 29, n. 4, p. 29-44.
- DWYER, Tom. (2001). Inteligência artificial, tecnologias informacionais e seus impactos sobre as ciências sociais. *Sociologias*, n. 5, p. 58-79.

- DWYER, Tom; ZEN, Luiz; WELLER, Wivian; JIU, Shuguang & GUO, Kaiyuan. (orgs.). (2016). *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: IPEA.
- DWYER, Tom; GORSHKOV, Mikhail; MODI, Ishwar; LI, Chunling & MAPADIMENG, Simon. (eds.). (2018). *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*. London; Singapore: World Scientific.
- DWYER, Tom. (2018a). Internet, youth, and ideology in Brazil. In: DWYER, Tom *et al.* (eds.). *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*. London; Singapore: World Scientific, p. 735-760.
- DWYER, Tom. (2018b). Empirical studies of youth in contemporary Brazilian civilization and some implications for BRICS. In: DWYER, Tom *et al.* (eds.). *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*. London; Singapore: World Scientific, p. 841-860.
- GLENNY, Misha. (2009). *McMafia: a journey through the global criminal underworld*. New York: Vintage Books.
- GLENNY, Misha. (2011). *Mercado sombrio: o cibercrime e você*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1963). *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- LI, Peilin; GORSHKOV, Mikhail; SCALON, Celi & SHARMA, Kanhaiya. Lal. (eds.). (2013). *Handbook of Social Stratification in the BRIC Countries*. London; Singapore: World Scientific.
- SHI, Yunqing. (2018). Youth and internet participation in Chinese context: forerunner of civic life online. In: DWYER, Tom *et al.* (eds.). *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*. London; Singapore: World Scientific, p. 799-819.

Sobre os autores

Daniela Ribeiro de Oliveira é professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (FACS/PPGSA/UFGPA).

Dimitri Fazito é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq Sociologia Digital e IA e o Laboratório de Sociabilidades Digitais da UFMG.

Fernando de Figueiredo Balieiro é professor de Sociologia da Universidade Federal de Catalão (UFCat) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do CNPq, é coordenador do Mediação: Grupo de Pesquisa em Sociologia Digital e do Comitê de Sociologia Digital da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Jacqueline Sinhoretto é Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde coordena o GEVAC (Núcleo de Estudos da Violência e

Administração de Conflitos). Pesquisadora do CNPq, foi pesquisadora visitante na França e no Canadá. Coordena o Comitê de Pesquisa de Sociologia da Violência da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Jair de Souza Ramos é professor de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. É coordenador do Comitê de Sociologia Digital da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Jorge Machado é Professor Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Leonardo F. Nascimento possui formação em Química, Psicologia e Sociologia. Atualmente é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordena o Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHD) e atua como analista de dados no Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (DEE/Cade).

Maria Aparecida Bridi é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade.

Ricardo Festi é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador do CNPq e coordenador do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e Teoria Social.

Richard Miskolci é Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisador do CNPq e coordenador do DigiLab – Laboratório de Pesquisa Social. Fundador do Comitê de Pesquisa Sociologia Digital da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), é presidente do WG10 Digital Sociology da International Sociological Association (ISA). Dedicase atualmente à pesquisa sobre disputas comunicacionais em torno da ciência e da saúde.

Samira Feldman Marzochi é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Tom Dwyer é Professor Titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde leciona sobre a sociologia da China contemporânea. É diretor brasileiro da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). É coorganizador, com Guilherme Rubem e Jacques Wainer, de *Informática, Organizações e Sociedade no Brasil* (Cortez, 2008).

Veridiana Domingos Cordeiro é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Coordena a iniciativa *Understanding AI*, do Instituto de

Estudos Avançados da USP, e o Grupo de Pesquisa CNPq Sociologia Digital e IA. É também pesquisadora do Centro de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina da USP.

Expediente da BVPS

A BVPS é um espaço de pesquisa e de formação de editores/as, autores/as e leitores/as de comunicação pública das ciências sociais, literaturas e artes, e aposta sempre na conversa entre diferentes gerações.

Corpo Editorial

Editor responsável

Maurício Hoelz | professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Editora-executiva

Caroline Tresoldi | doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Assistentes editoriais

João Mello | doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Miguel Cunha | doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Onildo Araújo Correa | doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rennan de Medeiros Pimentel | mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Estagiários

Guilherme Nascimento Prates | mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

João Candido Stringari | mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Maria Fernanda Argileu | mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Maria Gabriella de Faria | doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Nichollas Par adele Capote | mestrando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Conselho editorial

Andre Bittencourt | professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Arilda Fortunata Arboleya | professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Bernardo Ricupero | professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

Christian Edward Cyril Lynch | pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e professor associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Denilson Lopes | professor titular da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Diana Klinger | professora de Teoria Literária da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Eduardo Coelho | professor do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Ciência da Literatura) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eliane Robert Moraes | professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP).

Eliane Veras Soares | professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Elide Rugai Bastos | professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Gilberto Hochman | pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da mesma instituição.

Lucas Carvalho | professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mario Cámara | professor de Literatura Brasileira e Portuguesa na Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina.

Nísia Trindade Lima | pesquisadora titular da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professora de Pós-Graduação do Programa de História das Ciências e da Saúde da mesma instituição.

Raúl Rodríguez Freire | professor do Instituto de Letras e Ciência da Linguagem de Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (PUCV), Chile.

Simone Meucci | professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Vera Alves Cepêda | professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Wander Melo Miranda | professor emérito da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro da Academia Mineira de Letras (AML).

Coordenação da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)

André Botelho | professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Autor corporativo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Largo de São Francisco, 1, 20051-070 – Rio de Janeiro, RJ.

